

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA E LITERATURA

CÍNTIA REGINA RIBEIRO DOS SANTOS

**O REAL EM REDES DE SENTIDOS VIRAIS:
O DISCURSO DE GÊNERO EM FAKE NEWS**

MACEIÓ

2020

CÍNTIA REGINA RIBEIRO DOS SANTOS

**O REAL EM REDES DE SENTIDOS VIRAIS:
O DISCURSO DE GÊNERO EM FAKE NEWS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura (PPGLL) da Universidade Federal de Alagoas, como requisito para a obtenção do grau de Mestrado em Linguística.

Área de concentração: Discurso, Sujeito, História e Ideologia.

Orientador: Prof. Dr. Sóstenes Ericson Vicente da Silva

Maceió

2020

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto – CRB-4 – 1767

S237r Santos, Cíntia Regina Ribeiro dos.
O real em redes de sentidos virais : o discurso de gênero em *fake news* / Cíntia Regina Ribeiro dos Santos.
– 2020.
102 f.: il. color.

Orientador: Sóstenes Ericson Vicente da Silva.
Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Alagoas.
Faculdade de Letras. Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura.
Maceió, 2020.

Bibliografia: f. 98-102.

1. Análise do discurso. 2. Mídia digital. 3. Identidade de gênero. 4. *Fake news*. I.
Título.

CDU: 81'42:070(055)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA E LITERATURA




TERMO DE APROVAÇÃO

CÍNTIA REGINA RIBEIRO DOS SANTOS

Título do trabalho: "O REAL EM REDES DE SENTIDOS VIRAIS - O DISCURSO DE GÊNERO EM FAKE NEWS"

Dissertação aprovada como requisito para obtenção do grau de MESTRA em LINGUÍSTICA, pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura da Universidade Federal de Alagoas, pela seguinte banca examinadora:

Orientador:


Prof. Dr. Sóstenes Ericson Vicente da Silva (PPGLL/Ufal)

Examinadoras:



Prof.ª. Dra. Maria do Socorro Aguiar de Oliveira Cavalcante (PPGLL/Ufal)

Prof.ª. Dra. Lidia Maria Marinho da Puraza Ramires (JCHCA/Ufal)

Maceió, 21 de fevereiro de 2020.

*Às mulheres negras e às lésbicas, pelos sentidos de resistência.
Às feministas, pela potência do grito polissêmico contra a opressão que silencia e mata.*

AGRADECIMENTOS

A minha mãe e ao meu pai, pela origem que me ressignifica em tantas outras;

A Cármen, pelo amor. E retorno ao início de sentidos interrompidos;

Ao meu orientador, Sóstenes Ericson, pela potência e por tantos saberes, generosamente, partilhados;

À professora Lídia Ramires, pelo acolhimento e por mostrar que a resistência pelo estudo dói e liberta;

À professora Socorro Aguiar, pela inspiração e pelos caminhos abertos;

À professora Belmira Magalhães, pela força que nunca cessa e mobiliza;

À professora Maria Virginia Borges do Amaral; pelo conhecimento compartilhado;

Ao professor Helson Sobrinho, pela leveza necessária;

A Isa e Cláudia, irmãs que me abraçam com olhos em brilho;

A Francisco, o irmão que, ao perder a memória, ensina a urgência do agora. E a Leila, por permanecer entre nós;

A Lara, Lucas, Lana e Laura, sobrinhas que atualizam em mim a maternidade simbólica;

A Duda, neta do coração, pela atenção e torcida em cada etapa;

A Enio Lins e Milena Andrade, pela cumplicidade e rede de proteção;

A Rachel Fiuza, Ana Calazans e Roberto Amorim, pelo socorro, estímulo, livros, pizzas e bolos de chocolate;

A Larissa Quintela, Lú Buarque e Polly dos Anjos, pelo “chá de realidade” cisheteronormativo;

A Gabriela Moura e João Paulo, pelas “horinhas de descuido” em trânsito;

Aos colegas do Gedom e do Grad, pela jornada compartilhada.

“Não serei interrompida”
Marielle Franco (1979-2018)

RESUMO

O avanço da propagação de *fake news* no período que antecedeu as eleições presidenciais norte-americana, em 2016, e brasileira, em 2018, coloca desafios importantes para os estudos sobre discurso, ideologia, sujeito e gênero e sua interface com a produção-reprodução de informação em ambientes digitais, conectados em redes *on-line*. A ancoragem no campo teórico-metodológico da Análise do Discurso (AD) de filiação francesa pecheutiana possibilita a análise dessa atualidade e da memória que a constitui, a partir da observação do funcionamento discursivo da mídia e das notícias falsas em espaços que, por serem “logicamente estabilizados”, criam condições ideais para a circulação-proliferação, em larga escala, do que denominamos de “sentidos virais” associados aos gêneros não binários. A proposta desta pesquisa foi desvelar, as condições de produção que evocam, nos enunciados de *fake news*, à heteronormatividade um funcionamento universal e androcêntrico, impossibilitando, dessa maneira, deslocamentos nos processos de subjetivações sexual e de gênero. Nessa perspectiva, observa-se o uso da inteligência artificial, notadamente, os algoritmos, como um reforço no controle exercido pelas notícias falsas aos gêneros normatizados pela sociedade capitalista.

Palavras-chave: Discurso. Mídias digitais. Sentidos virais. Gênero. *Fake news*.

ABSTRACT

The advance of the spread of fake news in the period leading up to the North American presidential election, in 2016, and the Brazilian one, in 2018, poses important challenges for studies on discourse, ideology, subject and gender and their interface with the production-reproduction of information in digital environments, connected in online networks. The anchoring in the theoretical-methodological field Analysis of Discourse (AD) of Pêcheux's - French affiliation enables the analysis of this news and the memory that constitutes it from the observation of the discursive functioning of the media and fake news in spaces that, for being "logically stabilized", create ideal conditions for circulation-proliferation, on a large scale, of what we call "viral senses" associated with non-binary genres. The purpose of this research was to unveil the production conditions that evoke, in the statements of fake news, to the heteronormativity a universal and androcentric functioning, thus preventing displacements in the processes of sexual and gender subjectivations. In this perspective, the use of artificial intelligence is observed, notably, the algorithms as a reinforcement in the control exercised by the fake news to the genres standardized by the capitalist society.

Keywords: Discourse. Digital media. Viral senses. Genre. Fake news

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 — Sequência discursiva 1: Fernando Haddad.....	31
Figura 2 — Sequência discursiva 1: Comentário B.....	34
Figura 3 — Sequência Discursiva 1: Comentário C.....	35
Figuras 4 a 9 — As figuras preferenciais do Facebook.....	65
Figura 10 — Sequência Discursiva 2: Escola sem homofobia — Kit Gay.....	77
Figura 11 — Sequência Discursiva 2: Comentário A.....	80
Figura 12 — Sequência Discursiva 3: Marielle, a primeira santa gay.....	91
Figura 13 — Sequência Discursiva 4: TV criança gay.....	93

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAD	Análise Automática do Discurso
AD	Análise de Discurso
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CID	Classificação Internacional de Doenças
CNBB	Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
CP	Condições de Produção
DIAP	Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar
EUA	Estados Unidos da América
FD	Formações Discursivas
FI	Formações Imaginárias
FN	Fake news
GPOPAI	Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas
IA	Inteligência Artificial
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LGBTQI+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros, Pansexuais, Queer
MEC	Ministério da Educação
NYU	Universidade de Nova York
ONG	Organização Não Governamental
OMS	Organização Mundial de Saúde
UNB	Universidade de Brasília
PNAD	Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílio
PT	Partido dos Trabalhadores
PNE	Plano Nacional de Educação
PCdoB	Partido Comunista Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
SD	Sequência Discursiva
TIC	Tecnologias da Informação e Comunicação
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UnB	Universidade de Brasília
URLs	Uniform Resource Locator (Localizador Uniforme de Recursos)

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. PRODUÇÃO DE <i>FAKE NEWS</i> NUMA PERSPECTIVA MATERIALISTA: NOVAS DEMANDAS PARA A MÁQUINA DISCURSIVA	17
2.1. Memória e atualidade entre discurso e instrumentos técnicos.....	17
2.2. Regulação e reprodução de gênero em discurso	26
2.3. O real da identidade não binária – gênero do capital mobiliza sentido de fé à direita androcêntrica	40
3. CONTROLE E DATIFICAÇÃO DA EXPERIÊNCIA <i>ON-LINE</i>	46
3.1. A crise estrutural do jornalismo: grande paráfrase entre a notícia e o <i>fake</i>	46
3.2. Fake news e o efeito da verdade	54
3.3. Neutralidade do algoritmo e demanda social	56
3.4. Condições de produção em hiperescala.....	67
3.5. Dados e sentidos minerados	71
3.6. Circulação de sentidos em bolhas de filtros e o concreto nas plataformas movediças	74
4. CONTAMINAÇÃO DISCURSIVA – A GRANDE FAMÍLIA BINÁRIA	83
4.1. Efeito ideológico em práticas de guerrilha	83
4.2. Sentidos virais em fake news	87
CONCLUSÃO	97
REFERÊNCIAS	100

1. INTRODUÇÃO

O gesto desta análise discursiva traz em si memórias e esquecimentos constitutivos da analista e pesquisadora. Em sua origem, essa relação subjetiva acontece na definição do objeto de estudo. É o momento em que, numa agitação ideológica em relação ao *corpus*/eixo do trabalho, giramos contínua e silenciosamente em torno das materialidades, buscando identificar universalidades e singularidades que justifiquem a relevância material da proposta, pela particularidade que a constitui.

Essa reflexão descortinou diferentes perspectivas face à circulação de sentidos nos processos discursivos em funcionamento nas identificações de gênero e de sexualidade, pensadas por Zoppi-Fontana (2017, p. 64) “como uma construção discursiva, efeito de um processo de interpelação complexo e contraditório”, em cujas identificações articulam-se “outras identificações nos processos de subjetivação, quando vozes/corpos historicamente silenciados ou interditados entram em cena”.

O reconhecimento de tal articulação possibilitou, assim como propõe Paveau (2019, p. 291), o trabalhar¹ com o gênero como “um lugar possível [...] que supõe levar em conta o corpo” e, num sentido mais amplo, as “condições de vida materiais dos sujeitos”. É desse lugar de observação que consideramos a maneira como as identificações de gênero são atravessadas pelo discurso das e nas *fake news* (notícias falsas)².

Tal interesse foi determinante no reposicionamento da proposição inicial do projeto de mestrado *Os sentidos proibidos: silenciamento da identidade de gênero e transgênero no Plano Nacional de Educação e na Base Nacional Comum Curricular do MEC para O real em redes de sentidos virais: o discurso de gênero em fake news*.

O deslocamento da Educação para a Comunicação, especificamente o jornalismo e o fenômeno das notícias falsas, se deu por diferentes razões. Parafraseando Mészáros (2011), refere-se ao recrudescimento da “crise estrutural do jornalismo”, minha área de formação, acirrada pelo aumento da propagação da desinformação em hiperescala, majoritariamente, por meio das mídias e das plataformas digitais em rede. Para Bucci (2018, p.19), um dos

¹ A autora considera *gênero* uma epistemologia com potencialidade de inúmeras contribuições para a Análise do Discurso. Definindo-se, dessa maneira, como uma pesquisadora que trabalha com os estudos de gênero (PAVEAU, 2019).

² São consideradas notícias falsas aquelas que não têm veracidade comprovada após trabalho de agências e sites especializados em *fact-checking*, técnica de checagem jornalística conhecida mundialmente e amplamente utilizada para identificação das *fake news*.

elementos levados em conta na observação desse processo aponta para o questionamento da confiabilidade da informação:

Se cresce o volume de informação nos mais diferentes suportes, se as relações públicas transformam empresas e organizações dos mais diversos setores em “provedoras de conteúdo” na rede mundial de computadores, se cada vez é mais abundante a oferta de textos, imagens e sons com dados e opiniões, para cada vez mais gente de cada vez mais países, também cresce na mesma escala o peso de uma pergunta singela que todo mundo se faz o tempo todo: em quais desses “conteúdos” eu posso confiar?

Senti-me interpelada por essa “atualidade” (PÊCHEUX, 2015, p. 19) no que ela representa em termos de possibilidade de análise discursiva, num jogo de forças simbólicas no qual tecnologia, informação, gênero e circulação de sentidos relacionam-se lastreados pela viralização institucionalizada da mentira.

Volto o interesse de análise para as Condições de Produção (CP), a força material que viabiliza a origem e o funcionamento das *fake news*, em paralelo aos constantes ataques à imprensa e à banalização da informação jornalística, no período que antecede as eleições presidenciais de 2018.

Interessa a observação de sentidos outros, produzidos a partir da inverossimilidade deliberada do Intradiscurso, o dito, nas informações não verdadeiras e seus desdobramentos nos campos político e religioso. Essa intencionalidade implica a identificação do aparato técnico e ideológico atuante na consolidação da desinformação e na inclusão da temática de gênero no rol de algumas das principais mentiras sobre o tema reproduzidas como verdade durante a campanha eleitoral.

Entende-se que, apesar do deslocamento do interesse de pesquisa, este trabalho mantém o objetivo de desvelar a base material das notícias falsas e o não lugar das múltiplas identidades de gênero em diferentes instâncias discursivas, consolidadas nos ambientes de rede, notadamente, nas plataformas digitais (Twitter, Facebook e grupos de WhatsApp). O gesto de análise permanece voltado para a observação dos gêneros não estabilizados a partir da interação entre Língua, História e Ideologia, materializadas no discurso posto em circulação na comunicação em redes *on-line*.

A partir do campo teórico-metodológico da Análise do Discurso (AD) de filiação francesa, pretende-se refletir, com base no materialismo histórico, sobre o funcionamento discursivo nas ações de comunicação mediadas pelo digital, enfatizando a desidentificação

das notícias falsas em relação a gêneros que escapam aos padrões de heteronormatividade³ e sua relação com o avanço tecnológico capitalista.

Será observada a circulação do que denominamos *sentidos virais* (grifo nosso) no campo dos gêneros não binários⁴ em espaços de discursividades “logicamente estabilizados” e que partem de uma “descrição adequada do universo (tal que este universo é tomado discursivamente)” (PÊCHEUX, 2015, p.31) nas instâncias moral, sexual, política e religiosa. É importante lembrar que a expressão *sentidos virais* foi cunhada em analogia ao termo *média vírus*⁵ (RUSHKOF, 1994).

Enquanto, nos ambientes virtuais, o viral designa o volume massivo de propagação, o viral discursivo é acionado por mediações ideologicamente estabilizadas. Tecnicamente ancorado em sistemas de inteligência artificial, algoritmos, com propagação em hiperescala mecanizada – uso de perfis falsos, *bots* (robôs de internet) – em seu aspecto regulador, inscrevemos o sentido viral no escopo do que Pêcheux (2014, p.132) define como “objetos ideológicos regionais [...] Deus, a moral, a família”. Embora Pêcheux (2015, p.33) não trate propriamente das informações manipuladas, apresenta o sujeito pragmático, “cada um de nós”, os usuários, e as “*coisas a saber* [...] conhecimentos a gerir e transmitir socialmente”, representando valores morais impostos como verdade.

O *corpus* deste trabalho é formado por *fake news* que enunciam, numa perspectiva normativa, os processos de produção/reprodução das subjetivações de gênero. Tomaremos por materialidade quatro enunciados veiculados no período que antecede as eleições presidenciais de 2018, verificados pela agência Lupa⁶, a partir de critérios de relevância (interesse público, alcance da circulação de sentido e/ou número de pessoas afetadas e legitimidade do enunciadador).

A materialidade é composta por texto e imagens: 1– Haddad diz que Estado decidirá o sexo das crianças; 2– Escola sem Homofobia-Kit gay; 3– Marielle Franco – a primeira santa gay; 4– TV criança gay foram consideradas inverídicas a partir de uma metodologia de

³ Expressão de expectativas, demandas e normas sociais descritas como naturais (MISKOLCI, 2009, p. 156).

⁴ Gêneros que se deslocam do binarismo masculino-feminino.

⁵ Termo usado em analogia a conteúdos que se propagam como germes. Trataremos do assunto na Seção 4 desta dissertação.

⁶ Fundada em 1º de novembro de 2015, a Lupa é a primeira agência de notícias do Brasil especializada em *fact-checking* (técnica de checagem jornalística). Integrante da rede mundial de checadores – International Fact-Checking Network (IFCN) –, está hospedada no site da Folha e do UOL, embora não tenha vínculo editorial com essas empresas.

classificação⁷ que vai do verdadeiro ao falso. Por se tratar de informações compartilhadas em plataformas digitais, o *corpus* foi organizado em Sequências Discursivas (SDs) principais, que correspondem aos enunciados que dão origem às postagens, e SDs secundárias, comentários subsequentes.

Interessa a identificação dos mecanismos tecnológicos e ideológicos que incidem na tentativa da regulação de gênero e da verdade nas práticas sociais contemporâneas. Tal empreendimento só é possível mediante a observação do fio condutor que perpassa, em diferentes épocas, o centro e a margem de estudos que se ocupam não apenas sobre o dito, mas essencialmente dos sentidos esperados a partir de determinados mecanismos discursivos que ganham corpo e se fortalecem na propagação das *fake news*.

A atualidade do assunto e suas implicações nos campos político e religioso pedem que avancemos, cuidadosamente, de um relativo “conforto” acadêmico, provocado pelo contato com a AD francesa proposta por Pêcheux, em busca de enquadramentos teóricos situados à e nas margens do que preconiza esse autor, mais especificamente nos estudos sobre mídia e discursos digitais, definidos por Paveau (2014) como aqueles nativos da *internet*. Faz-se também um alinhamento das lembranças de Mazière (2019, p.122):

Pêcheux sempre trabalhou com andaimes, ou seja, isso que se coloca sobre a fachada de uma casa para subir até o teto dela. Os andaimes são as armações em tábuas que colocamos contra o muro para poder escalar. E ele sempre considerou que era alguém que colocava andaimes e, portanto, alguém que não construía alguma coisa acabada, fechada. E os andaimes podem se desmontar, podem se remontar, se colocar em outro lugar [...] São conceitos do tipo exploratórios. São explorações e não engessamentos.

É na perspectiva dos andaimes, enquanto elementos de sustentação teórica, que serão acionadas, ao longo das quatro seções deste trabalho, as categorias analíticas da AD necessárias ao entendimento da exploração capitalista como determinante na estruturação da discursividade em rede. Ainda que sejam necessárias distinções a respeito do tipo de regulação oriunda de processos midiáticos, tanto as bases trazidas por Pêcheux, que são consideradas o “núcleo duro” desta pesquisa, quanto fragmentos das novas tendências em AD

⁷ A metodologia da agência Lupa classifica as informações por meio de etiquetas: **Verdadeiro** (comprovadamente correta); **Verdadeiro, mas** (correta, mas o leitor merece mais explicações); **Ainda é cedo para dizer** (pode vir a ser verdadeira, mas ainda não é); **Exagerado** (no caminho correto, mas houve exagero); **Contraditório** (contradiz outra informação difundida antes pela mesma fonte); **Subestimado** (os dados são mais graves do que a informação); **Insustentável** (não há dados públicos que comprovem a informação); **Falso** (está comprovadamente incorreta).

francesa se ocupam de questões relativas ao conteúdo e à forma de transmissão da informação.

A natureza recente do compartilhamento sistemático da desinformação, enquanto prática discursiva utilizada até de forma institucionalizada por governos, traz a emergência de novos conteúdos tecnomidiáticos e discursivos. Retomando os andaimes de Herbert⁸ (1966) – “...esses andaimes suspensos sem os quais a estrada não poderia ter sido percorrida a primeira vez)” –, pretende-se identificar os mecanismos tecnológicos que sustentam o discurso das mentiras propagadas exaustivamente e o quanto o campo político inside sobre os sentidos naturalizados na regulação de gênero.

Assim como em Pêcheux (2014, p. 84), será feita uma exploração, “tendo por fio a questão da natureza material do sentido – até os fundamentos de uma teoria materialista do discurso”, com o objetivo de situar não apenas as bases econômicas e sociais que sustentam a desinformação, mas desvelando sentidos regulados a partir das circunstâncias de comunicação estabelecidas em redes *on-line*, territórios também mediados pelo capital.

Este trabalho se configura no encontro de memórias (PÊCHEUX, 2015), dentre elas, a trazida por Malidier (2017, p. 107) – “até o fim se manifesta a paixão de Pêcheux pelas máquinas, o fascínio pela informática” –; e de atualidades, analisando a possibilidade de inscrição da *fake news* enquanto discurso e buscando entender os reflexos sem precedentes dessa inscrição no controle social do gênero e das configurações do real na sociedade contemporânea.

⁸ Thomas Herbert, pseudônimo de Michel Pêcheux em seu primeiro artigo produzido para a *Cahiers de L'analyse* (2, 1966, p.174-203).

2. PRODUÇÃO DE *FAKE NEWS* NUMA PERSPECTIVA MATERIALISTA: NOVAS DEMANDAS PARA A MÁQUINA DISCURSIVA

Esta seção estabelece o diálogo entre os estudos iniciais de Pêcheux sobre AD e dispositivos de informática e a atualidade discursiva das comunicações digitais. Partimos da base real que possibilitou a eclosão das notícias falsas para chegar aos processos de circulação de sentidos, que entram em funcionamento a partir do uso de inteligência artificial, enquanto meio de produção e propagação do controle dos gêneros não binários na sociedade capitalista.

2.1. Memória e atualidade entre discurso e instrumentos técnicos

Para retomarmos a relação entre discurso, instrumentos técnicos e informáticos, de acordo com Maldidier (2014, p. 43), “é pela construção de um dispositivo informático que começa a aventura do discurso”, em referência ao empreendimento de uma “máquina discursiva⁹” proposto por Michel Pêcheux. A retomada se dá pela atualização dos elementos constitutivos dessa relação com a entrada em cena das mídias digitais. E, com elas, a ampliação da capacidade artificial de propagação da informação e da desinformação nas sociedades de classe.

Embora os estudos empreendidos por Pêcheux não estejam relacionados à realidade posta pela eclosão da Cultura da Convergência (JENKINS, 2009)¹⁰, com interações entre as novas e as antigas mídias, ele antecipa em sua proposta de *Análise Automática do Discurso* (1969)¹¹ questões embrionárias e necessárias para o entendimento das atuais variáveis discursivas, impostas pelo modelo enunciativo das notícias falsas.

Para Maldidier (idem, ibidem), a obra marca ainda “a definição de procedimentos de Análise do Discurso e a primeira atualização de um dispositivo informático”. Pêcheux e Marandin (2016, p.111), no artigo *Informática e Análise do Discurso*, afirmam que “a

⁹ Maneira como Pêcheux nominou sua análise automática do discurso (MALDIDIÉ, 2014, p. 43).

¹⁰ Novo ambiente de mídia com fluxo mais livre de ideias e conteúdos e no qual os consumidores/usuários usam as tecnologias para ter controle sobre o fluxo da mídia e interagir com outros consumidores (JENKINS, 2009, p.46).

¹¹ Uma obra considerada seminal, ainda que, segundo Maldidier (ibidem), “frequentemente reduzida a seu aspecto técnico”.

referência à informática em Análise do Discurso não é nem recente nem o resultado de um efeito de moda [...] essa referência à informática corresponde à escolha de duas ordens [...] político-científica e metodológica”.

Trata-se, por essa via, de um trabalho no qual elementos como inteligência artificial, “que visa simular os mecanismos da inteligência humana” (idem, ibidem), e algoritmo¹² estão postos para a AD. Trazidos para o contexto atual, esses dois aspectos são fundamentais para o entendimento da indissociabilidade entre tecnologia e real histórico. Para Pêcheux (2014, p. 22):

À primeira vista, tal uso dos instrumentos aparece desligado de demanda social comum, próxima à esfera de produção (do tipo daquela implicada nas transações comerciais, por exemplo). Mas de outro ponto de vista, ele aparece ligado a uma outra forma de demanda e de ordem social. [...] o ponto importante é que essa utilização de instrumentos é diretamente utilizada para autorizar ou, ao contrário, contestar posições ideológicas.

Estimulado pela possibilidade de uso da telemática na organização de sequências textuais, Pêcheux reconhecia a questão do tratamento de dados como algo crucial na interrelação entre discurso e programação informatizada. As escolhas, partindo tanto de aspectos político-científicos quanto metodológicos, se ocupavam dos avanços tecnológicos e, especificamente no terreno da AD, de pesquisas voltadas para determinadas uniformizações lógico-semânticas.

À época, Pêcheux e Marandin (2016, p. 111) elencaram entraves iniciais para a consolidação da aproximação entre a AD e a telemática. O primeiro ponto seria a inexistência de analisadores sintáticos potentes para tratamento de *corpora* não inscritos em língua técnica. O segundo se referia à insuficiência de colaboração entre os pesquisadores e desenvolvedores da área de análise de textos. Assim, o diálogo entre as áreas era insuficiente para a concretude de avanços mais significativos.

Além dos aspectos meramente técnicos, os autores apontam (idem, p. 112) certa “resistência cultural à organização lógico-semântica”. Sob a ótica político-científica, a proposição da AD se distanciava do uso da Inteligência Artificial (IA), entendida como simulação de mecanismos da inteligência humana no quadro do “sujeito epistêmico” e de uma linguagem de representação semântica.

¹² Segundo Gilleppe (2014, p.167), algoritmos não devem ser considerados *softwares*, mas processos de codificação baseados em cálculos, com capacidade de transformar dados em resultados esperados.

Não apenas isso, as fases do diálogo entre a AD pecheutiana e os dispositivos técnicos incluem tanto o trabalho em programas de informática específicos, como o AAD69 (Pêcheux) e 3AD75 (Del Vigna), quanto estudos coletivos, a exemplo do RCP 676, grupo de pesquisas coletivas sobre programas e informática e Análise do Discurso coordenado por Pêcheux.

À época, para Pêcheux e Marandin (2016, p. 114), a utilização de recursos algorítmicos¹³ no âmbito do programa Deredec¹⁴ atendia às necessidades operacionais específicas das pesquisas em AD, a exemplo de funções descritivas.

Havia também uma funcionalidade de ordem exploratória, cujo objetivo era gerar objetos construídos a partir de descrições sintáticas. Dentre as prioridades desse trabalho inicial empreendido pela equipe comandada por Pêcheux, estava a multiplicação dos ângulos de ataque descritivos, com capacidade de reagrupar informações segundo dois eixos específicos: paradigmáticos e sintagmáticos. Nesses estudos, enquanto a perspectiva sintagmática é da ordem do intradiscurso (dinamismo lexical, recortes de sequências, efeitos de sequencialidade, dentre outros), o paradigmático representa a dimensão do enunciado, referenindo-se às questões sintáticas ou lexicais.

O entendimento da conjuntura linguística naquele estágio embrionário de reconhecimento da aproximação, ainda que com ressalvas, entre a AD e os chamados “instrumentos técnicos” é duplamente necessário. Num primeiro momento, a digressão torna possível uma leitura de Pêcheux não apenas como o teórico que se destaca por pensar e formalizar a AD, mas também por informatizá-la. De acordo com Maldidier (2017, p. 107):

Do dispositivo da AAD69 às “máquinas paradoxais”, a reflexão sobre os algoritmos tinha sido sempre ligada à teoria. A informática não representava para Michel Pêcheux um setor “ao lado”, uma “curiosidade”. O recurso à informática se inscrevia no interior de um pensamento político. Era necessário se instalar no centro do mesmo fluxo, não para o conter, mas para aí preservar espaços de interrogações, para aí desfazer o fechamento do sentido.

Pêcheux vai além, ao antecipar a possibilidade de avanço efetivo da produção teórica da AD por meio de um trabalho integrado de ressignificação da utilização de instrumentos e ferramentas técnicas, a partir da observação de diferentes fases que, de acordo com Henry

¹³Cabe lembrar que, na definição de Gillespie (2014, p.167-195), algoritmos podem ser descritos como procedimentos codificados, códigos, baseados em cálculos específicos que transformam dados em resultados esperados, na seleção de informação, por exemplo.

¹⁴Programa concebido por P. Plante, da Universidade de Montreal (PÊCHEUX; MARANDIN, 2016, p.14).

(2014, p. 15), estão divididas em dois momentos. O primeiro deles, “essencialmente conceitual”, e o segundo:

aquele da reprodução metódica do objeto, que os instrumentos parecem ter uma função mais determinante. No entanto, essa função não pode ser exercida senão na medida em que a transformação produtora do objeto já tenha ocorrido. E este momento fundador de uma ciência é também aquele da reinvenção dos instrumentos e das ferramentas que são procurados onde a ciência pode encontrá-los — nas práticas científicas já estabelecidas, bem como nas “práticas técnicas”, isto é, práticas ligadas ao processo de produção.

A exemplo do que o autor afirmava, naquela época, em relação aos computadores, a eclosão das *fake news* não deve ser entendida como um modismo, mas como uma prática enunciativa viabilizada por um aparato tecnológico e ideológico que possibilita a produção e a propagação de conteúdos. E esse movimento não ocorre isoladamente, mas, ao contrário, sua efetividade discursiva tem lastro na automatização dos processos de produção em geral.

Traçando um paralelo entre os estudos empreendidos por Pêcheux, entendemos que a materialidade do fenômeno das *fake news*, e sua constituição no desenvolvimento tecnológico, passam pela observação do modo de reprodução capitalista e, principalmente, insere-se num quadro de circunstâncias sócio-históricas e discursivas que, de acordo com Engels (2011, p. 22)¹⁵:

Marx foi o primeiro a descobrir a grande lei do movimento da história, a lei segundo a qual todas as lutas históricas travadas no âmbito político, religiosos, filosófico ou em qualquer outro campo ideológico são de fato apenas a expressão mais ou menos nítida de lutas entre classes sociais, a lei segundo a qual a existência e, portanto, também as colisões entre essas classes são condicionadas, por sua vez, pelo grau de desenvolvimento de sua condição econômica, pelo modo de sua produção e pelo modo do seu intercâmbio condicionado pelo modo de produção.

Impulsionados pela configuração do capital, que transforma dados em produto e informação subjetiva em mercadoria, tais instrumentos (inteligência artificial e algoritmo) são fundamentais não apenas para o entendimento da indissociabilidade entre tecnologia, informação e discurso, mas, sobretudo, para a compreensão do real histórico mediado pela máquina. Os processos de produção de sentidos trazidos neste trabalho inserem-se na perspectiva da luta e da resistência travadas entre a tentativa de subjetivação de gênero e as instâncias política e religiosa.

¹⁵ Citação feita por Friedrich Engels no Prefácio da Terceira Edição [de 1885] de *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*.

Evocamos a constituição de gênero em aproximação ao que é trazido por Marx (2007, p.48) quanto à dominação de conceitos normatizados pela classe dominante:

[...]sem nos preocuparmos com as condições da produção nem com os produtores dessas ideias, se, portanto, desconsideramos os indivíduos e as condições que constituem o fundamento dessas ideias, então poderemos dizer, por exemplo, que a aristocracia dominou os conceitos de honra, fidelidade etc., enquanto durante o domínio da burguesia dominou os conceitos de liberdade, igualdade etc.

A análise da realidade concreta, naturalizada a partir da consolidação das *fake news*, torna visível as determinações que incidem no contexto histórico-discursivo e político das novas configurações comunicacionais e de gênero, envolvendo a produção de informação a partir da interrelação entre os sujeitos pragmáticos (usuários conectados) e empresas de tecnologia de dados. De acordo com Marx (2007, p.48), a desconsideração de aspectos referentes ao modo como tais processos se instalam nas sociedades de classe pode incorrer na falsa ideia de que aquilo que se apresenta tem “a forma da universalidade” e, portanto, representaria “a forma ideal”.

Um dos pontos relevantes do materialismo histórico é trazido por Marx, para quem o processo de produção capitalista é determinante no processo social e de reprodução em geral. Entendemos que tanto a análise do fenômeno das *fake news* quanto as identificações de gênero às quais enuncia, pensadas na perspectiva discursiva pecheutiana, estão relacionadas entre si, a partir de condicionantes impostas pelo modo de produção. Nas palavras de Marx (2017, p.881):

Um processo das condições materiais de existência da vida humana como um processo que, operando-se em condições histórico-econômicas de produção específicas, produz e reproduz essas mesmas relações de produção e, com elas, os portadores desse processo, suas condições materiais de existência e suas relações mútuas, isto é, sua determinada forma socioeconômica [...] como todos os processos de produção antecedentes, a produção capitalista está submetida a determinadas condições materiais que, no entanto, contém em si relações sociais determinadas que os indivíduos estabelecem no processo de reprodução da vida

Diferentes aspectos das condições de produção (CP) incidentes na dinâmica discursiva das notícias falsas são trazidos ao longo dessa exposição, reiterando o que diz Amaral (2016, p.33): “É como discurso que essa produção intelectual tem efeitos de sentidos, atua na realidade e provoca mudanças nas mesmas relações sociais que a originam”.

Evoca-se a maneira como aspectos próprios das tecnologias da informação, enquanto meio de produção e de propagação de dados e de sentidos, se estabelecem como e no capital,

alterando a realidade material. A crise do jornalismo, área cujos limites entre notícia e desinformação deliberada se misturam nos ambientes em redes, insere-se nesse movimento de transformação das relações de produção.

A atualidade da propagação em rede faz com que a materialidade sócio-histórica das notícias falsas seja desvelada simultaneamente a alguns dos principais efeitos reais de sua disseminação, a exemplo dos resultados de eleições presidenciais nos Estados Unidos (2016) e no Brasil (2018). Em ambos os casos, os candidatos eleitos se beneficiaram da convergência de comunicação em plataformas digitais, num processo marcado pela desinformação deliberada e pela retomada de uma *memória discursiva*¹⁶ alinhada a valores nacionalistas de direita.

O movimento de retomada discursiva é trazido por Pêcheux (2014, p.76, grifo do autor):

O processo discursivo não tem, de direito, início: o discurso se conjuga sempre sobre um dispositivo prévio, ao qual ele atribui o papel de matéria-prima, e o orador sabe que quando *evoca* tal acontecimento, que já foi objeto de discurso, ressuscita no espírito dos ouvintes o discurso no qual esse acontecimento era alegado, com as “deformações” que a situação presente introduz e da qual pode tirar partido.

A entrada efetiva do debate sobre as implicações da desinformação no contexto da agenda pública mundial ocorre a partir de 2016. Esse foi o ano em que o Oxford Dictionaries¹⁷ elegeu “pós-verdade” (*post-truth*, original em inglês) como palavra dominante. Definida como adjetivo “relativo a” ou denotação a circunstâncias nas quais fatos objetivos são menos influentes na formação da opinião pública do que o apelo para a emoção e a crença pessoal.

Dois acontecimentos políticos relevantes e com impactos em escala mundial foram determinantes para a entrada da pós-verdade na pauta pública. O primeiro deles é a eleição, em 8 de novembro de 2016, de Donald. J. Trump como presidente dos Estados Unidos da América. O segundo, a votação do Brexit, campanha sobre a permanência da Grã Bretanha na União Europeia.

¹⁶ “O termo e a noção de *memória discursiva* são introduzidos na análise do discurso político por J.-J. Courtine em 1981, a partir dos trabalhos de M. Foucault e da reflexão histórica de P. Nora sobre as ligações de memória” (PAVEAU, 2019, p. 100).

¹⁷ Disponível em: <https://languages.oup.com/word-of-the-year/word-of-the-year-2016>. Acesso em: 1º de julho de 2018.

De acordo com D’Ancona (2018, p. 20-22), no centro desse movimento está a depreciação do valor da verdade e o colapso da exatidão da informação, principalmente nas trocas políticas.

Donald Trump depreciou a suposição de que o líder do mundo livre deve ter ao menos uma familiaridade oblíqua com a verdade: de acordo com site PolitiFact, que checa informações e é ganhador do Prêmio Pulitzer¹⁸, 69% das declarações de Trump são predominantemente falsas ou mentirosas. No Reino Unido, a campanha a favor da saída da União Europeia triunfou com *slogans* que eram comprovadamente não verdadeiros ou enganosos, mas também comprovadamente ressoantes [...] As duas vitórias anularam as previsões displicentes de experts [...] iluminaram a paisagem em transformação, cujo surgimento a classe política e midiática falharam em registrar.

Ainda de acordo com o autor, tanto a vitória de Donald Trump quanto a votação do Brexit marcam o “colapso” do conceito de verdade, notadamente na esfera política. A questão é vista por D’Ancona na perspectiva de uma realidade não mais estável ou verificável, direcionando as novas regras do debate político. “Foi a política da pós-verdade em seu estado mais puro: o triunfo do visceral sobre o racional, do enganosamente simples sobre o honestamente complexo” (ibidem, p. 29).

D’Ancona refere-se a uma condição em que entram em circulação não apenas um volume de informação elevado a uma potência até então inimaginável, mas também a dificuldade em checar tais dados e estabelecer parâmetros de verossimilhança. Condição essa agravada pelo fato de que a enunciação parte da fala pública, de sujeitos designados e constituídos para a função de enunciador. Concordamos com D’Ancona (ibidem, p. 10), que, ao descrever a entrada do fator emoção nesse movimento de reconhecimento das narrativas factíveis ou não, vê a verdade passar a figurar como “um valor entre outros, relativo e negociável”, perdendo, dessa maneira, “a primazia epistemológica nas discussões públicas”.

Em paralelo à escalada do modelo comunicacional baseado na pós-verdade, outra prática discursiva entra na cena pública de 2017: as *fake news*. Com aumento de 365% no número de menções ao termo na internet, foi eleita a palavra do ano pela editora britânica Collins, responsável pela edição do dicionário homônimo. Tal escolha vem a reboque da

¹⁸ Organizado pela Universidade de Columbia, nos Estados Unidos da América, o Prêmio Pulitzer é um dos mais conceituados e outorgado a pessoas que realizem trabalhos de excelência na área do jornalismo, literatura e composição musical.

popularidade alcançada pelas chamadas notícias falsas nos sucessivos ataques feitos por Donald Trump como presidente eleito dos Estados Unidos da América.

No Brasil, a eleição presidencial de 2018 marca o epicentro da expansão das *fake news*. A respeito disso, Morozov (2018, p. 11) argumenta que:

As eleições brasileiras de 2018 mostraram o alto custo a ser cobrado de sociedades que, dependentes de plataformas digitais e pouco cientes do poder que elas exercem, relutam em pensar as redes como agentes políticos. Os modelos de negócios da *Big Tech*¹⁹ funcionam de tal maneira que deixa de ser relevante se as mensagens disseminadas são verdadeiras ou falsas. Tudo o que importa é se elas viralizam (ou seja, se geram números recorde de cliques e curtidas) [...]. Verdade é o que gera mais visualizações. Sob a ótica das plataformas digitais, as *fake news* são apenas as notícias mais lucrativas.

Em reportagem de Patrícia Campos Mello²⁰ divulgada pelo Jornal Folha de São Paulo em 8 de outubro de 2019, a direção do WhatsApp admitiu, pela primeira vez, que a eleição brasileira de 2018 teve uso de envios maciços de mensagens, com sistemas automatizados contratados de empresas. “Na eleição brasileira do ano passado houve a atuação de empresas fornecedoras de envios maciços de mensagens, que violaram nossos termos de uso para atingir um grande número de pessoas”, afirmou Ben Supple, gerente de políticas públicas e eleições globais do WhatsApp, em palestra no Festival Gabo²¹. Somados, os avanços obtidos por meio das novas configurações tecnológicas de comunicação e o aumento da disseminação de informação falsa impactaram o resultado eleitoral no país.

Ainda que a localização da explosão do fenômeno da notícia falsa possa ser minimamente identificável sob aspectos temporais – a partir de 2016 –, é necessário situar marcos ideológicos e geopolíticos que incidem nesse processo. Um deles é a relação com grupos políticos de direita nos Estados Unidos da América, Rússia e América Latina, o que

¹⁹ Termo em inglês para designar as grandes empresas de tecnologia de dados.

²⁰ Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/10/whatsapp-admite-envio-massivo-ilegal-de-mensagens-nas-eleicoes-de-2018.shtml>. Acesso em: 21 de novembro de 2019. Após a divulgação da reportagem, a jornalista Patrícia Campos Mello passou a ser alvo de perseguição e ataques a sua conduta profissional e moral. As agressões, repudiadas por organismos nacionais e internacionais ligados ao jornalismo, partiram do próprio presidente da república, Jair Bolsonaro.

²¹ Realizado pela Fundação Gabo, tem o objetivo de incentivar a busca pela excelência, inovação e coerência ética no jornalismo, inspirada nos ideais e no trabalho de Gabriel García Márquez e na dinâmica da inovação, criatividade e liderança que caracteriza Medellín, Colômbia. Disponível em <https://premioggm.org/noticias/2019/10/el-festival-gabo-2020-se-celebrara-del-30-de-septiembre-al-2-de-octubre/>. Acesso em: 20/01/2020.

reitera que a desinformação não surge descolada de uma base material, mas em circunstâncias específicas, remetendo a sentidos do passado, travestidos de atualidade.

Retomamos Marx (2011, p. 151), para mostrar o quanto a enunciação das *fake news* por meio de oradores “qualificados”, agentes públicos autorizados, apoia-se numa memória do capital, no que se refere à produção-reprodução da informação, e em práticas nas quais o poder político assume um viés conservador, marcado pela ascensão da extrema-direita no Brasil, que culminou, em novembro de 2018, com a eleição do presidente Jair Bolsonaro.

Assim, reiteramos que o discurso das *fake news* pode ser observado não apenas em relação a métodos políticos em si, mas na tentativa de transformar, como postula Marx, reiterado por Marcuse²² (2011, p. 11), “ideias universais, cada interesse, cada instituição social: o interesse particular da burguesia tomou o poder como interesse geral da sociedade”.

Zoppi-Fontana (2019) faz, do ponto de vista discursivo, distinção entre as duas instâncias, *fake news* e pós-verdade. A analista do discurso observa o fenômeno na perspectiva enunciativa e a partir da relação entre a linguagem e o discurso político. A ênfase é dada, segundo a autora (2019, s/p²³) na maneira como tais palavras circulam e no questionamento sobre “que dispositivos de enunciação, em que condições de produção, permitem produzir como efeito aquilo que se convencionou chamar na sociedade atual de pós-verdade?”.

Para a referida autora, pós-verdade e *fake news* são tratadas como formas de enunciação com diferenças marcantes em seu funcionamento. Pós-verdade é relacionada a figuras identificáveis, “tanto da relação da enunciação como do nome próprio. Uma autorização do dizer a partir de uma instância social já legitimada. E essa relação com o locutor privilegiado é o que leva à aproximação entre pós-verdade e a mentira” (idem, ibidem).

A diferenciação do funcionamento das *fake news* para Zoppi-Fontana (ibidem), ainda que também relacionada ao discurso, diz respeito a uma realidade descolada do dizer.

As *fake news* funcionam ao modo de boato. Elas circulam no anonimato na sociedade, principalmente nas redes sociais. Elas não têm uma relação nem com um lugar social já legitimado que autorizaria um dizer, nem com um

²² Herbert Marcuse retoma a afirmativa de Marx no Prólogo de *O 18 de brumário de Luís Bonaparte* (1818-1883/2011).

²³ Disponível em: <http://www.pnaic.ufscar.br/posts/view/Miscelaneas-Monica-Graciela-Zoppi-Fontana>. Entrevista em vídeo publicada pelo Observatório da Imprensa em 12/03/2019, na edição 1028. A linguista Mónica Graciela Zoppi-Fontana gravada na Universidade Federal de São Carlos durante o V CIAD – Congresso Internacional de Análise do Discurso. Acesso em: 20 de maio de 2019.

nome próprio reconhecível. Elas circulam, se multiplicam. Se repetem de forma anônima, espontânea, não identificável, nas redes sociais, produzindo sentido.

Por se tratar de uma enunciação descolada tanto de uma autoria identificável quanto da fala pública, em sua origem, Zoppi-Fontana (ibidem) coloca a pós-verdade como uma prática enunciativa que projeta um gesto relativo ao modo de circulação da fala pública; a pós-verdade está associada à maneira de enunciar algo que não é verdadeiro:

E não somente que não é verdadeiro, mas o enuncia de um modo emocional e intencionalmente ou deliberadamente mentiroso. Sustenta e afirma aquilo que, de alguma maneira, sabe que não corresponde a um estado de coisas. Quando se designa uma prática enunciativa como pós-verdade, você está implicando, em termos de produção de sentido, tudo isso ao locutor legitimado, autorizado pra dizer.

É relevante observar ainda que a relação entre o dizer autorizado, atravessado por enunciações pós-verdadeiras, implica a constutividade entre discurso político e produção de “fatos alternativos”, projetando, de acordo com D’Ancona (2019, p.29), “o controle como um propósito” .

Evocada como verdade, ainda que enunciada de maneira apartada da realidade dos fatos, o tipo de cena mobilizada na pós-verdade foca a audiência e o efeito da enunciação no locutor. A discussão, portanto, resvala no modo como a informação circula em ambientes digitais em que, ao ser propagada em hiperescala, sedimenta o caminho para a disseminação de mentiras em grandes proporções.

2.2. Regulação e reprodução de gênero em discurso

Um aspecto cujo alcance e especificidade precisa ser enfrentado diz respeito às *fake news* que relacionam política, sexualidade e configurações de gênero. Essa modalidade nos permite estabelecer uma analogia entre seus respectivos consumidores e propagadores e os sujeitos pragmáticos trazidos por Pêcheux (2015), na medida em que ambos não se colocam na perspectiva do deslocamento e da reorganização discursiva, ignorando, como afirma o referido autor (2015, p.115):

Uma série de choques que questionam a definição e fronteira do discurso político, na medida em que elas se baseiam nos processos, através dos quais o domínio/exploração (no campo da sexualidade, da vida privada, do

ambiente, da educação etc...) capitalista se reproduz, na medida em que ela se adapta, transforma, reorganiza.

Esse deslocamento representa a resistência que, discursivamente, não se materializa nos sentidos reproduzidos a partir das *fake news*. Estudo realizado pelo Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas para o Acesso à Informação (Gpopai), da Universidade de São Paulo (USP), constatou que 12 milhões de pessoas compartilharam conteúdos falsos durante o mês de junho de 2018. Foram monitoradas 500 páginas responsáveis pela difusão de *fake news*, sobre temáticas políticas, LGBTQI+ e feminismo. Os números da pesquisa dimensionam o alcance da polarização e da desinformação, principalmente se considerado o volume de seguidores dos perfis de compartilhamento.

Em entrevista ao *site* Manual de Credibilidade, o coordenador do Gpopai, Pablo Ortelado, declarou que “milhões de usuários do Facebook estão polarizados, são vetores de informação, alvos de uma guerra política. E uma das dimensões desta guerra é o compartilhamento, seja para atacar o inimigo ou reforçar a posição do usuário” (ORTELAO, 2019²⁴).

É relevante considerar que a circularidade de sentidos constitutiva das mentiras propagadas em rede aparece ancorada nos comentários associados aos enunciados principais e que acirram a polarização e direcionam para o que Pêcheux (2015, p. 109) define por *formas ideológicas* da submissão dos indivíduos:

Essa divisão nas formas de submissão é decisiva para meu início: ela se deixa apresentar esquematicamente por meio de uma série de oposições no que diz respeito às diferenças práticas na relação dos sujeitos com seu corpo, sua língua, seu pensamento [...] Observamos também o costume à obediência e ao adestramento; invocação religiosa como comportamento ritualizado (com as práticas de doutrinação, da censura e da confissão).

Divulgada em diferentes mídias, e posteriormente incorporada às notícias falsas, a polarização culmina com a entrada de uma suposta “ideologia de gênero” na pauta nacional, o que pode ser constatado em dois momentos cruciais. O primeiro relaciona-se ao cenário político marcado pela ascensão da bancada evangélica no Congresso Nacional, tendo seu ápice nas eleições de 2018. O segundo acompanha a eclosão das ações do Movimento/Projeto Escola Sem Partido, a partir de sua proposição em 2014.

²⁴ Disponível em: <https://www.manualdacidadibilidade.com.br/desinformacao>. Acesso em 15 de agosto de 2019.

E, nesse aspecto, o objetivo é entender a maneira como as *fake news* exercem um controle social nas subjetivações de gênero e na circulação dos sentidos virais sobre o tema. Observamos o empenho de determinados grupos em retirar das escolas brasileiras temas relativos à sexualidade e à diversidade – igualdade e equidade – de gênero. É pertinente, então, lembrar que, de acordo com Engels (2018, p. 79), “cada progresso é simultaneamente um retrocesso relativo, e o bem-estar e o desenvolvimento de uns se verificam às custas da dor e da repressão do outro”.

A análise da base sócio-histórica que possibilitou a inserção do tema no debate nacional é relevante para entender os aspectos que incidem nos processos discursivos e que se ocupam das diferentes dimensões de gênero, provocando, no dizer de Pêcheux (2014, p. 276), “nuvens de fumaça, cujas camadas, atualmente, não param de se estender”.

Trazidas para o campo das identificações de gênero (homem, mulher, ambos ou nenhum), as “nuvens de fumaça” comprometem a permanência de visibilidades histórico-sociais e de subjetivação, colocando o gênero como alvo de determinados processos discursivos. Sobre os caminhos pela legitimidade do diferente em meio à homogeneização de padrões preestabelecidos, Zoppi-Fontana (2017, p. 65) afirma:

[...] É nessa relação com a alteridade que se instauram as lutas por reconhecimento de formas outras de existência histórica, produzida por processos de subjetivação nos quais identificações de gênero e sexualidade participam tanto para a reprodução das normas quanto para sua ruptura e deslocamento. No jogo especular das formações imaginárias, das projeções antecipadas que demandam diversos modos de estar no mundo, ser reconhecido e se reconhecer em relação ao funcionamento social e histórico das masculinidades e das feminilidades, em toda a sua dimensão contraditória e equívoca, faz parte do processo de constituição do sujeito do discurso.

Nessa perspectiva, a referência a aspectos do materialismo histórico é fundamental para o entendimento de que a enunciação do gênero em *fake news* não se dá de maneira apartada do real da língua e do real histórico. A reprodução do gênero em notícias falsas articula-se nas práticas sociais, políticas e religiosas. Ela surge num movimento discursivamente articulado e engendrado em processos de silenciamento (ORLANDI, 2017).

Na crítica aos idealistas alemães, que se baseavam na separação entre a história e a base real da vida comum, Marx e Engels (2007, p. 44) chamam de ilusão de cada época histórica:

[...] se uma época se imagina determinada por motivos puramente “políticos” ou “religiosos”, embora “religião” e “política” sejam tão somente formas de seus motivos reais, então o historiador dessa época aceita essa opinião. [...] Tal concepção é verdadeiramente religiosa, pressupõe o homem religioso como o homem primitivo do qual parte toda a história e, em sua imaginação, põe a produção religiosa de fantasias no lugar da produção real dos meios de vida e da própria vida.

Em concordância com os referidos autores, é preciso entender a maneira pela qual a desarticulação entre história e práxis social implica distorções e regulações morais. E, conseqüentemente, gera fantasias e deformações, a exemplo da inserção da “ideologia de gênero” num amplo contexto, que vai da reformulação das bases da educação no Brasil à tentativa de regulação moral via *fake news*.

A origem da referida expressão é descrita na reportagem “Saiba como surgiu o termo ‘ideologia de gênero’”, veiculada no jornal Folha de São Paulo, em 23 de outubro de 2018. A matéria publicada na editoria de Cotidiano faz referência ao artigo “‘Ideologia de gênero’: a gênese de uma categoria política reacionária – ou: a promoção dos direitos humanos se tornou uma ‘ameaça à família natural?’”, no qual o pesquisador da Universidade de Brasília (UnB) Rogério Diniz Junqueira faz referência ao termo, citado pela primeira vez em 1998, em documento eclesiástico, em uma nota da Conferência Episcopal do Peru, intitulada “A ideologia de gênero: seus perigos e alcances”.

Explicitar o viés religioso/conservador que acompanha a produção das *fake news* é relevante para demonstrar as relações de sentidos estabelecidas entre os enunciados e o acirramento do debate sobre as identificações de gênero.

Citado inicialmente em 1994, durante a Conferência de População do Cairo, o conceito de gênero ganhou espaço em diretrizes religiosas. Em 2000, a Cúria Romana publicou o documento “Família, Matrimônio e União de Fato”. Posteriormente, o Vaticano prosseguiu na inquisição contra o gênero, cujo ápice, em 2008, foi ratificado pelo então Papa Bento XVI, que descreveu gênero como “algo que contrariaria e desprezaria a natureza, e poderia levá-la à autodestruição”. Esse não foi o único episódio em que o referido pontífice se referiu ao assunto. Em dezembro de 2012, retomou a crítica às teorias de gênero durante o pronunciamento de Natal.

Nas palavras de Connell e Raewyn (2015, p. 40):

Manifesta-se o fundamento daquilo que hoje, sob o vocábulo “gender-gênero”, é apresentado como nova filosofia da sexualidade. De acordo com a tal filosofia, o sexo já não é um dado originário da natureza que o homem

deve aciear e preencher pessoalmente de significado, mas uma função social que cada qual define autonomamente.

A observação do modo como o Vaticano enunciou o assunto corrobora com a concepção de Marx e Engels (2007, p. 44), na qual a ilusão religiosa pode se configurar na força motriz da história. Conforme os referidos autores, essa configuração de força “põe a produção religiosa de fantasias no lugar da produção real dos meios de vida e da própria vida”.

Para Harari (2018, p.172), a questão religiosa é retomada pelo viés do determinismo em relação a “quem somos nós e quem são eles, quem devemos curar e quem devemos bombardear”. O gênero, nessa perspectiva, representa o alvo prioritário do bombardeio empreendido pelas *fake news*.

Dessa maneira, a formação discursiva religiosa, com potencial de reverberação em escala mundial, está a serviço da reprodução dos sentidos orientados pela ultradireita nacionalista. Tais sentidos são direcionados para balizar padrões morais reducionistas, notadamente aqueles que dizem respeito à complexidade de gêneros, que extrapolam as fronteiras binárias de masculino x feminino.

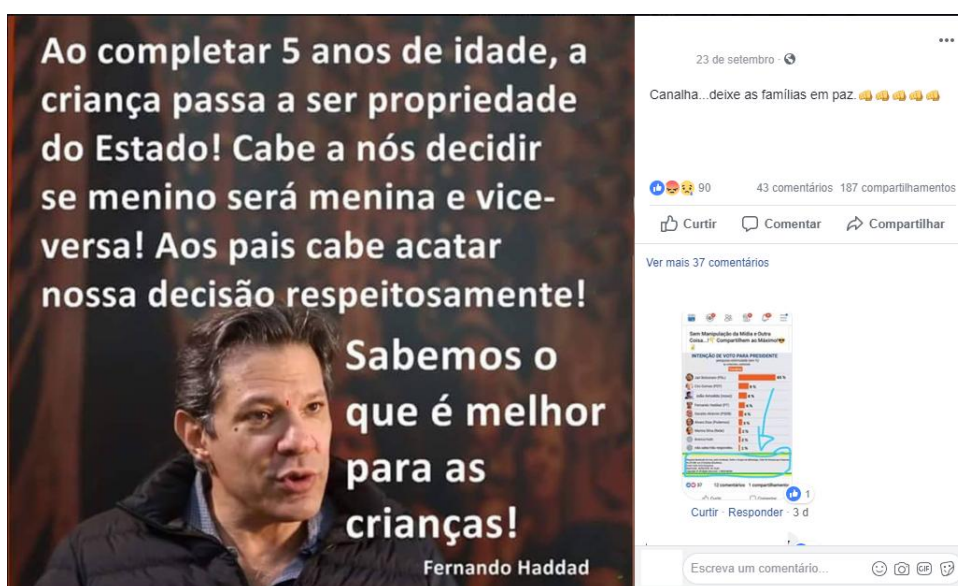
Na tentativa de desidentificação do gênero com configurações não binárias, as notícias falsas operam em sintonia com práticas discursivas que interditam subjetivações e os respectivos saberes que as definem. De acordo com Zoppi-Fontana (2019, s/p), *fake news* são “um boato específico que incide na circulação política dos sentidos, produzindo impacto na construção de evidência. A pós-verdade incide na fala pública de atores políticos, produzindo também impacto nos efeitos de subjetivação e identificação principalmente dos eleitores”.

Em se tratando da especificidade deste trabalho, a análise das Sequências Discursivas (SDs), incluindo o enunciado principal (texto da informação falsa) e o enunciado secundário (comentários sobre o conteúdo original), permite a identificação do que Pêcheux (2015, p.115-116) define como *objetos paradoxais*: “Esses objetos (sob o nome de povo, direito, trabalho, gênero, vida, ciência, natureza, paz, liberdade...) paradoxais funcionam em relações de forças móveis, em mudanças confusas que levam a concordâncias e oposições extremamente instáveis”.

Tais objetos, nesta análise, se vinculam a valores morais e religiosos que remetem à regulação do gênero ideal e ao modelo de família que atende às necessidades da sociedade

capitalista, conforme podemos demonstrar na análise da SD1²⁵ – Haddad diz que Estado decidirá o sexo das crianças e das SDs secundárias (comentários A, B, C e D):

Figura 1 – Sequência discursiva 1: Fernando Haddad



Fonte: Agência Lupa, 2018

SD1: Ao completar 5 anos de idade, a criança passa a ser propriedade do Estado! Cabe a nós decidir se menino será menina e vice-versa! Aos pais cabe acatar nossa decisão respeitosamente! Sabemos o que é melhor para as crianças! Fernando Haddad.

²⁵ Em setembro de 2018, a informação enunciada na SD1 principal foi checada pela Agência Lupa, além do site Aos Fatos e do projeto Estadão Verifica. A notícia foi considerada falsa. Segundo a Agência Lupa, até as 13h do dia 27 de setembro de 2018, a informação atingiu mais de 10 mil compartilhamentos apenas no Facebook.

Partimos do conceito de família definido pelo Artigo 226 da Constituição Brasileira para entender a relação estabelecida entre Estado e propriedade no enunciado da SD1. Ao trazer elementos de saber do campo jurídico, evoca-se o texto constitucional: "A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado". Constroem-se uma discursividade que remete à fala de Fernando Haddad para o que seria um direito do Estado, expresso na Carta Magna e, até então, não exercido por outro candidato.

Ainda no campo constitucional, no capítulo III, o Art. 205, que versa sobre Educação, reitera a educação não apenas como um direito, mas novamente como um "dever do Estado e da família", em que, na incompetência do primeiro (o Estado), a família assumiria tal atribuição. Soma-se aos elementos de saber do direito a referência ao domínio do biológico nos processos de desenvolvimento humano.

Na SD1, situa-se a idade de 5 anos como aquela em que o Estado tomaria para si a prerrogativa de intervir em questões de gênero e de sexualidade da criança. Sabemos que, no estágio do desenvolvimento humano, a fase do pré-operatório (dos 2 aos 7 anos) é descrita por Jean Piaget (1896-1980) pela entrada da função simbólica e da linguagem, o que corresponde a aquisições cognitivas, sociais e emocionais. Todavia, o enunciador joga com um discurso que já está funcionando em outro lugar, na ciência, no direito, na biologia, na educação. Pelo interdiscurso, então, é possível recuperar a memória desses saberes, no que parecem legitimar a falsidade da notícia.

A utilização de determinados verbos reforça os sentidos na cena enunciativa, em que "completar" e "passar" referem-se às crianças, enquanto "decidir" e "saber" se voltam para o sujeito da enunciação. Por sua vez, "decidir" implica também possibilidades: quem não tem, não faz escolha; e quais eram as possibilidades de escolha? Na discussão sobre posse e guarda das crianças, a expressão "aos pais cabe acatar" marca a noção de que a criança passa a ser propriedade do Estado, enquanto aos pais cabe a posição passiva/pacífica de apenas acatar. Esse movimento traz para a cena uma funcionalidade do discurso dominante, evidenciando quem manda e quem obedece, materializando a voz do dominante.

Ao comprometer um determinado leitor pela suposta identificação, o "sabemos" pressupõe um saber (quem sabe o quê), e o efeito de transitoriedade é reforçado pelo uso do "se", que passa a ser outra coisa. Polêmicas à parte, a opção pela exclamação pode apontar para o que seria uma escrita feminina, que apela para um caráter emocional, apelativo, ou de ênfase, espanto. Por sua vez, trazer o pronome pessoal da primeira pessoa do plural ("nossa"), simulando não se tratar de uma fala personalizada, permite considerar que o sujeito da enunciação representa várias vozes, o Estado e tudo o que Fernando Haddad representa: a

esquerda política. Reforçando uma suposta passividade, enquanto se pretende provocar o contrário, evoca-se o respeito, como sentido viral, produzido por dizeres *respeitosamente* falsos.

Para além dos aspectos textuais, o tom sombrio da construção gráfica remete a um desconforto, e a escolha do tamanho da fonte, desproporcional ao espaço, indica algo sufocado, que sai quase que como um grito, o que é reforçado pelo uso do negrito e pelo aumento no tamanho da fonte no segundo parágrafo. Por sua vez, a cor escura da camisa realça o rosto no enquadramento, enquanto a expressão facial e a boca entreaberta indicam que é Haddad quem está falando (o que é reforçado pela assinatura que segue abaixo), remetendo à ilusão da autoria, ao tempo em que sua imagem não olha para os interlocutores.

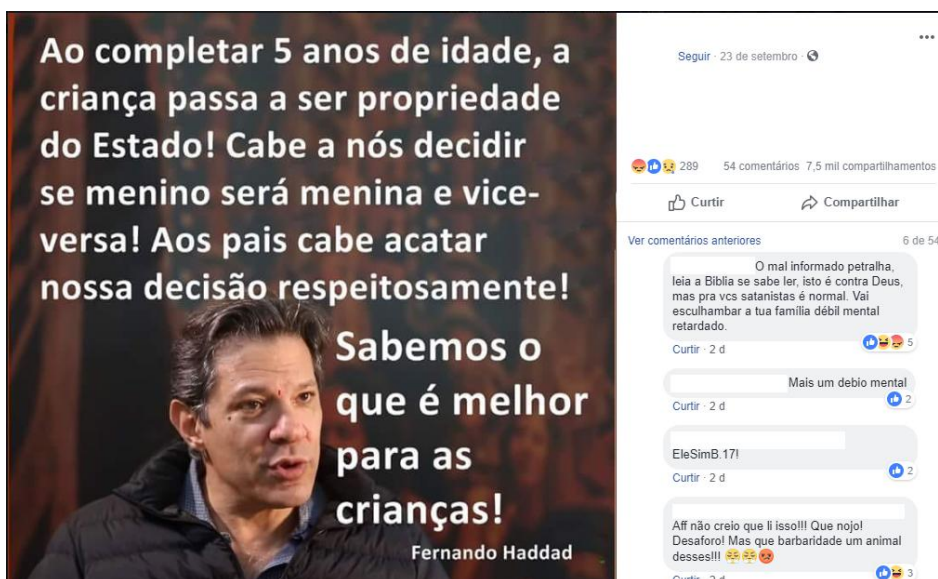
SD1 - comentário A - *Canalha...*, *deixe as famílias em paz.*

O uso da expressão “Canalha”, em referência ao então candidato Fernando Haddad, decorre de uma conclusão a partir do que é apresentado em SD1, situando-se, portanto, como efeito de sentido, produzido pela “certeza” de que Haddad é um canalha, por ter dito o que (não!) disse. Para além dessa conclusão, as reticências apontam para um espaço em aberto no qual muitos outros adjetivos pejorativos podem ser evocados, indicando o que está não dito, silenciado (ORLANDI, 2016).

Por sua vez, no emprego do imperativo “deixe as famílias em paz”, além da não identificação de quais famílias são enunciadas, também não são definidos os sentidos que estão sendo mobilizados para a paz. Não se trata, no entanto, de “nossas famílias”/SD1, mas de realçar “as” famílias, sem abrir margem para as exceções à suposta homogeneidade que se tenta produzir nos interlocutores, ao se referir de modo imperativo a “Haddad”, em específico, pela construção: [Haddad] Canalha [...], deixe as famílias em paz.”

Entendemos haver um processo de identificação do sujeito da enunciação com o sujeito do discurso e com o “auditório” (PÊCHEUX, 2014, p.2015) das notícias falsas: “a multidão, o ‘povo’, no sentido cristão”. Aqui há também o funcionamento de um “nós” (“Deixe as nossas famílias em paz”) que se opõe ao “nós” da SD1 (“cabe a nós decidir ser menino ou menina”).

Figura 2 – Sequência discursiva 2: Comentário B



Fonte: Agência Lupa, 2018

SD1 – Comentário B: O mal informado petralha. Leia a Bíblia se sabe ler. Isto é contra Deus. Mas pra vocês satanistas é normal. Vai esculhambar a tua família débil mental retardado.

Para Pêcheux (2014, p.149), o interdiscurso é algo que fala sempre “antes, em outro lugar e independentemente”. A partir desse entendimento, consideramos que “Petralha” é apresentado como um modo de adjetivação que remete ao campo político e comunista, sendo tal acionamento produzido por uma memória que traz um sentido pejorativo da militância de esquerda no Brasil.

Por sua vez, “satanistas” evoca sentidos de ordem religiosa. Em “Mas pra vocês satanistas é normal”, retoma-se o par normal/anormal, marcado pela adversativa (“mas”) afirmando a normalidade da notícia falsa, para Haddad e seus eleitores, adjetivados como “satanistas” em razão do seu (suposto) posicionamento quanto ao gênero. Como contraponto ao satanismo, o imperativo “Leia a Bíblia” recupera as bases do Cristianismo enquanto parâmetro de verdade assumido pelo sujeito do discurso dominante. A partir do pressuposto cristão, na dualidade que se encerra na relação entre Deus (forma-sujeito do discurso religioso judaico-cristão) e Satanás (o Seu opositor), conclui-se que a proposta de Haddad (“Isto”) “é contra Deus”, numa construção na qual “isto” sintetiza, enquanto eufemismo, tudo o que supostamente foi dito por Haddad.

Para além do caráter imperativo, em “Vai esculhambar a tua família”, o uso do “tu”, ao tempo em que traz certa formalidade (em distinção ao você, por exemplo), pelo desvio na concordância com o verbo (vai) ao invés de “vais”, aponta para uma escrita que se torna informal/coloquial e que particulariza na família de Haddad um modelo de família que se opõe à Bíblia e a Deus. Por seu turno, as expressões “débil mental” e “retardado” põem em perspectiva os discursos biomédico e psiquiátrico. Nesse entrecruzamento discursivo, são identificados pelo menos três discursos alinhados, o político, o religioso e o biomédico, produzindo efeitos de sentido na circulação da notícia falsa, em que os diferentes modelos de família (do Estado, da religião cristã e da saúde) são postos em relação, para, pelo ataque à “ideologia de gênero”, mobilizar o eleitorado brasileiro contra o candidato Fernando Haddad.

Figura 3 – Sequência discursiva 1: Comentário C



Fonte: Agência Lupa, 2018

SD1 – Comentário C: Te livrar mas nas mãos de Deus ninguém pode te tirar. Nem mesmo os demônios tem poder pra livrar o homem das mãos de Deus. Toma cuidado e mede suas palavras. Você não conhece Deus do céu. Vai lembrar do que te falo um dia.

O uso do verbo livrar (pressupondo que Haddad esteja preso) traz para o campo religioso a possibilidade da libertação, mas curiosamente aponta para um deslize em que a prisão do interlocutor (e não a sua liberdade) está nas “mãos de Deus”, enquanto um destino inevitável aos que se opõem à vontade divina, enquanto a verdade expressa na Bíblia: “E

conhecereis a verdade e a verdade vos libertará” (João 18: 38). Todavia, o discurso religioso reforça o medo (“toma cuidado, ninguém pode te livrar, nem mesmo os demônios tem poder pra livrar o homem, mede suas palavras, vai lembrar do que te falo um dia”) enquanto efeito que se amplia para os interlocutores (eleitores) simpatizantes do então candidato, o que, por extensão, permite colocar em relação o bem e o mal, Deus e Satanás [...] e Haddad. O não dito que se opõe a Haddad nessa relação é, portanto, a posição-sujeito com a qual se identifica o sujeito da enunciação.

Por efeito metafórico, as “mãos de Deus” representam um lugar de castigo e de prisão, reforçando o sentido de medo de um Deus ameaçador, do qual não se pode escapar. Todavia, “ninguém” não significa todas as pessoas, mas, pelo funcionamento da restrição, remete aos que se identificam com a formação discursiva religiosa em questão. Em SD1-B e SD1-C, há um “eu” que fala em nome de Deus, assumindo a função de “porta-voz”, o que, de acordo com Pêcheux (2016, p.93), “permite identificar por quem a demanda pública é feita”. Na referida SD, temos o sujeito universal do discurso religioso judaico-cristão (Deus) representado no sujeito da enunciação.

Observa-se também que o enunciado principal da SD1 mobiliza uma memória do comunismo naturalizada nas sociedades de classe. Embora o candidato Fernando Haddad (Partido dos Trabalhadores) não tenha relação com o comunismo, a campanha eleitoral foi pautada pela polarização entre partidos de “esquerda” x “direita”, naturalizando a falsa universalidade da esquerda política associada aos comunistas.

Retomaremos Courtine (2014), com o propósito de situar as condições de produção em que está inscrita a memória discursiva que atravessa a complexidade da maneira como o comunismo entra no campo de atualidades políticas e religiosas trazidas pela *fake news* de gênero. O primeiro ponto é entender que a “noção de memória discursiva diz respeito à existência histórica do enunciado no interior das práticas discursivas regradas por aparelhos ideológicos” (ibidem, p. 106). Ainda conforme Courtine (2014, p.134, grifos do autor):

Particularmente o comunismo, “doutrina” execrável, destrutiva até do direito natural (Pio IX, *Qui pluribus*, 9 de novembro de 1846), “seita bárbara”, incluindo nas sociedades clandestinas no *Syllabus* (8 de dezembro de 1864), “peste mortal que, se inserindo nos membros da sociedade humana, não a deixa descansar e lhe prepara novas revoluções e funestas catástrofes” (Leão XIII, *inscrutabili*, 21 de abril de 1878), inscreve-se no registro metafórico do *contágio mortal*, dando assim o tom dos julgamentos que, mais tarde, serão proferidos, porém, com atenuações notáveis depois do Vaticano II. Socialismo e comunismo aparecem assim como princípios contra a natureza: o direito à propriedade privada é de fato sancionado pelo direito natural, assim como a hierarquização das classes sociais.

Para Courtine (2014, p.134), a *resistência essencial* inscreve-se no plano teórico, impossibilitando a “conciliação doutrinal” com o materialismo histórico: “erro fundamental”:

“sistema de pensamento negador de Deus e perseguidor da Igreja”, segundo termos de Paulo VI. A argumentação do Papa baseia-se nas perseguições que sofreram as Igrejas nos países do Leste, “Igrejas do silêncio” que apenas expressavam-se pelo sofrimento personificado na figura do mártir: “na realidade, nossa queixa é mais gemido de vítimas do que sentença de juizes”.

E, nesse ponto, recorremos a Mariani (1998, p. 19-20, grifo da autora), cujo trabalho estabelece um quadro histórico na referenciação e no lugar imaginário ocupado pelo Partido Comunista Brasileiro, por meio de enunciados jornalísticos:

O comunismo é um inimigo. Esta “equação linguística” – comunista = inimigo –, a qual fixa um “lugar do mal” na história do Partido no Brasil, na forma como foi apresentada pela imprensa não partidária, se encontra um sentido sempre-já negativo, reiterado na forma de diferentes denominações ou como elemento integrante de narrativas políticas [...] Durante décadas, para grande parte do mundo ocidental, incluindo-se o Brasil, o comunismo foi representado como uma ameaça aos valores estabelecidos. As palavras *direita* e *esquerda* caracterizavam, e ainda caracterizam, distintas concepções sociais e econômicas, resultantes de modelos políticos diferentes.

A análise da SD1 possibilita entender os efeitos discursivos de uma informação que, mesmo comprovadamente falsa, após trabalho de checagem, ultrapassa mais de 150 mil ampliações, algumas delas ampliações fabricadas²⁶, que legitimam posições-sujeito heteronormativas.

A amplificação da SD1 prossegue mesmo após a decisão 0601437-91.2018.6.00.0000²⁷, proferida pelo Colegiado do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) contra o Facebook Serviços Online do Brasil Ltda. Tal decisão obriga a retirada do ar da página “Cacilda”, responsável por mais de cem mil compartilhamentos da notícia fraudulenta.

Publicada em 25 de setembro de 2018, a decisão do TSE argumenta que:

²⁶ *Amplification* fabricada (*manufactured amplification*) acontece quando o alcance ou a difusão da informação são impulsionados por meios artificiais. Isso inclui manipulação humana ou automatizada de mecanismos de busca.

²⁷ Trata-se de representação, com pedido liminar e de direito de resposta, ajuizada pela Coligação O Povo Feliz de Novo e por seu candidato ao cargo de presidente da República, Fernando Haddad, contra Facebook Serviços Online do Brasil Ltda.

a página representada emprega sua “popularidade” (fl. 7) nas redes sociais para “disseminar informações flagrantemente inverídicas sobre eventual posicionamento do candidato no que diz respeito à identidade de gênero e à autonomia das crianças e das famílias brasileiras”, e afirma que “o público da página recebeu tais afirmações como verdadeiras e passou a disseminá-las de forma viral (TSE, 2018, s/p).

Ainda na sequência principal da SD1, o uso da imagem do então candidato Fernando Haddad confere sentido de autoria e de autoridade ao dito. Portanto, não se trata de qualquer pessoa enunciando, mas de uma circulação de fala pública. Para Zoppi-Fontana (2019, s/p.) “uma mentira no cotidiano é uma mentira. Quando se está falando da circulação social de falas públicas e locutores legitimados, a questão toma outra dimensão, e aí é que se utiliza no debate público as noções de pós-verdade e fake news”.

Ao tratar da imagem enquanto operador de memória social, Davallon (2007, p. 25) afirma que “a imagem funciona como um marcador de realidade, e principalmente: ela pode também conservar a força das relações sociais (e fará então impressão sobre o espectador)”. Em se tratando da desinformação deliberada, estabelecer pequenos vínculos com uma aparente realidade representa um aumento significativo da possibilidade de adesão à notícia falsa. Ainda para Davallon (ibidem, p. 28), “a imagem teria, assim, capacidade para integrar os elementos que a compõem em uma totalidade. É porque compreenderíamos o sentido global antes de reconhecer a significação dos elementos”.

Essa capacidade imagética é fundamental para o acionamento dos sentidos virais em *fake news*, visto que implicaria uma maior rapidez do acionamento da memória, antecipando posições instantâneas. A observação do funcionamento das *fake news* nos leva, então, a estabelecer vinculações constitutivas entre *as coisas a saber* que marcam o discurso de gênero e a informação manipulada. Tal constatação corrobora com o vínculo dos dizeres das notícias falsas aos sentidos mobilizados nas formações discursivas político-religiosas conservadoras. Como vemos nos comentários que seguem, é estabelecido um alto grau de antagonismo entre o povo de Deus, de um lado, e a *canalhada*, a *esculhambação*, o *satanista*, a *debilidade mental*, o *retardo*, em sentido oposto.

SD1 - Comentário A: Canalha..., deixe as famílias em paz.

SD1 - Comentário B: O mal informado petralha. Leia a Bíblia se sabe ler. Isto é contra Deus, mas pra você satanista, é normal. Vai esculhambar a tua família debil mental retardado.

SD1- Comentário C: Te livrar mas nas mãos de Deus ninguém.

Em SD1-A, especificamente, o uso de reticências indica/funçiona como um guarda-chuva para tudo aquilo que é considerado negativo e que ameaça o sentido de família. Para Pêcheux (2014, p. 132) “os objetos ideológicos são sempre fornecidos ao mesmo tempo em que a ‘maneira de se servir deles’, seu ‘sentido’, isto é, sua orientação, ou seja, os interesses de classe aos quais eles servem”. O que reforça uma rede de significações estabelecida a partir da adesão ou oposição dos usuários (sujeitos pragmáticos) ao conteúdo replicado. É relevante considerar ainda que, além do enunciado, a circularidade de sentido aparece ancorada nos comentários que acirram a polarização e direcionam para o que Pêcheux (2015, p.109) define como *formas ideológicas* da submissão dos indivíduos:

Essa divisão nas formas de submissão é decisiva para meu início: ela se deixa apresentar esquematicamente por meio de uma série de oposições no que diz respeito às diferenças práticas na relação dos sujeitos com seu corpo, sua língua, seu pensamento [...] Observamos também o costume à obediência e ao adestramento; invocação religiosa como comportamento ritualizado (com as práticas de doutrinação, da censura e da confissão)

A figura de Deus é recorrente nos comentários da SD1 (A, B e C), demonstrando a influência da Formação Discursiva (FD) religiosa. Em se tratando da submissão às práticas religiosas, Maldidier (2017, p.72) lembra que: “Comentando Spinoza, Michel Pecheux diz belamente: ‘Deus não tem nenhum estilo próprio: pela boca dos profetas ele fala de modo diferente da mesma coisa; ele pode também designar coisas diferentes através das mesmas palavras’”.

A afirmação é corroborada por Courtine e Marandin (2016, p. 39, grifos dos autores), para quem uma FD não é “uma só linguagem para todos”, tampouco “*cada uma com sua linguagem*”, mas “*as linguagens em um mesmo*”. Considerando

uma FD como heterogênea em relação a si mesma: o fechamento de uma FD é fundamentalmente instável, ele não consiste em um limite traçado de uma vez por todas que separa um interior e um exterior, mas se inscreve entre diversas FDs como *uma fronteira que se desloca* em função das questões da luta ideológica.

Nas mentiras programadas, as recorrentes tentativas de apagamento impostas às determinações de gênero situadas fora do escopo heteronormativo (masculino-feminino) relacionam-se com a desvinculação entre prática social e ideia dominante de um gênero

dominante. A trajetória discursiva, que acompanha a entrada do termo “ideologia de gênero” no debate nacional, impulsionando a máquina de produção dos conteúdos falsificados, mostra a pertinência e a atualidade dessa análise. Na medida em que tangencia identidades e subjetivações, o discurso político-religioso impõe uma noção de gênero e a regulação da sexualidade com base em padrões androcêntricos, conforme demonstraremos a seguir.

2.3. O real da identidade não binária – gênero do capital mobiliza sentido de fé à direita androcêntrica

Para Paveau (2019, p. 291), a noção de classe é imprescindível no trabalho com o gênero. Na concepção da autora, estudos relacionados ao gênero inserem-se num “lugar possível para a repolitização da teoria do discurso, efetivamente, eles poderiam ser qualificados como materialistas, no sentido histórico”. Segundo Paveau (2019, p. 291):

Trabalhar com o “gênero” supõe levar em conta o corpo em sua materialidade e, mais amplamente, considerar, na análise dos discursos, as condições de vida materiais dos sujeitos. Isso implica, portanto, a meu ver, desencarcerar o discurso de sua concepção logocentrada para considerar um *continuum* entre corpo e discurso

Como todo discurso é sempre produzido a partir das condições de produção dadas (PÊCHEUX, 2014), destacamos que, no Brasil, o posicionamento da Igreja Católica Apostólica Romana, também em relação ao debate de gênero, expande-se para as denominações evangélicas e neopetencostais. Sobre essa questão, a revista Carta Capital publicou, em 21 de outubro de 2018, entrevista intitulada “Ideologia de gênero é o que mais mobiliza eleitores evangélicos”, na qual a pesquisadora norte-americana Amy Erica Smith, professora-associada de Ciência Política na Universidade de Iowa, explica o fenômeno da participação de evangélicos na política brasileira. Segundo Smith, a orientação desse grupo religioso estaria pautada em duas frentes bem-definidas: “Defender interesses institucionais, principalmente a capacidade de evangelizar e combater o que chamam de ideologia de gênero”.

Dados do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap) confirmam que o avanço da bancada evangélica no Congresso aumentou. O número de parlamentares subiu de 78 para 91 nas eleições 2018.

Autora do livro, ainda inédito no país, *Religion and Brazilian Democracy: Mobilizing the People of God*²⁸ (Religião e Democracia Brasileira: Mobilizando o Povo de Deus), Smith identifica o início do avanço da participação de grupos religiosos na política nacional. A partir de 1986, aumenta exponencialmente a participação de pentecostais e neopentecostais, proporcionalmente ao crescimento do número de evangélicos no país. Durante o período constituinte, foram eleitos 18 representantes pentecostais ou neopentecostais e 15 representantes evangélicos não pentecostais.

Em 2015, segundo o Diap, eleitores evangélicos, que correspondem a 30% da população, passaram a ser representados no Congresso Nacional por 17% dos deputados e 4% dos senadores. Tal representação nos remete novamente à concepção de Marx e Engels (2007) sobre a maneira como o curso da história articula e transforma as ideias da classe dominante em ideias dominantes que “não são nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como ideais” (MARX; ENGELS, 2007, p. 47), em um movimento no qual a política passa a representar os ideais de grupos religiosos específicos e alinhados ao pensamento da classe social que detém o poder, o que constitui a base material das condições de produção dos discursos dominantes.

O estado dado das CP tem respaldo numa estrutura definida que incide “nos processos de produção do discurso a partir da língua”, o que indica que as condições fixadas correspondem a um conjunto de “discursos sucessíveis de serem engendrados nessas condições, se manifesta invariante semântico-retóricas estáveis” (PÊCHEUX, 2014, p.74), diz o autor sobre a importância de que sequências discursivas fechadas sejam referidas em relação a outros discursos possíveis, “a partir de um estado definido das condições de produção” (idem, p.78). Ainda de acordo com Pêcheux, “é claro que num estado dado das condições de produção de um discurso, os elementos que constituem esse estado não são simplesmente justapostos, mas mantêm entre si relações suscetíveis de variar segundo a natureza dos elementos colocados em jogo” (Ibidem, p.85).

Cabe lembrar que, por um lado, a eficácia varia de elemento para elemento, embora um dos elementos assuma a dominância, da mesma forma que a dominância do capital é evidente na consolidação dos meios de propagação das notícias falsas. Por outro lado, identifica-se o deslocamento do dominante para a ordem político-ideológica na produção de conteúdos ligados à regulação da moral e dos costumes. Por essa razão, o alinhamento das *fake news* de gênero à moral e às orientações de base religiosas (católica, pentecostais e

²⁸ A obra foi lançada em 2019, pela Cambridge University Press.

neopetencostais) reforça as diretrizes políticas, que buscam circunscrever o trânsito de diferentes gêneros aos esquemas normativos naturalizados em diferentes instâncias (família, religião e política).

Ao situar a política como um campo de sedução com horizontes ampliados pelo desenvolvimento das novas mídias, Courtine (2016, p.117) afirma que “governar é aparecer. O Estado teria se tornado um espetáculo; a política, um show televisivo; a imagem dos homens públicos, energia essencial da convicção; e seu corpo, uma peça indispensável da arte de governar.”

O governar foi e permanece sendo o saber mostrar-se. A encenação política do corpo não é mais ilusória hoje do que aquela da qual Versalhes constituía o faustoso teatro. A expressão Estado-espetáculo convém, aliás, melhor ao século do Luís XIV do que ao nosso, que é, antes, aquele do indivíduo-espetáculo (COURTINE, 2016).

O autor evoca a relação entre mídia e espetacularização da política, em referência ao avanço da penetração do rádio e da TV na vida cotidiana. Em se tratando das notícias falsas e de sua propagação em redes *on-line*, a política do espetáculo assume uma potência até então inédita, inserindo entre os principais elementos da cena a desconstrução da possibilidade do entendimento do gênero como algo deslocado de normas universais. Para Courtine (2016), as mutações decorrentes das transformações nas tecnologias de comunicação de massa evocam mutações complexas no espetáculo político.

De acordo com Marx e Engels (2007), as novas classes dominantes têm o poder de impor ideias e validá-las como algo de interesse coletivo e com desdobramentos na vida cotidiana das pessoas, mesmo que tais “ideias dominantes” não tenham ressonância mínima com a práxis de cada época, a exemplo das questões relativas às reconfigurações de gênero.

Recorre-se aqui a Marx e Engels (2007) para estabelecer aproximação entre as notícias falsas e a ilusão da existência de gêneros naturalizados nas relações materiais dominantes nas sociedades de classe. Desse modo, ratificamos o vínculo constitutivo entre o discurso das *fakes news*, a fé e a política no empreendimento da manipulação dos sentidos virais que regulam o gênero do capital.

Entende-se que tais notícias reproduzem a maneira pela qual uma ideia dominante se desloca do campo religioso, atravessa o campo político e atinge a regulação dos costumes. E, nesse deslocamento, se apropria de princípios orientadores, respaldados no androcentrismo. Para Barretto (2015, p. 124):

A base androcêntrica das sociedades contemporâneas nada mais é que uma ideologia baseada em um sistema de valores que cabe considerar o homem em sentido genérico e universal. [...] e uma concepção do humano defendida porque, para situar-se e legitimar-se no centro hegemônico, autodefine-se superior, determinando inferiores as mulheres e homens que não participam dessa vontade de poder.

Enquanto Engels (2018, p. 79) afirma que o primeiro antagonismo de classe da história corresponde ao “desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher na monogamia; e a primeira opressão de classes, com a opressão do sexo feminino pelo masculino”, a abordagem sexista das *fake news* trabalha no apagamento dos gêneros não binários.

A partir dessa regulação de viés político-religioso, documentos basilares da educação, a exemplo do Plano Nacional de Educação (PNE), passaram por sucessivas modificações. Dentre elas, a supressão das expressões gênero e orientação sexual. Essa desconstrução do projeto de superação de desigualdades no ambiente escolar tem efeito dominó, sendo acompanhada pelos planos estaduais e municipais de educação.

De acordo com Pêcheux (2014, p. 132):

É aí, na verdade, que o vínculo contraditório entre reprodução e transformação das leis de produção se liga ao nível ideológico, na medida em que não são os “objetos” ideológicos regionais tornados um a um, mas sim o próprio desmembramento em regiões (Deus, a Moral, a Lei, a Justiça, a Família, o Saber etc.) e as relações de desigualdade, subordinação entre essas regiões que constituem a cena da luta ideológica de classes.

Movimento similar pode ser verificado na Base Nacional Comum Curricular (2017). O documento que, em tese, deveria preconizar a equidade no ensino, por meio de referências comuns obrigatórias para todas as escolas de educação básica, passou por sucessivas versões e, em cada uma delas, novas supressões dos termos gênero e orientação sexual foram aplicadas. Fecha-se o espaço que possibilita a transformação a partir de novas configurações no campo do gênero.

De acordo com Pêcheux (2014, p. 132), “os ‘objetos’ ideológicos são sempre fornecidos ao mesmo tempo [em] que a ‘maneira de se servir deles’ – seu ‘sentido’, isto é, sua orientação [...]”. Desse modo, o movimento de assepsia de gênero, marcado pela articulação de interesses políticos e religiosos, inscreve essas posições ideológicas no campo das relações de dominação e subordinação das sociedades de classes, mais precisamente no que se refere a um quadro de valores que se apresentam como objetivos coletivos e reais. Convém lembrar, no entanto, que, de acordo com Mészáros (2014, p. 65):

Na verdade, a ideologia não é ilusão nem superstição religiosa de indivíduos mal-orientados, mas uma forma específica de consciência social, materialmente ancorada e sustentada [...]. As diferentes formas ideológicas de consciência social têm (mesmo se em graus, direta e indiretamente) implicações práticas de longo alcance em todas as suas variedades, na arte, na literatura, assim como na filosofia e na teoria social.

A busca pela perpetuação de um gênero hegemônico associado ao capital é responsável pela consolidação da cena discursiva na qual as notícias falsas operam no reforço ao dominante. Retomamos Corten (1999), para ressaltar o modo como a encenação do gênero proibido se materializa nas mentiras compartilhadas, naturalizando uma suposta transparência própria da teatralização, que mobiliza a intencionalidade da regulação de gênero. No dizer de Corten (1997, p.37):

É a cena onde os elementos que perpassam a sociedade são vistos como “forças” e vistos como “forças políticas”. Diremos, pois, que o político é a realidade dessas forças tais como essas se destacam de maneira mais ou menos precisa à vista de todos [...]. É o discurso em circulação que constrói a montagem e delimita o fechamento da cena

Ericson (2019, p. 108) afirma que “o campo de circulação discursiva excede o espaço fechado da representação das forças políticas, operando sob duas formas: as fórmulas que conferem sua plausibilidade a essas forças (a exemplo dos enunciados originários) e as versões narrativas que vão permitir aceitabilidade”. Diante da ficção constitutiva que compõe a cena das notícias falsas, destacamos o processo de invisibilidade e reforço à política de silenciamento, que, conforme Orlandi (2015, p. 73), “se define pelo fato de que ao dizer algo apagamos necessariamente outros sentidos possíveis, mas indesejáveis em uma situação discursiva dada”. Dados do Grupo Gay da Bahia (GGB) mostram que a cada 23 horas um LGBTQI+²⁹ é morto no Brasil, vítima de homofobia e transfobia, corroborando que a invisibilidade se transforma em apagamento quando saímos da cena enunciativa das *fake news* para a prática social.

Há que se considerar ainda não apenas onde reside a ilusão da transparência de uma “ideia dominante” que se apresenta como arauto da “isenção ideológica”, mas também, como Zoppi-Fontana (2017, p. 63-71) afirma,

Em relação aos processos de individuação pelo Estado e pelas relações de poder e dominação que configuram uma formação social, as identificações de gênero trabalham os processos imaginários de reconhecimento/desconhecimento que constituem os sujeitos nas suas relações sociais. É nessa relação com a alteridade que se instauram as lutas

²⁹Utilizada por organismos internacionais (ONU e Anistia Internacional) a sigla LGBTQI+ representa: **L:** Lésbicas; **G:** Gays; **B:** Bissexuais; **T:** Travestis, Transexuais e transgêneros; **P:** Pansexuais; **Q:** Queer.

por reconhecimento de outras formas de existência histórica, produzidas por processos de subjetivação nos quais identificações de gênero e sexualidade participam tanto para a reprodução de normas quanto para a sua ruptura e deslocamento.

Os processos discursivos que circulam a partir de uma “ideia dominante” buscam legitimar um conjunto de práticas contrárias ao processo de transformação social pautada na emancipação humana. Assim, ao evocar o gênero hegemônico, pode-se afirmar pelas análises que as *fake news* dão sustentação ao que já está posto e institucionalizado pela Igreja e pelo campo político, impedindo a construção do reconhecimento das subjetividades e o conhecimento próprio da práxis social.

3. CONTROLE E DATIFICAÇÃO DA EXPERIÊNCIA ON-LINE

Na perspectiva da AD, esta seção estabelece um paralelo entre discurso jornalístico e *fake news*. Abordamos também as implicações do funcionamento da ação algorítmica na circulação de dados e sentidos compartilhados nas plataformas digitais, ajustadas à dinâmica ideológica do capital.

3.1. A crise estrutural do jornalismo: grande paráfrase entre a notícia e o *fake*

No âmbito do estudo da desinformação, o esforço inicial recai sobre a investigação do quadro teórico ao qual Marcondes Filho (1986) se debruça para estabelecer não apenas o caráter político e econômico do discurso noticioso nas sociedades de classe, mas, notadamente, os aspectos ideológicos e, no caso deste estudo, de ordem tecnológica e discursiva que incidem na prática midiática e sua relação com as demandas sociais.

Pêcheux (2015, p.25), discorrendo sobre a transformação de matéria-prima num produto determinado, transformada por um trabalho humano determinado, afirma:

Sabe-se que a prática social de uma sociedade determinada admite como fator dominante seu *modo de produção*, quer dizer, a organização complexa das *forças de produção* (instrumentos de produção e forças produtivas) e das *relações de produção* (formas de relações sociais entre os produtores). Isso nos adverte sobre a necessidade de colocar em linhas diferentes a prática técnica e prática política.

É nessa perspectiva de reconhecimento do jornalismo e de suas práticas, enquanto resultado do modo de produção capitalista, que entendemos que a conjunção de diferentes fatores que influem no ato de comunicação, partindo do estatuto que funda os conceitos de jornalismo e de notícia, passa pelo reconhecimento da ordem mercantil dessas instâncias. A referência à paráfrase no título desta subseção dialoga com o conceito trazido por Leon e Pêcheux (2015, p. 165), no qual “o ‘sentido’ de um texto, de uma frase e, no limite, de uma palavra só existe em referência a outros textos, frases ou palavras que constituem seu ‘contexto’”. Baseados em Mézáros (2011), parafrasticamente, consideramos a “crise estrutural do jornalismo” enquanto um movimento universal que afeta globalmente as relações de produção da mídia, não apenas no aspecto da distribuição de conteúdo, mas da própria relação da imprensa com o capital e com a política.

Na digressão sobre aspectos fundantes de um e de outro, trazemos Marcondes Filho (1986, p. 11) e a constatação do vínculo constitutivo entre jornalismo, especificamente a

grande mídia, e as forças políticas e econômicas: “Criar jornais é encontrar uma forma de elevar a uma alta potência o interesse que tem indivíduos e grupos em afirmar suas opiniões e informações”.

Para esse autor (ibidem, p. 13), notícia seria a transmutação de informação em mercadoria, trazendo em sua estrutura nuclear “apelos estéticos, emocionais e sensacionais” capazes de adaptar a informação “às normas mercadológicas de generalização, padronização e negação do subjetivismo”.

Ela pertence, portanto, ao jogo de forças da sociedade e só é compreensível por meio de sua lógica. Essa lógica supõe três dimensões [...] a) inserção da notícia como fator de sobrevivência econômica (infraestrutura, portanto) do veículo (como mercadoria); b) como veiculado ideológico; e c) como estabilizador político.

Para Medina (1988, p.16), a mensagem jornalística, as atividades comerciais e “os próprios avanços tecnológicos fazem parte das necessidades da industrialização, o que reforça a informação, no caso, jornalística, como decorrência normal do sistema econômico que está na base” das sociedades capitalistas. Nas palavras da autora:

A corrida para a revolução nas técnicas de imprensa [...] era o ponto de partida para a produção em massa que permitiria reduzir custos e acelerava extraordinariamente a circulação. Era outra prova da interligação entre o desenvolvimento da imprensa e o desenvolvimento capitalista. O desenvolvimento das bases da produção em massa, de que a imprensa participou amplamente, acompanhou o surto demográfico da população [...]

No quadro temporal dos primeiros relatos sobre a mensagem jornalística e seu correspondente mercantil, Medina (1988) localiza, por volta de 1890, o início do estabelecimento da empresa jornalística no Brasil, especificamente no Rio de Janeiro, à época considerado centro de poder político e econômico. É nesse período que, de acordo com a referida autora, ocorrem as primeiras tentativas de transformação da prática jornalística em “exploração comercial e industrial”, com foco na lucratividade, no aumento da circulação e dos espaços vendidos para anúncios comerciais. Nessa lógica, Medina pontua que “a empresa passa a considerar preferencialmente o gosto do leitor” (ibidem, p. 47).

Passado mais de um século, o discurso midiático não apenas reforçou sua relação com os modos de produção capitalista, mas também tem enfrentado uma de suas principais crises, acirrada pela entrada em circulação das notícias falsas e pela descentralização da produção de conteúdo. A paráfrase com Mészáros (2011) é feita num momento em que o meio digital

estabelece outra dinâmica para as narrativas, que passam a ser instantâneas, simultâneas e espetaculares.

Ainda que ancoradas em pressupostos teóricos de naturezas distintas (informar e desinformar), tanto as discursividades jornalísticas quanto a narrativa das notícias falsas partem de posições ideológicas bem definidas e orientadas pelo que é trazido por Pêcheux (2014, p. 146-147):

[...] as palavras, expressões, proposições etc. mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às formações ideológicas [...] nas quais essas posições se inscrevem.

A aparente transparência do jornalismo, assim como a inequívoca função de iludir das *fake news*, camufla os efeitos discursivos articulados à prática de um e de outro. Tenta-se estabelecer uma relação com a suposta verdade dos fatos. É do lugar dessa opacidade que trazemos a compreensão de Mariani (1998, p. 61-62) sobre a aproximação entre jornalismo e discurso pedagógico:

Ao fazer crer que apresenta os fatos tais como são, com uma linguagem isenta de subjetividades, o discurso jornalístico atua à semelhança de um discurso pedagógico em sua forma mais autoritária. Se no discurso pedagógico autoritário cabe ao professor fazer a mediação entre um saber científico e os aprendizes [...], no discurso jornalístico mascara-se um apagamento de interpretação em nome de fatos que falam por si.

Entendemos que o mascaramento no discurso jornalístico não se restringe ao intradiscurso. Ele se expressa constitutivamente um gesto de “acobertamento ideológico” (PÊCHEUX, 2014, p.114) da interpretação dos fatos. Nega-se a subjetividade como meio de reforçar uma pretensa objetividade. O que lemos, ouvimos e vemos, a partir da imprensa, reflete as CP e reprodução do discurso jornalístico. Nessa perspectiva, Dela-Silva (2008) afirma que “os dizeres da/na mídia constituem acontecimentos jornalísticos ao instaurarem discursividades, ou seja, ao produzirem efeitos de sentido para e por sujeitos, o que se dá a partir de condições de produção específicas da prática midiática”.

Ao tratarmos da base material de tal prática, é preciso trazer para discussão o que Mariane (1998, p.73) afirma sobre o mito da neutralidade e da imparcialidade: “Comunicar/informar/noticiar (na imprensa) são atos resultantes de um controle exterior,

vindo do Estado e do sistema jurídico por um lado, e, por outro, de um controle internalizado na própria atividade jornalística”.

Ainda nessa perspectiva, Gaia (2011, p. 49) amplia o debate sobre a “lógica da aparente autonomia”, acrescentando que, ao focar sua atividade na informação, “o jornalismo trabalha em permanente conflito com a lógica do mercado, já que a maior vendagem sinaliza mais anúncios e contratos”, o que possibilita pensar as mídias enquanto “espaço privilegiado de circulação de sentidos sociais” e o jornalismo enquanto “construtor da realidade”, na medida em que define a publicação e o silenciamento das notícias (idem, p.72).

Para Ramires (2017, p.47), a apresentação da imprensa enquanto “cenário propício para observação do cotidiano da sociedade e, conseqüentemente, de suas manifestações ideológicas” relaciona-se com o fato de que “os discursos produzidos na mídia, na atualidade, evidenciam posições ideológicas organizadas na e inseridas na formação social do capital”. A partir dessa concepção, podemos dizer que, assim como o discurso do jornalismo está para o capital, as categorias da AD mobilizadas neste trabalho estão para o que consideramos uma análise da base real do funcionamento do jornalismo no cotidiano e em seu contraponto com as notícias falsas.

Somados, a falta de transparência, o controle externo e interno, a ilusão da objetividade e a dependência da estrutura estão entre alguns dos principais elementos que compõem a atual conjuntura midiática brasileira, profundamente afetada pela descentralização e pela velocidade da produção e distribuição da informação.

Um ponto de impacto a ser considerado nas CP que determinam a constituição do discurso da mídia é o funcionamento em rede dos meios de comunicação – veículos impressos, rádio, televisão não operam mais isoladamente. De acordo com Ramonet (1999, p. 39-45), o funcionamento em cadeia consiste em “uns repetindo os outros, uns imitando os outros”.

A demanda posta por essa configuração comunicativo-discursiva deve ser entendida a partir de dois aspectos distintos. O primeiro deles recai sobre a possibilidade de reprodução da informação em velocidade e escala até então inexistentes, se comparadas às mídias clássicas. Conforme Bucci (2018, p.19):

O que é a carteira de assinantes de um jornal, algo em torno dos 250 mil leitores, como no caso dos maiores diários do Brasil, perto da escala de um Facebook, que tem perto de 2 bilhões de usuários com perfis ativos, quase um terço da humanidade? As práticas comunicacionais adotadas nas redes sociais, que não se pautam pela verificação criteriosa dos fatos ou

pelos critérios de veracidade e de pluralidade, soterram e comprimem as ilhas que observam os protocolos clássicos da imprensa.

Não é possível estabelecer termos comparativos entre o volume de assinatura de jornais impressos na era do acesso à informação, por meio do que D'Ancona (2018) denomina “bazar digital” em referência à Web 2.0³⁰, marcada pela elasticidade na hierarquia de produção da informação e no compartilhamento que pode ser feita diretamente entre usuários, par a par.

Conforme Bucher³¹ (2018, p. 165-170), empresas jornalísticas não competem mais entre si. Com o advento de plataformas de mídia digitais, como o Google, o Facebook e o Twitter, elas têm como prioridade na concorrência as empresas de tecnologia. “A maior preocupação é realmente como concorrer sem perder sua integridade jornalística. Como você pode se orientar por uma lógica algorítmica no Facebook sem perder sua integridade jornalística?” (ibidem, p.169).

A desproporção entre a capacidade de reprodução da informação e de sentidos por parte das mídias tradicionais em relação às digitais é abissal. Ao se ocupar da temporalidade jornalística, Moretzsohn (2002, p.12) trata o aspecto velocidade, entendido, enquanto em tempo real, como um fetiche, “no sentido marxista, segundo o qual o produto do trabalho, tão logo assume a forma de mercadoria, passa a ter ‘vida própria’, a valer por si, escondendo a relação social que lhe deu origem”.

Dessa maneira, a autora argumenta que, “antes de tudo, importa chegar na frente do concorrente e alimentar o sistema com dados novos, num *continuum* a pautar o trabalho nas grandes redações” (ibidem, grifo da autora). Ao refletir sobre o valor de uso e valor de troca das notícias, Marcondes Filho (1986, p.25-27) argumenta: “O valor de uso não é somente a notícia, a informação, assim como o valor de troca não é somente a compra”. Para o autor (ibidem, p. 30), as duas esferas interpenetram-se:

O que caracteriza o jornalismo não é somente vender os fatos e os acontecimentos (que seriam puramente o valor de uso da informação), mas, ao transformá-los em mercadoria, explorar e vender a sua aparência, o seu impacto, o caráter explosivo associado ao fato. Isso constrói a sua aparência de ‘valor de uso’.

³⁰ Termo criado em 2003 por Tim O'Reilly. Refere-se a atualizações da internet com avanços na capacidade de compartilhamento de informações; colaboração entre usuários por meio de funcionalidades que possibilitam compartilhamento e aumento no tráfego de dados.

³¹ Em entrevista a Amanda Chevtchouk Jurno e Sílvia DalBen publicada na Revista Parágrafo, v.6, n.1. jan./abr. 2018.

Moretzsohn (2002, p 120) entende que o enquadramento da notícia enquanto mercadoria possibilita sua análise a partir do conceito marxista de fetiche em dois aspectos. O primeiro deles relacionado à máxima de que “os fatos falam por si” e, na sequência, à ocultação do “processo de produção de sentido”.

O interesse pela notícia, *fake* ou a narrativa dos fatos não se encerra no dia seguinte à sua publicação. Ao contrário do dito popular de que “notícia antiga só serve pra embrulhar peixe e forrar gaiola de passarinho”, a internet e os dispositivos de armazenamento em nuvem³² asseguram a perenidade do fato e do *fake*, que podem ser acessados, em qualquer tempo, com o status de verdade.

O boato³³, aqui pensado na concepção discursiva proposta por Orlandi (2012, p. 134), “modo de dizer em que há sempre uma diferença a significar, um ruído (protesto ou falta de verdade)”, cede lugar a um tipo de enunciação que extrapola “o burburinho”. Diferentemente das *fake news*, cuja enunciação trabalha com a tentativa falha (de um sentido único), o boato, para Orlandi (ibidem, p.135), situa-se “a meio caminho da constituição do sentido (filiação do dizer a uma memória que não é diretamente acessível ao de memória) e sua formulação ainda não acabada (sempre estabelecida por falhas, possibilidades de diferentes versões)”.

Na perspectiva da AD e buscando estabelecer um paralelo entre o discurso jornalístico e o das *fake news*, retomamos Pêcheux (2015 p. 28-29, grifos do autor), no que diz respeito à teleológica que:

vem preencher um desejo, uma falta, uma demanda que se define fora da própria técnica. O lugar onde se define a falta que indicará sua função em relação a esta técnica particular *não é* esta técnica, mas o todo organizado da própria prática social, quer dizer, em primeiro lugar, o modo de produção, tal como o definimos [...] a lei da *resposta* técnica a uma *demand*a social é constitutiva da prática técnica.

No primeiro caso, o do jornalismo, a demanda técnica impõe a necessidade do cruzamento entre diferentes práticas no processo de produção da notícia e, principalmente, um *aparente* equilíbrio entre elas. No processo de produção das *fake news*, a ênfase é majoritariamente dada nas práticas ideológica e política. Não há preocupação com critérios mínimos de objetividade em relação ao fato narrado. Na notícia falsa, a demanda ideológica fala por si, posto que não postula a factualidade de uma ideia ou acontecimento real.

³² Armazenamento de dados públicos e privados em servidores remotos.

³³ Na seção 3.2 retomaremos o papel do boato na construção da história brasileira.

Ainda assim, é preciso reiterar que o enfraquecimento dos protocolos de produção da informação jornalística traz para a cena enunciativa o que chamaremos de o *orador das fake news*, figura na qual aproximamos do que diz Pêcheux (2014, p.77) sobre um tipo específico que experimenta “o lugar de ouvinte a partir de seu próprio lugar de orador: sua habilidade de imaginar, de perceder o ouvinte é, às vezes, decisiva se ele sabe prever, em tempo hábil, onde o ouvinte o espera”³⁴.

Parafraseando Pêcheux, situamos um não sujeito das *fake news*, constituído com o propósito de arregimentar sentidos para uma demanda também exterior a si. A não autoria da desinformação propagada em redes induz a um pseudo apagamento daquele que representaria o sujeito emissor, embora seja possível identificar as formações discursivas representadas.

Na reflexão de Gomes (2009), os pressupostos aos quais estão submetidos os atos discursivos de comunicação tanto nos enunciados teóricos, na descrição ou interpretação do mundo pressupõem facticidade quanto às convenções e regras. E, dentre as normas, está, de acordo com Gomes (*ibidem*, p. 9-10), o princípio da veracidade.

Dizer algo é, ao mesmo tempo, sustentar uma posição sobre fatos e coisas e assumir o compromisso com qualquer interlocutor que a posição sustentada é por mim considerada verdadeira [...] o que está em questão na norma da veracidade é uma obrigação que afeta todos os enunciados declarativos [...] o jornalismo é uma atividade integralmente afetada pela norma da veracidade. A notícia, o produto específico dessa atividade, ganha, em geral, a forma verbal de um enunciado declarativo, de uma descrição ou de uma narrativa sobre eventos reais.

Para Gomes, opinião e análise, enquanto argumentação sobre a realidade, não excluem a relação com a verdade: “O jornalismo não apenas assume com o consumidor de notícias a obrigação de ser veraz, mas também o compromisso de usar todos os recursos possíveis para evitar o engano e o erro” (*ibidem*, p. 11).

Sobre a entrada em circulação das notícias falsas, é importante considerar a argumentação e a produção do efeito de sustentação em relação à evidência de que não precisa ser checada e, portanto, é tomada por verdade. Não menos importante é considerar que a circulação impulsionada de maneira automatizada pode ser mais determinante na produção de sentidos que o argumento em si.

³⁴ “Robert Pages (in ‘Image de l’émetteur et du récepteur dans la communication’, Bulletin de Psychologie de l’Université de Paris, abril, 1995) observa que o emissor se guia, se ajusta em seu discurso por pressuposições que visam um ‘público relativamente determinado’. Em certos casos, acrescenta ele, o emissor é informado do ‘eco’ encontrado por emissões anteriores no receptor e modifica paulatinamente suas pressuposições” (PÊCHEUX, 2014, p.77).

Por seu turno, Lage (2005, p.119) retoma o fator credibilidade no discurso jornalismo enquanto premissa do compromisso entre veículo e público que toma o fato noticiado como real. “No entanto, a veiculação de um fato real no discurso jornalístico é, em si, outro fato real”, sinalizando para sucessão de fatos que se sobrepõem ao “fato originado”. Lage argumenta ainda que “o conceito de realidade implica a construção de versões a partir dos fatos. Essas versões (a) selecionam fatos e b) estabelecem relações entre eles e deles com informações da memória ou percepções do ambiente” (ibidem).

Para Ramonet (2019, p.120), um dos aspectos definidores do cruzamento entre o uso da internet e as mídias é que “agora todos somos meios”. Conforme o autor, “antigamente”, a angulação de relatos gerais era imposta pela grande mídia e havia poucos meios para questionamentos ou discordâncias referentes a essa “dominação”. Tanto indivíduos quanto grupos organizados dispunham de uma pequena margem para qualquer tipo de questionamento face ao que era divulgado, tampouco podiam comprar grandes jornais, rádios e redes de televisão. Conforme Ramonet (2019, p. 120-122):

A dominação da grande mídia foi muito importante até recentemente; ela impunha não apenas seus relatos, como a moral política, a direção política. As elites jornalísticas e os padrões da imprensa eram capazes de criar uma manipulação de massa sutil, com argumentos que pareciam normais, para conduzir a sociedade na direção desejada, em favor, evidentemente, dos grandes interesses do Estado [...] O campo midiático não se reduz mais a uma única e tradicional galáxia, composta pela trilogia sagrada: imprensa escrita, rádio e televisão.

O autor faz sua análise em referência à dominação das redes sociais, transformadas em “meios passivos contemporâneos” (2019, idem) . A nova conjuntura midiática, impulsionada pelo avanço tecnológico impôs novos parâmetros de audiência e, principalmente, de influência, rompendo com pressupostos básicos do jornalismo – atualidade, objetividade, relevância, valor notícia – e os limites da realidade: “A função da notícia – diz Pack – é orientar o homem e a sociedade num mundo real” (MORETZSOHN, 2002, p.63).

Considerando os pressupostos adotados na pesquisa, estabelecemos aproximação entre a ilusão da existência de gêneros naturalizados nas relações materiais dominantes nas sociedades de classe. Desse modo, ratificamos o vínculo constitutivo entre o discurso das *fake news*, a fé e a política no empreendimento da manipulação dos sentidos virais que regulam o androcêntrico do capital.

3.2. Fake news e o efeito da verdade

Ao desconsiderar aspectos basilares da produção de notícias jornalísticas, as *fake news* rompem com protocolos mínimos de noticiabilidade, a exemplo da apuração dos fatos e da checagem dos dados. Soma-se ao funcionamento das notícias falsas, primeiro, o que Guilhaumou (2016, p.57) conceitua por “o efeito de real”, caracterizado pela ilusão de que a realidade fala por si mesma e que seria suficiente apenas descrevê-la. E, segundo, de acordo com Pêcheux (2014, p.145-146), o efeito de evidência por meio da “ideologia, que através do ‘hábito’ e do ‘uso’ está designando ao mesmo tempo o que é e o que deve ser”.

Estudo³⁵ publicado em março de 2018 pela revista *Science* faz um comparativo entre a capacidade de propagação das notícias falsas em relação às verdadeiras. A conclusão dos pesquisadores do Media Lab, do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT, na sigla em inglês), é de que, no Twitter, as *fake news* têm 70% mais chances de serem compartilhadas em relação a informações verdadeiras. E essa capacidade apoia-se não apenas no apelo das mentiras circuladas nas redes sociais, mas no alcance da propagação.

Entre 2016 e 2017, foram examinadas mais de 126 mil histórias, que atingiram mais de 4 milhões de compartilhamentos. Em entrevista ao Jornal O Estado de São Paulo³⁶, Sinan Aral, principal autor da pesquisa, declarou a possibilidade de aplicação dos resultados em outros países:

As conclusões do nosso estudo podem ser extrapoladas para qualquer outro país, incluindo o Brasil. O estudo teve foco nos Estados Unidos e nós estudamos as postagens feitas em inglês no Twitter em todo o mundo que passaram pela verificação de agências de checagem de fatos. No entanto, os padrões de disseminação das informações falsas que detectamos foram os mesmos em diversos países de língua inglesa e certamente se aplicam a postagens em outras línguas também (ARAL, 2018, s/p)

Ao discorrer sobre o mentir, Courtine (2006) faz referência, a partir do texto atribuído a Jonathan Swift³⁷, a algo que mobiliza a política desde *A República*, de Platão, até o *Príncipe*, de Maquiavel. De acordo com Courtine (ibidem, p. 21), considerado uma gramática da mentira, o texto trata de uma “sociedade de mentirosos”, baseada na enganação política e

³⁵ Disponível em: <http://news.mit.edu/2018/study-twitter-false-news-travels-faster-true-stories-0308>. Acesso em: 1º de janeiro de 2019.

³⁶ Disponível em: <https://ciencia.estadao.com.br/noticias/geral,fake-news-se-espalham-70-mais-rapido-que-as-noticias-verdadeiras-diz-novo-estudo,70002219357>. Acesso em: 3 de agosto de 2019.

³⁷ Em *Arte da Mentira Política* (1733), atribuído a Jonathan Swift, Jean-Jacques Courtine assina a parte I, O mentir verdadeiro (2006).

que, para tal intento, seriam necessárias condições específicas, a exemplo de “dispor de uma massa de crédulos prontos a repetir, expandir, disseminar por toda parte as falsas notícias que foram forjadas por outros”. Apesar do espaço temporal com o texto de Swift (de 1733), podemos estabelecer uma comparação entre as mentiras descritas pelo autor e a existência da mesma “massa de incrédulos” dispostos a repetir e compartilhar mentiras nos dias atuais. Com a diferença de que, para Courtine (ibidem, p.21), “a mentira hoje é eletrônica, instantânea, global; o produto de uma organização racional e de uma estrita divisão do trabalho”.

As considerações de Courtine acerca do imbricamento entre política, mentira e capacidade de propagação de notícias falsas estão relacionadas à inexistência de conexão entre a enunciação e o fato enunciado. Ao ponderar sobre o fato de o mentir ter saído da fase oral e alcançado, a partir do desenvolvimento da imprensa escrita, no século 19, sua “revolução industrial” (ibidem, p.22), o autor faz referência a “uma sistematicidade e difusão com as quais não teria ousado sonhar” (ibidem). E na diferenciação entre as mentiras totalitária e democrática, Courtine afirma que a primeira “veio, num avanço decisivo, afetar a natureza mesma da linguagem, a possibilidade mesma de pensar a verdade e de expressá-la com palavras” (ibidem). Enquanto a segunda “é pluralista. Ela não pretende a exclusividade, mas coexiste, tolerantemente com as da concorrência. [...] a mentira democrática é efêmera, eclética” (ibidem, p. 25).

Com o propósito de estabelecer marcas que caracterizam a mentira da atualidade discursiva, implicada na propagação da desinformação, o *Manual de Credibilidade Jornalística* compilou e reproduziu trechos de *Um Breve Guia da História das Fake News*³⁸ (on-line) do *International Center for Journalist* (2013). Idealizado pelo jornalista Alberto Dines³⁹ (1932-2018), o manual constrói uma linha do tempo sobre a mentira, ressaltando o modo como o discurso da mentira associa-se, ao longo da história, à cena política.

O percurso tem início no século 4º a.C., período em que o futuro imperador romano Augusto não mediu esforços para difamar Marco Antonio, seu adversário, a quem foi imputada a pecha de ser mulherengo, bêbado e amante de Cleópatra, a rainha egípcia. Por sua vez, o salto para o século 6º, durante o Império Bizantino, traz o historiador Procópio como responsável por produzir e espalhar mentiras contra a reputação do imperador Constantino.

³⁸ Disponível em: <https://www.manualdacredibilidade.com.br/historia>. Acesso em: 10 de junho de 2019.

³⁹ Jornalista, Alberto Dines é referência na criação do Observatório da Imprensa, transformado na principal revista eletrônica de jornalismo da TV brasileira.

Na Renascença italiana, o conclave papal de 1522 foi abalado pelas inverdades contidas nos sonetos do poeta Pietro Aretino. O objetivo era favorecer Giulio de Médici, o único candidato a papa poupado dos ataques. Este fato, especificamente, tem relação com a história mundial da mídia. De acordo com Darnton (2018, s/p), por exibir seus sonetos perto de uma estátua, o Pasquino, nas imediações da Praça Navona, em Roma, Aretino teve sua história associada à origem da palavra pasquim, em referência às publicações falsas e sensacionalistas”.

O Guia traz ainda relatos sobre a “circulação de rumores” às vésperas e durante a Revolução Francesa e que teriam sido responsáveis pela queda do ministério do Conde de Maurepas Luís XVI. Escritos em formato de canção e poemas, tais rumores são comparados pelo autor com os atuais tuítes. Outros exemplos selecionados estão situados na Inglaterra, com a produção de fragmentos falsos, semifalsos e verdadeiros, igualmente difamadores, durante o século 18, em Londres. A prática coincide com o período de ascensão do público leitor de jornais.

Já no século 19, informações falsas sobre a “descoberta” de vida na lua são publicadas pelo jornal *The New York Sun*. E durante o nazismo, Joseph Goebbels, idealizador do Ministério do Esclarecimento Público e da Propaganda, se notabiliza por disseminar o ódio contra os judeus. As informações falsas eram veiculadas em diferentes meios, da imprensa ao teatro. Vê-se, portanto, que o uso da mentira para referendar interesses político-ideológicos permanece intocado, sendo ressignificado na medida em que cada tempo histórico-social restabelece suas prioridades. A mudança se dá na atual configuração de propagação da desinformação.

3.3. Neutralidade do algoritmo e demanda social

O processo de produção discursiva das *fake news*, “numa relação ideológica de classe” (PÊCHEUX, 2014, p.82), apresenta-se como meio de identificação das engrenagens que formam a base socio-histórica responsável pela ascensão e consolidação das informações falsas em escala mundial. É nessa perspectiva que intencionamos chegar ao desvelamento de aspectos discursivos que extrapolam o viés tecnológico. Para Pêcheux (2015, p 28), “a técnica tem uma estrutura teleológica externa: ela vem preencher um desejo, uma falta, uma demanda que se define fora da própria técnica”. No caso das *fake news* em geral, as demandas atendem a “faltas” localizadas na esfera tecnológica (fusão entre fluxos de dados em tempo real e mediação por computadores). As FN de gênero têm a especificidade da demanda por

processos “discursivo-ideológicos”, aqui pensados na concepção pecheutiana do pré-construído. Pêcheux (2014, p.113), ao discorrer sobre “aquilo que todo mundo sabe”, refere-se a “conteúdos do pensamento do ‘sujeito universal’ suporte da identificação e àquilo que todo mundo, em uma situação dada, pode entender, sob a forma das evidências do ‘contexto situacional’”.

Destacamos, nesse aspecto, a visão de futuro de Pêcheux e o quanto o pesquisador antecipou o que viria a ser, nos dias atuais, o centro das discussões sobre o imbricamento teórico entre discurso e mediação tecnológica. Sobre essa antecipação e sua relação com o campo teórico, Maldidier (2017, p. 20) descreve como “estranheza (premonitória) do recurso à informática”. Nas palavras da referida autora:

O dispositivo, o conjunto de procedimentos informatizados só valem em sua relação com a teoria. A elaboração de uma análise automática, isto é, de um dispositivo técnico complexo informatizado, se inscreve em sua reflexão de então sobre as práticas dos instrumentos científicos [...] e representa nesta época um ponto de encontro entre a lingüística e a informática [...].

A autora se refere ao interesse de Pêcheux, a partir da década de 1970, pelo cruzamento de estudos matemáticos, propostos por Mireille Lagarrigue, e linguísticos, desenvolvidos por Cristiane Kevardec, sobre enunciados elementares relacionados ao discurso. Nesse percurso, na década de 1980, estudos com *softwares* voltados para análise sintática traziam os “algoritmos discursivos” para a pesquisa, apontando a aproximação entre o discurso e os dispositivos de informática. Maldidier (2017, p.20) reitera que “o discurso deve ser tomado nas relações e nos procedimentos imaginados pelo mecânico-teórico, Pêcheux. Este dava, conjuntamente, a teoria de um objeto novo e os meios de discerni-lo”.

Sobre a inter-relação entre discurso e dispositivos informáticos, agora acrescidos da consolidação do avanço do acesso das redes de conexão *on-line*, Paveau (2019, p.288) situa aspectos dessa aproximação desde a década de 1970, e afirma:

Desde então, houve o desenvolvimento fulgurante das comunicações e das mídias, a mundialização das pessoas como das ideias e dos discursos (para melhor e para pior), e a revolução digital: se o indivíduo não está apagado, é forçoso constatar que as discursividades mudaram de natureza, que elas são muito mais coletivas, que elas podem ser pseudônimas e até anônimas e automáticas mesmo (eu penso nas produções discursivas algorítmicas), em todo caso, elas existem em quantidade incomensurável em relação às épocas anteriores.

Tomando a perspectiva discursiva como base para a observação do estágio atual do diálogo entre a AD e a revolução digital, traremos a concepção de computação algorítmica proposta por Gillespie (2018). O autor traçou o mapeamento conceitual dos algoritmos enquanto ferramenta computacional que, ao ser utilizada, impacta as práticas de conhecimento humano. Harari (2018, p.74) localiza o impacto de tais mudanças no que chama de confluência de “imensas revoluções” nos campos da biologia e da tecnologia⁴⁰.

Por sua vez, a proposta Gillespie (2018, p. 96) é mostrar não apenas como esses “elementos-chave do sistema informacional” são “convocados”, “recrutados” e “negociados”, mas também o quanto eles são reveladores do funcionamento das demandas humanas e institucionais, que direcionam a ação algorítmica e que podem referenciar ramificações políticas.

Algoritmos de recomendação são os responsáveis pelo reconhecimento, dentre outras coisas, das preferências dos usuários em rede e têm a capacidade de trazer ao nosso encontro sugestões de fragmentos “novos ou esquecidos” da cultura. De acordo com Gillespie (ibidem, p. 97), “juntos, eles não só nos ajudam a encontrar informações, mas nos fornecem meios para saber o que há para ser conhecido e como fazê-lo”. Cabe lembrar que tais algoritmos estão presentes em interações entre usuários e dispositivos eletrônicos conectados à internet.

As proposições teóricas empreendidas por Gillespie evidenciam a preocupação com algo que nos inquieta e que diz respeito às implicações da propagação de “discurso” e “conhecimentos”, forjadas a partir da ação humana na programação de elementos tecnológicos, ligados à computação contemporânea. Isso ocorre “à medida que adotamos ferramentas computacionais como nossos principais meios de expressão” (idem, ibidem).

Nesse aspecto, é preciso acessar diferentes conceituações⁴¹ que dimensionam a abrangência algorítmica. Trataremos neste tópico das diferenças mais relevantes e que, ao mesmo tempo, possibilitam o diálogo com algumas das categorias discursivas que incidem na produção e na reprodução das notícias falsas.

A possibilidade de pensarmos os computadores enquanto máquinas algorítmicas com capacidades múltiplas, a exemplo de ler, armazenar e transformar dados por meio de

⁴⁰ “Por um lado, biólogos estão decifrando os mistérios do corpo humano, particularmente do cérebro e dos sentimentos. Ao mesmo tempo cientistas da computação estão nos dando um poder de processamento de dados sem precedentes (HARARI, 2018, p.74)

⁴¹ Jurno e DalBen (2018, p. 17-29) afirmam que “algoritmos são duros de compreender, difíceis de descrever e virtualmente impossíveis de observar (ZIEWITZ, 2011, p. 1)” ; assim como átomos, eles podem ser considerados a unidade básica da computação (DIALOPOULOS, 2014) ; “Uma sequência finita de passos que se usa para resolver um problema, e algoritmos são muitos mais amplos – e mais antigos – do que o computador” (CHRISTIAN; GRIFFITHS, 2017, p.13).

procedimentos matemático,s é dada por Light (1999 *apud* GILLESPIE, 2018). Para esse autor, de forma *controlada*, algoritmos são capazes de oferecer “novas informações como resultado. Porém, tratam-se de procedimentos que poderiam ser feitos manualmente e, de fato, eram feitos” (LIGHT, 1999 *apud*, GILLESPIE, 2018, p. 97). Concordamos com Light quanto ao risco dos efeitos de transferir escolhas individuais para a máquina, bem como o risco de posicionamentos coletivos tomados a partir da simulação de uma memória artificial. Discursivamente, a reflexão no campo da ação artificial algorítmica se dá, dentre outros aspectos, na possibilidade provocada de retomada dos sentidos pela via de discursos anteriores e das formações discursivas às quais pertencem.

Sobre isso, Pêcheux (2014, p.85) diz que :

as diversas formações resultam elas mesmas de processos discursivos anteriores (provenientes de outras condições de produção) que deixaram de funcionar, mas que deram “nascimento” às tomadas de posição implícitas que asseguram a possibilidade do processo discursivo em foco.

Ainda de acordo com Pêcheux (*ibidem*), “a percepção é sempre atravessada pelo ‘já ouvido’” e, por meio dele, são constitutivas “as substâncias das formações imaginárias enunciadas”.

Os desafios epistemológico do estudo dos algoritmos são trazidos por Bucher (2018, p. 165-170), para quem a possibilidade de múltiplas realidades impactam a performance, ou melhor, “o tipo de trabalho envolvido para fazer com que essas origens certas apareçam”. O alerta expande-se sobre a relevância de se conhecer “quando” diante da impossibilidade da identificação de “quem fez o que em relação a alguma coisa”. Numa perspectiva discursiva, pensamos o alerta da autora como algo da ordem do funcionamento argumentativo e da subjetivação, considerando os interlocutores que, em tese, definiriam a performance social da ação algorítmica. Como esse elemento, aparentemente da ordem tecnológica, produz sentidos a partir de um funcionamento discursivo em diferentes dimensões da vida cotidiana, Bucher (2018, p. 165-170) explica que:

Na verdade, algoritmo é tecnicamente distribuído, mas também é muito distribuído socialmente. Ele vive diferentes tipos de vida. E nós precisamos ser bem específicos sobre qual tipo de vida em contexto estamos falando [...] Quando falamos sobre accountability algorítmica, transparência, discriminação, parcialidade etc., nós estamos muito obcecados em encontrar a origem certa de culpa, a origem da ação. Nós ainda precisamos compreender as responsabilidades.

No caso deste trabalho, o algoritmo focado é, especificamente, o que Gillespie (2018 p. 98) chama de *algoritmo de relevância pública* e que, por meio de procedimentos matemáticos, produz e certifica conhecimento. Na perspectiva da AD, buscamos observá-los enquanto “processos ideológicos, que simulam os processos científicos” (PÊCHEUX, 2014, p. 81). Ainda que o funcionamento do algoritmo vincule-se a padrões matemáticos de programação, a resposta esperada da ação algorítmica está intrinsecamente associada a uma exterioridade, a uma demanda social. Concordamos com Pêcheux (2015, p.34), em sua análise sobre “a prática técnica e os produtos ideológicos que estão em continuidade com ela”, ao entender que são estes constitutivos, pois não se pode apartar da ação algorítmica a questão do sentido e de sua inscrição “numa relação ideológica de classes” (ibidem, p.82).

Dentre as distinções estabelecidas por Gillespie (2018, p. 99) está a compreensão conceitual dos usuários para quem algoritmos e banco de dados são conjugados: “Usuários geralmente os tratam como único mecanismo em funcionamento”. E, aos “olhos do mercado, os criadores da base de dados e os provedores do algoritmo são geralmente os mesmos, ou trabalham em consonância econômica e, muitas vezes, ideológica”

A escolha do *algoritmo de relevância pública* não é aleatória, pois partimos do que diz Dalben e Jurno (2018, p.17-29): “Esses algoritmos funcionam prevendo comportamentos e preferências a partir de dados sobre um determinado usuário. O trabalho desses agentes é escolher o que o usuário X gostaria de ver”. O que significa dizer que tais algoritmos determinam, dentre outras ações, os *posts* a serem visualizados, sites de maior relevância nas buscas, determinados perfis de usuários. E, principalmente, a seleção algorítmica impacta diretamente na visualização de *fake news*, visto que sua programação não está voltada para a seleção do que é falso ou verdadeiro, mas daquilo que interessa ao usuário e, conseqüentemente, promove o engajamento e curtidas (*likes*) nos conteúdos propostos. A tentativa de adequação do conteúdo ao gosto do usuário é explicada por Dalben e Jurno (2018, p. 20):

Eles escolhem quais posts esse usuário irá visualizar em seu perfil pessoal; em qual ordem eles estarão organizados e, portanto, serão visualizados; quais páginas merecem maior destaque em um determinado site; qual link oferece o conteúdo mais relevante para determinada busca; qual produto pode ser interessante para um usuário X; qual conteúdo está de acordo com os gostos do usuário X, e etc.

Compartilhamos com tais autoras o interesse nesses tipos de algoritmos, por serem os mais utilizados em sites de busca como Google e em determinadas plataformas digitais de redes sociais, como Facebook e Twitter. A ação algorítmica nesses espaços corrobora para a

existência de relação intrínseca com a produção de sentidos. Ainda que o viés ideológico apareça como algo “ocasional”, a nosso ver, ele é constante, conforme demonstraremos na perspectiva discursiva de cada uma das cinco dimensões propostas por Gillespie (2018) para enquadramento de um algoritmo como de relevância pública. Com o objetivo de desvelar e promover o cruzamento entre categorias da AD e aspectos técnicos, trataremos de cada dimensão isoladamente, destacando, num primeiro momento, os aspectos discursivos e, na sequência, seu correspondente na linguagem algorítmica.

1– **Padrões de inclusão** (GILLESPIE, 2018, p.98) – No aspecto discursivo, devem ser pensados em primeiro lugar, na perspectiva do conceito de Pêcheux (2014, p.147) para as *formações discursivas*, enquanto “aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada, numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito”. Nesse caso, o que pode e deve ser mostrado pelo algoritmo.

Tais padrões funcionam como legitimadores do que cada FD autoriza. E, num segundo momento, a partir dos silenciamentos (ORLANDI, 2007), em sua materialidade significativa. Entende-se que, em termos de programação algorítmica, a exclusão se dá com o propósito de eliminar não apenas o dado em si, mas o sentido que tal informação pode alcançar. Ainda de acordo com Orlandi (ibidem, p.720), “com efeito, a política do silêncio se define pelo fato de que ao dizer algo apagamos necessariamente outros sentidos possíveis, mas indesejáveis em uma situação”. Dessa maneira, as exclusões obedecem a escolhas deslocadas do usuário gerador do dado e atendem a índices de valor, visto que dados são transformados em mercadoria. Tecnicamente, os padrões de inclusão (idem, ibidem, p.98) são tratados como “escolhas por trás do que gera um índice, em primeiro lugar; o que é excluído; e como os dados são preparados para o algoritmo”. Na medida em que escolhem o tipo de informação a ser visualizada pelos usuários, outras são silenciadas.

2 – **Ciclo de antecipação** (GILLESPIE, 2018, p.98) – Nesse ciclo, evidencia-se o quanto algoritmos trabalham a partir do que, em AD, é posto como processos antecipatórios, voltados para a resposta que se pretende alcançar. Para Pêcheux (2014, p.77, grifos do autor):

Esta antecipação *do que o outro vai pensar* parece constitutiva de qualquer discurso, através de variações que são definidas ao mesmo tempo dos campos possíveis da patologia mental aplicada ao comportamento verbal e pelos modos de resposta que o funcionamento da instituição autoriza ao ouvinte: a esse respeito, um sermão e uma conversa a bandeiras despregadas “funcionam” de modo diferente. Em certos casos, o ouvinte ou o auditório pode *bloquear* o discurso ou, ao contrário, *apoiá-lo* por meio de intervenções diretas ou indiretas, verbais ou não verbais.

Situamos a antecipação na perspectiva dos processos de identificação e contraidentificação, que, de acordo com Pêcheux (ibidem, p.200), se dão no “interior da forma-sujeito, na medida em que o efeito daquilo que definimos como o interdiscurso continua a determinar a identificação ou a contraidentificação” com as FD

Também podemos pensar a antecipação como uma funcionalidade do pré-construído, “aquilo que todo mundo sabe” (PÊCHEUX, 2014, p.89). O algoritmo sabe por meio de sucessivas coletas de dados fornecidas pelos usuários conectados à internet: leituras de jornais e revistas, visita a sites de compras e instituições bancárias, comentários e curtidas em redes sociais, dentre outras. Gillespie (2018, p. 98) descreve os ciclos de antecipação como “as implicações das tentativas dos provedores dos algoritmos de conhecer a fundo e prever completamente os seus usuários; e como importam as conclusões às quais eles chegam”.

3 - Avaliação de relevância – (GILLESPIE, 2018, p.98) – Neste item, a potência do funcionamento ideológico na promoção algorítmica pode ser observada por meio da entrada da *formação discursiva*. Trazida por Pêcheux e Fuchs (2014, p. 164), tal categoria funciona na interrelação entre várias formações discursivas, que determinam “o que deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, um sermão, um panfleto, uma exposição, um programa etc.)” . No caso da programação algorítmica, essas posições articulam-se por meio do tratamento e de agrupamento de dados. Na definição de Silva (2017, p.29):

A digitalização da informação e a dataficação dos processos de comunicação se tornaram hoje parte inevitável da cultura contemporânea. São fenômenos que estão repercutindo de forma relevante na dinâmica das interações sociais. Uma característica fundamental deste cenário é o uso generalizado de bases de dados pelo cidadão comum. Os indivíduos se transformaram, na prática, em produtores diários de *inputs* que alimentam diversos sistemas de captação de informação, ainda que nem sempre se deem conta disso.

Escolhas algorítmicas também são feitas com base em “características ‘regionais’ (o Direito, a Moral, o Conhecimento, Deus etc.) e, ao mesmo tempo, suas características de classe” (idem, ibidem). Essa compreensão implica reconhecer, por exemplo, que usuários que se posicionam em suas redes sociais, com opiniões progressistas, têm menos probabilidade de receber avisos de indicação de leitura referentes à extrema-direita.

Ainda sobre a avaliação de relevância, retomamos Orlandi (2007, p. 73-74), para tratar de silêncios localizados: “A política do silêncio produz um recorte entre o que se diz e o que não se diz [...] que é a interdição do dizer”. Sobre a relevância, Gillespie (2018, p. 98) explica

que esse tipo de avaliação refere-se aos “critérios pelos quais os algoritmos determinam o que é relevante; como esses critérios nos são ocultados; e como eles implementam escolhas políticas acerca de um conhecimento considerado apropriado e legítimo”.

4 – Entrelaçamento com a prática – (GILLESPIE, 2018) – Nesta dimensão, partimos de Pêcheux (2014, p.281), para quem “não há dominação sem resistência: primeiro primado prático da luta de classes, que significa que é preciso ‘ousar se revoltar’”. A reconfiguração e o questionamento da programação algorítmica se dão pela via da resistência de grupos organizados. Um dos exemplos do sexismo de gênero verificado no decorrer desta pesquisa foi confirmado na programação dos algoritmos do Google. Na busca pela palavra lésbica, o resultado apresentava sugestões de páginas ligadas a pornografia e outros sites de conteúdo sexual. A mudança só ocorreu em 19 de julho de 2019, após pressão de grupos ativistas contrários à hipersexualização da mulher lésbica.

Após a reconfiguração, as novas buscas são remetidas ao Wikipédia e outros links de conteúdo informativo. Em declaração publicada no site El País⁴², a vice-presidente de qualidade de motores de busca do Google, Pandu Nayak, admitiu: “Estamos cientes de que existem problemas como este em muitas línguas e desenvolvemos algoritmos para melhorar essa pesquisa, um após outro”.

De acordo com Gillespie (2018, p. 98), a dimensão de entrelaçamento com a prática exemplifica o modo “como os usuários reconfiguram suas práticas para se adequar aos algoritmos dos quais dependem; e como podem transformar algoritmos em espaços de disputa política, às vezes até mesmo para questionar as políticas do próprio algoritmo”. O exemplo da ação organizada confirma ainda o “primado prático do inconsciente” (PÊCHEUX, 2014, p.281), no qual “ninguém pode pensar do lugar de quem quer que seja”, que, no caso deste trabalho, se aplica às ações contra a programação algorítmica que se ocupa de controlar os sentidos de expressões, palavras e gêneros.

5 – A produção de públicos calculados – (GILLESPIE, 2018) – Ao tratarmos da quinta dimensão da produção algorítmica, encontramos em Pêcheux (2014, p.92) o argumento da impossibilidade de “definir empiricamente um conjunto de emissores identificáveis”, ainda que tais emissores, usuários em redes *on-line*, sejam *parcialmente* identificáveis por meio do rastreamento de dados e da política de monitoramento imposta pelo “*capitalismo de vigilância*” (ZUBOFF, 2018, p.17). Cumpre lembrar que, a partir da retenção do “histórico de

⁴² Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/08/08/tecnologia/1565280236_871191.html. Acesso em: 17 de novembro de 2019.

pesquisas individuais em seus servidores busca” (REFERÊNCIA), por parte de algumas empresas, não é possível antever a totalidade desse conjunto.

De acordo com Pêcheux (2014, p. 92), para tanto, seria necessário levar em conta “*variáveis sociológicas objetivas* características do ‘lugar’ do destinador e no controle das *formações imaginárias* próprias à situação”. O que não é possível, visto que, na avaliação de Silva (2017, p. 39), a comunicação digital por meio de algoritmos tem implicações de ordem política quanto “à tendência de transformação da sociedade em um sistema cada vez mais homogêneo e automatizado, em detrimento da pluralidade, diversidade e criatividade”.

A homogeneização algorítmica tem implicação direta, como vimos no item interior, e é reforçado na dimensão dos públicos calculados, no processo de subjetivação do gênero no âmbito da comunicação digital. Sobre essa implicação, Gillespie (2018, p. 98) alerta para o fato de que, “como a apresentação algorítmica dos públicos, para eles mesmos, molda uma noção de si desse público”, é necessário pensar sobre “quem está em melhor posição para se beneficiar desse conhecimento”. Estabelecemos aqui o lugar de poder e de controle de tal programação sobre a produção de sentidos e de controle social na medida em que questionamos quem programa o quê? Para quem? E com que objetivo? Respostas que não serão dadas neste trabalho, mas que colocam questões para os estudos em AD.

Com o objetivo de ilustrar a maneira como algumas plataformas categorizam usuários a partir de informações fornecidas, usaremos o exemplo do Facebook. David (2019, p. 41) é categórico ao afirmar que as plataformas digitais têm acesso a detalhes que, provavelmente, seriam reservados aos amigos próximos, com um agravante:

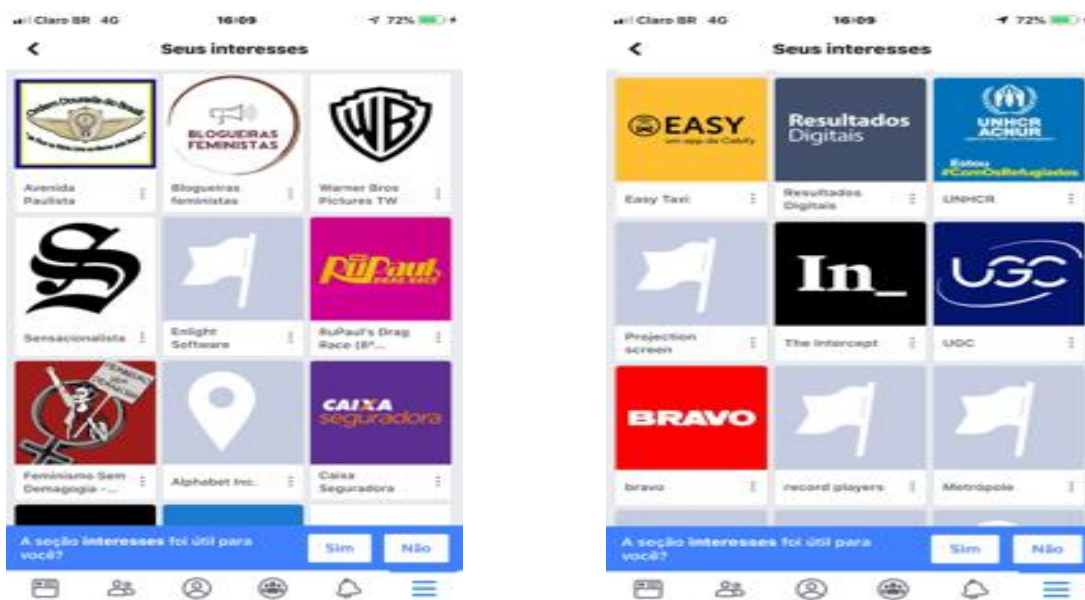
ao contrário de nossos amigos – que tendem a esquecer dos detalhes e são tolerantes em relação às conclusões que tiram sobre nós –, o Facebook está sistematicamente armazenando, processando e analisando nosso estado emocional. Ele está rotacionando nossa percepção em centenas de dimensões [...] Depois de algumas poucas interações, o Facebook consegue ter uma ideia bastante boa dos componentes mais importantes que descrevem seus usuários.

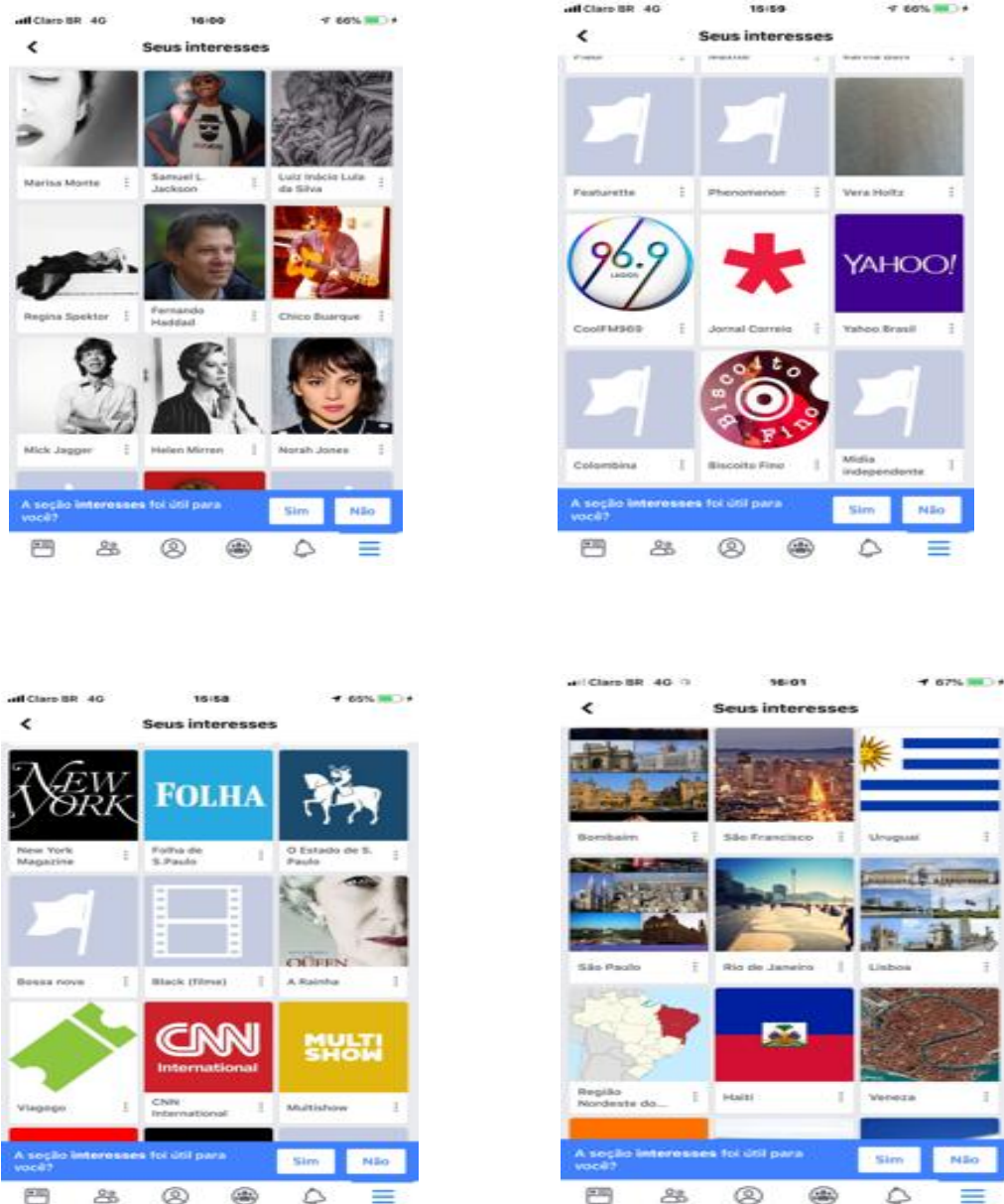
Ainda de acordo com o autor (2019), o dimensionamento do modo como a plataforma enxerga os usuários pode ser observado, numa perspectiva discursiva, a partir da criação de “nomes para as categorias que seus algoritmos encontram”. A visualização de uma pequena parte do que define o usuário na rede pode ser visualizada da seguinte maneira: 1– fazer *login* no Facebook; 2 – clicar no menu de opções (parte superior à direita, escolher configurações); 3 – em configurações, escolher anúncios; 4 – clicar em “seus interesses”. Após esse passo a

passo, chega-se às imagens a seguir, separadas por categorias: educação; família e relacionamento; estilo de vida e cultura; notícias e entretenimento; pessoas; negócios e indústria, dentre outras. A partir da inserção das informações pessoais, tem-se algumas possibilidades de escolhas, conforme mostraremos nas figuras, segundo a preferência do usuário, ou melhor, aquele que aponta como de seu interesse, nos termos apresentados por Silva (2017).

As figuras preferenciais do Livro de rosto – Facebook I a X mostram opções de informações pessoais que podem ser fornecidas ao Facebook e que auxiliam o aplicativo a saber um pouco mais sobre cada um de seus usuários. Posteriormente, são transformadas em dados sobre eles. No caso da seleção a seguir, a título de demonstração, inserimos, dentre outras informações: instituição bancária, séries e filme preferidos, sites jornalísticos, jornais, revistas, preferência etc.

Figura 4 a 9 – As figuras preferenciais do Facebook





Fonte: Facebook, 2018

Para David (2019, p. 42), a percepção dessas categorias indica que a intencionalidade do Facebook é tentar “colocar palavras numa compreensão algorítmica”, que, de fato, além de ser “mais profunda”, foi criada e pensada a partir das informações disponibilizadas pelos usuários. Para o autor (ibidem), “algoritmos que nos categorizam não estão baseados em palavras. As palavras são alocadas para ajudar a nós, humanos, no entendimento das relações estatísticas entre os interesses das pessoas”.

Dessa maneira, entendemos que a transmutação de categorização algorítmica em palavras representa uma estratégia para alocar informações cotidianas em blocos passíveis de serem minimamente compreendidos pelos usuários e maximamente absorvidos por interesses

políticos e mercadológicos. Conforme vimos, uma vez acumuladas em banco de dados, tais informações são autorizadas e silenciadas de acordo com interesses da formação discursiva dominante na programação algorítmica.

3.4. Condições de produção em hiperescala

Retomamos nesta subseção a circulação de dados e de sentidos em hiperescala, referenciados por proporções massivas, a exemplo de visualizações de endereços eletrônicos (URLs, em volume de trilhões) de bilhões de usuários e uma arquitetura de redes e servidores com capacidade de expansão, desempenho e transferência de tais dados.

Na perspectiva de entendimento do discurso, a partir de Pêcheux (2015, p.19), “em seu contexto de atualidade e no espaço de memória que ele convoca”, e enquanto “parte de um mecanismo em funcionamento, isto é, pertencente a um sistema de normas nem puramente individuais, nem globalmente universais” (ibidem, p.76), tratamos as condições de produção em hiperescala, enquanto aquelas que “pronunciam discursos” em ambientes digitais.

O entendimento das dimensões tecnopolíticas e ideológicas do funcionamento discursivo em hiperescala é fundamental para desvelar os padrões surgidos a partir de uma ordem econômica ajustada ao capital. Sobre essa mudança, Constantou e Kallinikos (*apud* ZUBOFF, 2018, p. 19) afirmam que tal operação é constituída por elementos advindos da mudança social e da economia contemporânea e transforma os dados produzidos no cotidiano em “componente intrínseco à vida institucional e organizacional. E também um alvo prioritário para estratégias de comercialização”.

Considerada uma das pioneiras na pesquisa sobre a relação entre a mediação por computador e a lógica da acumulação capitalista, a estadunidense Shoshana Zuboff (2018, p.44) reafirma o quanto as novas configurações de arquiteturas em rede não apenas registram e modificam, mas “mercantilizam a experiência cotidiana, desde o uso de um eletrodoméstico até seus próprios corpos, da comunicação ao pensamento”, num processo que visa à monetização e ao lucro.

Os números trazidos por Zuboff (2018, p. 23) dão conta de que entre as 7 bilhões de pessoas do mundo, mais de 3 bilhões desempenham funções e atividades diárias que ultrapassam “fronteiras tradicionais do local de trabalho”. A referência é a mediação por computador e o fluxo de dados globais. As questões postas pela autora estão centradas em aspectos como a lógica de acumulação, que molda não apenas “o caráter da civilização da informação”, mas também a “lógica da acumulação”.

O sucesso do capitalismo ao longo do tempo dependeu da emergência de novas formas de mercado que expressam novas lógicas de acumulação mais bem-sucedidas na tarefa de satisfazer as necessidades sempre em evolução das populações e sua expressão na natureza cambiante da demanda (ZUBOFF, 2018, p. 24).

Ao discorrer sobre o papel dos dados na configuração capitalista contemporânea, Morozov (2018) trata a questão sob o prisma de uma “agenda compartilhada de empresas de tecnologia”. Trata-se de uma estrutura de negócios em hiperescala pautada por monopólios segmentados em grandes áreas, as chamadas “Big”: *Big Pharma* (farmacêutica), *Big Food* (alimentícia), *Big Oil* (petrolíferas) e *Big Data* (dados). “A circulação de dados está destinada a desempenhar sob um regime de comércio global totalmente desregulado – questões que não costumam ser levantadas quando falamos do Facebook, do Google ou do Twitter [...]”.

Swartz (*apud* MOROZOV, 2018, p.25) afirma que “as novas mídias podem comunicar novos valores encarnados em si ou podem promover um consumismo novo e dinâmico, numa embalagem eletrônica para valores antigos”. Tal afirmativa reitera a análise de Marx (2011) sobre o modo pelo qual processos históricos-sociais se ressignificam apenas na superfície. É o que ocorre com mídias digitais, transmudadas em plataformas cuja aparente transformação mantém, em seu núcleo, o vínculo com o passado. Para Marx (2011, p. 25-26):

A tradição de todas as gerações passadas é como um pesadelo que comprime o cérebro dos vivos. E justamente quando parecem estar empenhados em transformar a si mesmos e as coisas, em criar algo nunca antes visto, exatamente nessas épocas de crise revolucionária, eles conjuram tenebrosamente a ajuda dos espíritos do passado, tomam emprestados seus nomes, as suas palavras de ordem, o seu figurino, a fim de representar, com essa venerável roupagem tradicional e essa linguagem tomada de empréstimo, as novas cenas da história mundial. Assim, Lutero se disfarçou de Apóstolo Paulo, a Revolução de 1789-1814 se travestiu ora de República Romana ora de cesarismo romano.

Para Zuboff (2018, p.18, grifo da autora), o entendimento do *Big Data* não deve ser observado a partir de parâmetros tecnológicos ou como um mero efeito. Sua origem estaria na prática social, e seu componente fundamental atende à “lógica de acumulação, profundamente intencional e com importantes consequências para o que chamo de *capitalismo de vigilância*”, que vem sendo construído na última década.

Na perspectiva de Zuboff (2018, p. 22), a “lógica de acumulação organiza a percepção e molda a expressão das capacidades tecnológicas em sua origem, sendo aquilo que já é tomado como dado em qualquer modelo de negócio”. Essa mesma lógica seria a responsável

pela produção de “suas próprias relações sociais e com elas suas concepções e seus usos de autoridade e poder” (idem, *ibidem*).

Evidencia-se, dessa maneira, que o desenvolvimento das TICs e o refinamento da possibilidade de interação entre máquinas e algoritmos ocorrem no rastro do que Marx (2017, p.515) apontava: “Com a máquina, nasce uma nova espécie de trabalhador: seu produtor”. No qual, para o autor, a mecanização industrial se apodera da produção “em escala cada vez maior”. É exatamente de escala que estamos tratando numa dada conjuntura política, tecnológica e discursiva, na qual o produto é a informação e os dados gerados a partir dela.

Ao recuperarmos a memória de uma *máquina industrial*, num deslocamento parafrástico com a *máquina digital*, chegamos a Marx (2017, p. 652-653) e sua descrição do

beco sem saída [Zwickmuhle] característico do próprio processo que faz com que o trabalhador tenha de retornar constantemente ao mercado como vendedor de sua força de trabalho e converter seu próprio produto no meio de compra [...] Na realidade, o trabalhador pertence ao capital ainda antes de vender-se ao capitalista. Sua servidão econômica é a um só tempo mediada e escondida pela renovação periódica de sua venda em si mesmo

O jogo de paráfrase que estabelecemos, num primeiro momento, entre *usuários* e *trabalhadores* e, num segundo momento, entre o *chão da fábrica* e o espaços de *comunicação digital* se dá na perspectiva da repetição do “mesmo” na configuração atual. E, parafraseando Marx (*ibidem*), “os usuários e os dados pertencem ao capital”. Ainda que deslocada do *chão de fábrica* para as plataformas digitais, a “servidão econômica” se mantém inabalada.

Observa-se ainda que há pouca ou nenhuma clareza quanto à utilização dos dados, e sua comercialização, à revelia dos usuários, promove uma alteração nas relações de compra e venda. Nas palavras de Marx (2017, p. 470), a “revolução que a maquinaria provocou na relação jurídica entre comprador e vendedor da força de trabalho, de modo que a transação inteira perdeu até mesmo a aparência de um contrato entre pessoas livres”. O mesmo se dá com a comercialização das informações pessoais transmutadas em pacote de dados.

Sobre esse processo determinado e mobilizado pelo capital, Morozov (2018) alerta para a retórica neoliberal que interfere no acesso a serviços e informações e na falsa ideia de mobilidade nas redes. Nesse aspecto, o esforço teórico que empreendemos contribui para o desvelamento de diferentes níveis da base material, que coloca o avanço tecnológico como fundamental para entender o funcionamento discursivo no campo das *fake news*.

Para Morozóv (2018), a questão que se coloca é a do mito da “livre” circulação de dados. Estudos recentes mostram a entrada da Uber⁴³ na Bolsa de Valores com valor estimado em 82,4 bilhões de dólares. Segundo o jornal El País (edição de 10 de maio de 2019), o aplicativo de transporte opera em Wall Street numa colocação superior ao lançamento do Facebook, em 2012. Em janeiro de 2019, a rede social foi avaliada em US\$ 383,76 bilhões.

Do ponto de vista dos dados em si, os números são alarmantes. Porém, mais preocupante ainda é o impacto dessas transformações na circulação de sentidos em redes⁴⁴, notadamente no campo ideológico-discursivo. Para Pêcheux (2014, p.129), “a área da ideologia não é de modo algum o único elemento dentro do qual se efetuará a reprodução da transformação das relações de produção de uma formação social”. Segundo o referido autor (2014), em referência à importância de se considerar as “determinações econômicas”, é preciso ter em mente um quadro ampliado do que representa a concentração e o monopólio por empresas que cruzam tecnologia e informação.

Castells (2019, p. 36) reitera a constitutividade entre tecnologia e as necessidades demandadas pela evolução social. Para Castells, ambas, inovação e demanda, devem estar em consonância, e a internet⁴⁵ se enquadra nessa dinâmica: “As tecnologias adequadas devem estar disponíveis na hora e lugar exatos em que sua necessidade é diretamente sentida pelas pessoas e suas organizações. Dessa forma, há sinergia entre descoberta e evolução social”. Ao caracterizar a atual revolução tecnológica, Castells (2019, p, 88-89) afirma que o foco

não é a centralidade de conhecimentos e informação, mas a aplicação desses conhecimentos e dessas informações para a geração de conhecimentos e de dispositivos de processamento/comunicação da informação em ciclo de realimentação cumulativo entre a inovação e seu uso [...]. As novas tecnologias da informação não são simplesmente ferramentas a serem aplicadas, mas processos a serem desenvolvidos. Usuários e criadores podem tornar-se a mesma coisa.

No contexto das inovações no campo dos estudos discursivos da mídia e da produção e disseminação de informações falsas, deparamo-nos com o processo chamado “convergência

⁴³ Plataforma que conecta usuários a motoristas parceiros. O aplicativo foi criado em 2009 por Garrett Camp e Travis Kalanik. Chegou ao Brasil em 2014, onde reúne 20 milhões de usuários.

⁴⁴ “[...] a capacidade da rede das redes (a Rede) é tal que uma parte considerável das comunicações que acontecem na rede é, em geral, espontânea, não organizada e diversificada em finalidade e adesão” (CASTELLS, 2019, p. 437).

⁴⁵ Castells situa a internet como uma tecnologia antiga, implantada como Arpanet em 1969. A partir da década de 1990, acontece sua expansão exponencial. A criação e o desenvolvimento da internet nas três últimas décadas do século 20 foram consequência de uma fusão singular de estratégia militar, grande cooperação científica, iniciativa tecnológica e inovação contracultural (CASTELLS, 2019).

de modos”, com capacidade para tornar imprecisas as fronteiras entre os meios de comunicação, mesmo entre as comunicações de massa, como a imprensa, o rádio e a televisão. Um único meio físico – sejam fios, cabos ou ondas – pode transportar serviços que no passado eram oferecidos separadamente.

Para Sola Pool (*apud* JENKINS, 2009, p. 37):

de modo inverso, um serviço que no passado era oferecido por um único meio – seja a radiodifusão, a imprensa ou a telefonia – agora pode ser oferecido de várias formas físicas diferentes. Assim, a relação um a um que existia entre um meio de comunicação e seu uso está se corroendo.

Castells (2019, p.91) complementa, na perspectiva da relação entre avanço tecnológico e a concentração de riquezas:

Um grande aumento repentino e inesperado de aplicações tecnológicas transformou os processos de produção e reprodução, criou uma enxurrada de novos produtos e mudou de maneira decisiva a localização das riquezas e do poder no mundo, que, de repente, ficaram ao alcance dos países e elites capazes de comandar o novo sistema tecnológico.

Um exemplo de convergência entre necessidade social e inovação pode ser comprovado a partir da observação do uso da internet em escala mundial. O estudo⁴⁶ da *We Are Social e pelo Hootsuite* realizado em janeiro de 2018 mostra que, mundialmente, 53% da população, estimada em mais de 7,5 bilhões de pessoas, está conectada à rede mundial de computadores. Desse total, mais de 5 bilhões utilizam conexões móveis, via aparelhos celulares, e outros 3 bilhões estão ativas nas redes sociais.

3.5. Dados e sentidos minerados

A relação entre algoritmo, circulação de sentidos e banco de dados é destacada por Dalben e Jurno (2018). De acordo com as pesquisadoras, “algoritmos são máquinas inertes até estarem conectados ao banco de dados a partir dos quais funcionam” (*ibidem*, p. 22). A afirmativa mostra a relevância dessa base de informações, compreendida como o “lugar” no qual estão concentradas preferências e particularidades sobre os usuários.

A partir dessa conceituação, pretendemos entender a trajetória, o fluxo percorrido pelas informações capturadas em ambientes de comunicação digital até a transformação em

⁴⁶ Disponível em <https://hootsuite.com/resources/digital-in-2018-americas>. Acesso em: 15 de setembro de 2019.

dados. Trazemos a mineração em seu *efeito metafórico* ancorado em Pêcheux (2014, 96-97), que fala do “fenômeno semântico produzido por uma substituição contextual [...] e da repetição do idêntico através das formas necessariamente diversas que caracteriza”. O deslocamento de sentidos se dá com o objetivo de identificar nos ambientes de comunicação digital os *métodos lavra*⁴⁷ (extração) e beneficiamento de dados e de sentidos, a exemplo do que ocorre com o minérios presentes no subsolo.

Neste trabalho, a partir do efeito metafórico proposto, entendemos que tanto os dados e sentidos, assim como determinados minerais, estão submetidos a um método de *lavra subterrânea*⁴⁸, de extração profunda. Na perspectiva metafórica da mineração, retomamos Zuboff (2018, p. 31) quanto ao que nos referimos como processo de beneficiamento em que “dados são adquiridos, tornado abstratos, agregados, analisados, embalados, vendidos, analisados mais e mais e vendidos novamente”. Esses fluxos de dados foram rotulados pelos tecnólogos de ‘*Data exhaust*’⁴⁹. Tal configuração implica considerar dados e sentidos num funcionamento constitutivo e inapartável em que a alteração em um leva à modificação do outro.

A referida autora (2018) argumenta que a produção institucional de dados relaciona-se com o que denomina “oferta”, o que, por si só, seria suficiente para a criação de perfis individuais bem detalhados. Ainda segundo Zuboff, somam-se aos dados fornecidos institucionalmente as informações e as atividades subjetivas que constituem a “demanda”, caracterizada por uma gama variada de informações individuais relacionadas à auto-expressão. Conforme vimos, estão incluídas nessa modalidade desde seleção musical, imagens, localização, voz, a buscas no Google, páginas do Facebook, blogs e rede de amigos.

De acordo com Zuboff (2018, p. 27), dois aspectos devem ser trazidos na observação da lógica emergente de acumulação e na perspectiva de transações de fluxos “que surgem de uma variedade de sistemas institucionais e transinstitucionais mediadas por computador: extração e análise de dados”. As fontes de dados referidas pela autora são de ordem e fluxos heterogêneos, e que, somados e tratados, representam uma amostra de elementos que constituem o *Big Data*: transações econômicas; sensores incorporados a corpos, lugares e

⁴⁷ Métodos de lavra compreendem um conjunto de técnicas de extração mineral no qual são levados em conta aspectos sociais, econômicos e ambientais.

⁴⁸ Método consiste em extração de minérios localizados em jazidas distantes da superfície e cuja extração só é possível com a utilização de sondas.

⁴⁹ A opção por manter o termo original se deve à dificuldade de reproduzir a expressão em português. *Data exhaust* remete aos gases expelidos no ambiente pelo cano de descarga de um automóvel (ZUBOFF, 2018, p 32).

objetos; drones; carros automatizados; câmeras de vigilâncias públicas e privadas; planos de saúde; comunicação, dentre outras.

Identificar a maneira como as informações são processadas e moduladas pelas empresas de *Big Data* impõe-se no desvelamento dos sentidos derivados desse funcionamento. Zuboff (2018, p.33) define como “processo unidirecional” a extração de dados que não advêm do relacionamento entre empresas e usuários. Tal movimento não se baseia conotativamente na troca, mas no “tomar algo” de alguém (o usuário). Tais empresas não atendem a princípios mínimos de reciprocidade, diálogo e consentimento.

Essas subjetividades percorrem caminhos ocultos para agregação e descontextualização, apesar de serem produzidas como íntimas e imediatas [...] Na verdade, é o status de tais dados como sinais de subjetividades que os tornam mais valiosos [...] As subjetividades são convertidas em objetos que reorientam o subjetivo para a mercantilização (ZUBOFF, 2018, p.34).

Para a autora, essa seria a lógica da acumulação empreendida pelos *Big Datas*. Tais empresas se apropriam de dados que são manipulados em diferentes fases de produção/extração, “apenas para retornar à sua fonte em uma segunda fase de extração, em que o objetivo não é mais lidar com os dados, mas produzir receita” (2018).

Ressalvadas as diferenças socio-históricas e ideológicas, trazemos Marx (2017, p.656) para esse debate, para quem, “sem fazer milagres, só podemos transformar em capital aquilo que é utilizável no processo de trabalho, isto é, os meios de produção.” Hoje, o ciclo começa novamente na forma de novas transações mediadas por computadores interligados em redes *on-line*, definindo um novo modelo capitalista, no qual dados assumem o lugar de ativos para empresas como Google, Facebook e Twitter.

Em termos discursivos, retomamos o conceito de antecipação a partir da fala de Eric Schmidt, diretor-geral do *Google* (*apud* ROUVROY; BERNS, 2018, p. 119): “Nós sabemos, em linhas gerais, quem vocês são, o que lhes interessa, quem são seus amigos (isto é, conhecemos seu ‘cardume’). O executivo refere-se à capacidade antecipatória dos artefatos tecnológicos de mediação. E prossegue: “A tecnologia será tão boa que vai ser difícil para as pessoas ver ou consumir alguma coisa que não tenha sido, em alguma medida, ajustada para elas” (*idem, ibidem*).

Trazer a declaração do diretor-geral do Google para o campo do funcionamento de sentidos implica ampliar o debate sobre controle de tais sentidos gerados a partir da manipulação dos dados obtidos através dos usuários. Para Silva (2017, p.35), “a coleta e o processamento de informações pessoais podem servir como insumos para classificações de

indivíduos através da elaboração de códigos que incorporem determinados valores sociais, julgamentos ideológicos ou critérios mercadológicos”. Entende-se que, após serem agregadas à base de dados, as informações tomam outras configurações. Ainda que a referência ao mercado de dados seja, apenas e aparentemente, voltada para o comércio de produtos adequados previamente aos consumidores, verificamos que a estratégia viabiliza sobretudo a circulação ideológica.

Assim, o que seria apenas um modelo de negócios obedece à dinâmica na qual “fluxos de desejo são captados por essas ferramentas e direcionados de modo distribuído pelos meios de comunicação, fazendo prevalecer os interesses de poucos, mas dando a impressão de que é o desejo de muitos” (CAVALEIRO; BRANDÃO *apud* OLIVEIRA, 2018, p.71), como também é ressaltado por Gillespie (2018).

Dessa maneira, avaliações feitas por algoritmos estão atreladas ao que está inscrito em seus códigos que determinam o que é relevante e, portanto, merece identificação. A compreensão do algoritmo, sempre que programada para este fim, contabiliza, por exemplo, o número de vezes que um termo foi digitado. Para Finkelstein (*apud* GILLÉSPIE, 2018, p.106), “ele está retificando uma lógica particular que assume que as páginas que incluem o termo pesquisado são relevantes para alguém”. E mais:

Um link não é um voto, mas tem influência proporcional ao poder relativo ao eleitor (em termos de popularidade). Como os blocos de interesses comuns, ou facções sociais, podem afetar os resultados de uma pesquisa em um grau que depende do seu peso relativo na rede, os resultados do cálculo nas ferramentas de busca refletem lutas políticas da sociedade.

Dentre os exemplos trazidos pelos autores e que têm relação direta com a propagação de *fake news* está a ferramenta de busca. Algoritmos determinam prioridades e condicionam mecanicamente a atualidade do que imaginam ser o interesse e os sentidos buscados pelos usuários, conforme veremos na subseção a seguir.

3.6. Circulação de sentidos em bolhas de filtros e o concreto nas plataformas movediças

Somam-se à extração e mineração dos dados outros dois aspectos relevantes à compreensão do que possibilita a propagação das informações falsas: o “tráfego de informação por públicos calculados” (GILLESPIE, 2018) e seu funcionamento nas chamadas “bolhas de filtros” (PARISIER, 2011).

No primeiro caso, Gillespie argumenta que o fator “público calculado” está relacionado a diferentes formas algoritmos de segmentação. Quanto às bolhas, Parisier (2011, p. 129) defende que o grau de personalização está moldando fluxos de informação que extrapolam empresas como o Facebook, uma vez que redes de produção de notícias passam “a nos fornecer manchetes” de acordo com nossos interesses, o que ocorre com os blogs que lemos e até vídeos que assistimos.

A nova geração de filtros on-line examina aquilo de que aparentemente gostamos – as coisas que fazemos, ou as coisas das quais as pessoas parecidas conosco gostam – e tenta fazer extrapolações. São mecanismos de previsão que criam e refinam constantemente uma teoria sobre quem somos e sobre o que vamos fazer ou desejar seguir. Juntos, esses mecanismos de informação criam um universo de informações exclusivas para cada um de nós – o que passei a chamar de bolhas de filtros – que altera fundamentalmente o modo como nos deparamos com ideias e informações.

No Facebook, por exemplo, usuários colaboram com a criação da própria bolha discursiva indicando, ou melhor, autorizando, nas configurações de privacidade quem pode ter acesso às publicações disponíveis em suas páginas pessoais. Dentre as opções de compartilhamento de conteúdos postados estão: amigos, amigos dos amigos, apenas o usuário... A plataforma, a partir de seus algoritmos.

A partir daí, as informações dos usuários e a de usuários autorizados passam a circular na mesma bolha. Distinguimos tais bolhas como espaços “discursivos logicamente estabilizados” (PÊCHEUX, 2015, p. 143-144), nos quais se trabalha com a construção do “sentido adequado” de moral, política, religião e gênero.

Indursky (2013, p. 32) salienta que aspectos linguísticos e sociais são acionados na produção de sentidos. “O centro organizador do domínio nocional, além de semântico, também é ideológico, selecionando certos efeitos de sentido relacionados a um termo e excluindo outros”. Com as bolhas de filtros não é diferente. O entendimento é que, ao acessar determinados conteúdos, ao curtir publicações específicas, algoritmos que calculam públicos entendem que assuntos e pessoas com perfis aparentemente similares ou aproximados devem fazer parte da mesma bolha, do mesmo grupo e, dito de outra forma, do mesmo gueto. O que determinaria, assim, na linha do que afirma a autora, o apagamento ou a inclusão de determinados públicos e, conseqüentemente, os sentidos outros que circulam em “bolhas” às quais o usuário não pertence.

Um dos problemas é que esse processo pode incorrer em uma sobreposição dos grupos forjado s pelos algoritmos em detrimento dos grupos que o usuário efetivamente procura. E o que é ainda mais preocupante, sob a perspectiva da AD, é que esses mesmos algoritmos, de acordo com Gillespie (2018, p.115-116), “vão além, fazendo afirmações sobre os públicos que pretendem conhecer e o lugar dos usuários no meio deles”. Esse é o caso do “*trendings*”⁵⁰ do Twitter, que promete aos usuários um vislumbre do que um público particular (nacional ou regional) está falando em um determinado momento.

Partindo do princípio de que o público é algorítmicamente construído, Gillespie (2018, p.115) questiona quem são os escolhidos pela medição e os que são deixados de fora. E mais, “como essas tecnologias, não apenas tecnologias de avaliação, mas de representação, ajudam a constituir e codificar os públicos [...] que de outra forma não existiriam, exceto quando os algoritmos os convocam”. Estamos de acordo com o autor quanto ao alcance de tais representações, criadas com base em critérios de inclusão e exclusão desconhecidos e que, ainda assim, podem vir a ser tomados em sua questionável legitimidade.

Retomamos Pêcheux (2014) para marcar a relevância da materialidade do sentido. De acordo com o referido autor, o sentido é “determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo socio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas)” (p. 146). Chama a atenção, nesse aspecto, a autonomia algorítmica para “jogar” com formações imaginárias, manipulando o caráter material do sentido, à revelia dos usuários e de acordo com orientações mercadológicas que, no caso das *fake news*, são determinações político-partidárias, religiosas com efeitos na regulação da moral e dos costumes.

A análise das sequências **SD2 Escola sem homofobia - KIT GAY** e **SD2 - comentário A** mostra a maneira discriminatória como as bolhas que representam formações discursivas religiosas e conservadoras, enunciam, por meio de *fake news*, o gênero em ambientes de comunicação digital:

⁵⁰ *Trending Topics*, lista de palavras, *hashtags*, assuntos mais comentados mundialmente no Twitter.

Figura 10 – Sequência discursiva 2: Escola sem homofobia – Kit Gay



Fonte: Agência Lupa, 2018

SD2 – Escola sem homofobia – KIT GAY: “Bolsonaro é chamado de homofóbico por causa disso que você está vendo, eu cobri a parte do homem, isso é as capas do Kit gay que querem ensinar as crianças a partir dos 6 anos aprender isso. Tenho um filho de 6 anos e não aceito isso e você vai aceitar? Então, não vote em ninguém do PT, PC do B, PSOL, PSDB entre outros, eles defendem isso. Bolsonaro é o único capaz de bater de frente a esses malignos que querem mexer o cérebro das crianças, se isso entrar na escola do meu filho tiro ele da escola. Pela família e pela ética moral, voto em Bolsonaro, presidente 17. E me perdoem por postar essa imagem, é a única maneira de mostrar para as pessoas quem ama a família”.

Em agosto de 2018, a SD2 circulou nas redes sociais e em grupos de WhatsApp. A imagem faz referência à capa de um suposto “Kit gay”, com distribuição pelo Ministério da Educação em caso de vitória do então candidato à presidência da República Fernando Haddad. O processo de checagem da Agência Lupa confirmou a falsidade da imagem. De acordo com a Lupa, o “Kit gay” era, na verdade, uma referência ao programa do governo federal Brasil Sem Homofobia, organizado em 2011. A campanha, organizada por ONGs, era voltada para a formação de educadores com o objetivo de contribuir com o debate sobre gênero e sexualidade.

A Lupa confirmou ainda que nenhum dos materiais didáticos do programa estampava a imagem da SD2. Durante o processo de checagem, foi constatado que a mesma imagem

circulou em 2012, durante a campanha de Haddad para prefeito de São Paulo e, em 2015, na disputa para sua reeleição.

Nesta análise, observamos que o enunciado “Escola sem homofobia” pressupõe que o ambiente da escola é homofóbico, portanto, que nele existe homofobia. E que a homofobia na escola é um problema que pode ser resolvido com o Kit gay. A construção pressupõe o kit funcionando como um antídoto para um problema real por meio de efeitos de sobreposição.

A utilização de pronomes “você” e “eu” marca a entrada dos “outros”, enquanto os canônicos. A idade (6 anos), já analisada na SD1, é retomada, mostrando que as *fake news* foram produzidas a partir de uma mesma formação discursiva, conservadora. Ainda que diante da impossibilidade de identificação da autoria, elas partem de uma mesma construção, na qual arriscaríamos a dizer de uma escrita feminina ou forjada no feminino, com apelo emocional, afetivo.

Verifica-se que a escola aparece como um espaço de disputa na cena enunciativa do discurso político, em questões como “quem vai dominar a escola, ‘eu’, ‘você’ ou ‘eles?’”. Embora a escola não seja o lugar, a arena de discurso político, ela é posta na cena enunciativa como esse espaço. A referência à escola também remete a uma marcação de gênero na enunciação, enquanto uma preocupação e um alerta de mãe, aquela que acompanha o desenvolvimento escolar das crianças.

Cabe observar que o então candidato à presidência da República Jair Bolsonaro é chamado de homofóbico: Bolsonaro é homofóbico. O “chamado de” está funcionando como um efeito que produz o como se não fosse, porque é. Do ponto de vista do discurso, alguém diz que “é”, embora ele não precise que alguém diga que ele “é”, o que funciona reforçando o já dito e não a sua negação: “Bolsonaro é homofóbico”. Os dizeres são apresentados pelo funcionamento de um sujeito em primeira pessoa do singular (“eu cobri”, “eu tenho”, “eu não aceito”, “eu tiro” e “eu voto”), e à segunda pessoa do singular cabe apenas votar.

Vê-se, então, que já se trata de Kit gay ou de tirar a criança da escola, porque isso quem vai fazer sou “eu”. Temos aqui uma ameaça na qual “eles querem”, as crianças são “elas”, e você “não vote”. Uma vez apresentados os elementos argumentativos, com um efeito de conclusão (“eu não aceito isso”), tem-se a interpelação do interlocutor (“E você vai aceitar?”), seguida de uma indicação objetiva, com uso do imperativo: “Então, não vote em ninguém”. A resposta do outro é aquela a que estou interpelando o interlocutor a responder, exatamente o que eu quero que ele responda, numa construção na qual eu respondo por ele, na relação “senão, então”, sendo seu complemento para uma resposta negativa. Embora presente, o interlocutor recebe a pergunta e a possibilidade de resposta pretendida. A indeterminação do

interlocutor constitui também um mecanismo que contribui para a viralização, uma vez que possibilita um alcance maior de identificação com determinada formação discursiva.

Por sua vez, as siglas partidárias PT, PC do B, PSOL, PSDB são nomeadas no campo político adversário, trazendo, no entanto, um caráter homogêneo na nomeação dos “inimigos” para uma condição heterogênea, bastando considerar as filiações ideológicas de PSOL e PSDB. A polarização que ocorre de modo constitutivo no discurso político, nos termos de Corten (1997), estende-se também ao discurso religioso, considerando os amigos e os inimigos de Deus. A expressão “capaz de bater de frente a esses malignos” é um exemplo, na referência aos “sem-deus”.

A figura do “filho”, enquanto propriedade dos pais, reforça o poder da família e sua suposta autonomia face ao Estado. O dizer “tiro ele” da escola, em sua expressão coloquial, contribui para uma aproximação das classes populares, “ignorando” a norma culta, sendo esta uma estratégia de aproximação com os falantes periféricos (da favela, da comunidade), cuja escolarização, geralmente, depende da escola pública. A não preocupação com a norma não configuraria um erro, pois se insere no argumento da sustentação desse dizer, que busca o efeito de identificação com o interlocutor e coloca a irrelevância do saber da variação padrão face à relevância do efeito imperativo que reforça a necessidade da manutenção da heteronormatividade.

No enunciado “pela família, pela ética”, são observados elementos que articulam na formação discursiva uma posição-sujeito que se apresenta como única, uma determinada maneira de dizer (pelo esquecimento 2) às pessoas (“vocês”) quem realmente ama a família, enquanto instituição social que só pode ser constituída em bases binárias.

A imagem no discurso materializado na SD2 traz a marcação da questão de gênero funcionando como um alerta ao perigo de uma suposta entrada da sexualidade LGBTQI+ nas escolas. Primeiro, observamos que a alternância entre o colorido e o preto e branco remete a algo voltado para estudantes. O aspecto didático é reforçado pela construção gráfica em quadros, como algo que se desloca entre o livro e as histórias em quadrinhos. As figuras que ilustram, no entanto, remetem a conteúdos para adulto, com ênfase em posições sexuais. Casas gays e mulheres lésbicas simulam posições sexuais, algumas delas tidas com tabu na formação discursiva religiosa: o sexo anal e o sexo oral.

A discursividade da imagem também apela para cores simbólicas da comunidade LGBTQI+. A primeira delas, o pink, vem em destaque no título “Kit gay”. Referência no universo gay masculino, a cor também é associada ao *pink money* (dinheiro gay), numa alusão

não apenas à capacidade de compra de lésbicas, gays, bissexuais e transexuais, como também aos produtos e serviços voltados para esse público e que apoiam a causa da diversidade.

Ainda na hierarquia da cena imagética, o dizer “Escola sem homofobia” é grafado com as cores do arco-íris, considerado o símbolo máximo da diversidade e da inclusão, representadas na bandeira⁵¹ LGBTQI+.

Figura 11 – Sequência discursiva 2: Comentário A



Fonte: Agência Lupa, 2018

SD 2 – Comentário A: Foi por Causa da Luta contra esse Kit gay que o Bolsonaro tomou nome de homofóbico. Essa é apenas uma das capas do famoso kit gay, criado para ensinar seu filho que ele pode brincar de boneca e pode se apaixonar por outro menino. Criado para ensinar sua filha que ela pode ser menino, pode fazer sexo com outra menina. Esse kit é simplesmente para ensina sexualidade a seus filhos, ou seja, as crianças. Se você não conhece essa depravação, aconselho que procure se informar sobre Fernando Haddad, o criador do Kit Gay e esse que é candidato do PT é o poste de Lula... (compartilhem o máximo). Vamos eleger Bolsonaro Urgente. Vamos Salvar Nossas Crianças.

⁵¹ A bandeira do arco-íris foi idealizada por Gilbert Baker em 1978. O estandarte foi utilizado pela primeira no mesmo ano, durante as comemorações do Dia de Liberdade Gay de San Francisco, na Califórnia (Estados Unidos).

Na SD2 – comentário A, sobre a temática do Kit gay, verificamos algumas modificações realizadas no enunciado em relação à SD2. Observa-se que, nas sequências discursivas SD2 e SD 2 comentário A, o falso Kit gay funciona metaforicamente como um “cavalo de troia”, com potencial de introduzir o mal, a sexualidade LGBTQI+ nas escolas. A questão da imagem, no entanto, permanece preservada. Nota-se também o reforço à questão eleitoral. O uso da associação entre “eleger” e “as crianças estão perdidas” possibilita a construção do dizer “Nós, com Bolsonaro, vamos salvar (nossas crianças)”, em um compromisso que compromete/inclui o interlocutor (“Nós”). Bolsonaro, com o trocadilho de um dos seus sobrenomes, é levado à condição de messias, aquele que salva as crianças, mas para que tal salvação aconteça a sua eleição é pré-condição. Atentamos novamente para o não pedido de votos, mas a convocação para elegê-lo. O importante é que ele tenha votos, mas mais que isso, que esses votos sejam suficientes para elegê-lo.

Estão imbricados nessa construção o discurso político e o discurso religioso, que, postos nessa relação constitutiva, só existem em relação ao outro, não havendo como separar o que é do religioso e do político. Apontam-se elementos de saber que designam uma formação discursiva, mas que, nessa estrutura, o funcionamento discursivo não se realiza isoladamente: eles estão juntos. Com Bolsonaro, usa-se o verbo “salvar”, que remete ao discurso religioso, e o que está suprimido do nome dele é messias, aquele que salva.

Os exemplos de enunciação de notícias falsas analisadas colocam a relevância da observação da distinção entre diferentes aspectos de personificação, pensados para demarcar que esta não se restringe à propaganda de produtos à venda nas plataformas *on-line*. As bolhas de filtros (que neste trabalho tratamos como bolhas discursivas) funcionam em diferentes instâncias: bolhas políticas, bolhas culturais, bolhas religiosas, e que têm em comum filtrar sentidos e silenciar discursos outros. “Para uma porcentagem cada vez maior de pessoas, *feeds* de notícias como o do Facebook estão se transformando em sua fonte principal de informações”, alerta Parisier (2011, p. 115).

A limitação dos espaços aos quais os usuários estão segregados e, conseqüentemente, os sentidos produzidos, é posta por Kakutani (2018) como algo antigo e que só tende a aumentar, no que se refere aos filtros e sua relação com aspectos tecnológicos e geopolíticos. Conforme Kakutani (*ibidem*, p. 131):

as paredes de nossas bolhas políticas só ganharam corpo; o isolamento acústico das nossas câmaras de eco ficou mais espaço. Antes mesmo de sermos encerrados em bolhas de filtros impenetráveis pelos *feeds* de notícia do Facebook e pela busca do Google, já vivíamos segregados em termos de política, cultura, geografia [...].

Nessa perspectiva, entendemos, metaforicamente, as plataformas no seu aspecto movediço quanto à falta de transparência. A opacidade do funcionamento normativo impede que se tenha uma visão objetiva das engrenagens que as movimentam. E também pelo fato de que usuários facilmente “afundam” nesse terreno digital desterritorializado. Em referência à falta de transparência do processo de inclusão de usuários em bolhas de filtros, a autora traça um comparativo com canais tradicionais de mídia, os quais podemos escolher entre assistir a um telejornal de um canal de televisão com notícias mais ou menos progressistas ou conservadoras. O mesmo não ocorre com as pautas e sentidos que nos são impostos por tais bolhas.

O grau de segmentação torna-se ainda mais preocupante diante das transformações por que passa a relação entre os consumidores e os meios de acesso às notícias. Dito de outra forma, significa dizer que os algoritmos tomam para si a prerrogativa de enviar para os usuários informações sobre serviços, lazer, compras, matérias jornalísticas e *fake news*, ainda que não tenham sido solicitadas.

A identificação do imbricamento entre discurso, artefato tecnológico e a eclosão das informações falsas corresponde ao substrato deste trabalho. E nele reconhecemos a pertinência do destaque dado por Maldivier (2017, p. 20), que, ao tratar do terreno sobre o qual emerge a *Análise Automática do Discurso*, refere-se à “estranheza (premonitória) do recurso à informática”, área que estava “longe de ser um instrumento neutro”. Ainda segundo Maldivier (ibidem, p.26), além da reflexão sobre a alma da máquina, “é preciso rever detalhes de suas rodas”.

O movimento de observação das engrenagens que possibilitam o girar das rodas nos leva, obrigatoriamente, a entender os mecanismos técnicos e ideológicos que incidem na maneira como o intradiscurso das notícias falsas é propagado. E não apenas isso, entendemos que a análise da intersecção entre o instrumento e o dizer representa a chave para o reconhecimento das forças materiais que sustentam o dito nas plataformas digitais.

4. CONTAMINAÇÃO DISCURSIVA – A GRANDE FAMÍLIA BINÁRIA

Nesta seção trazemos a tônica do controle incidindo sobre o sentido de família que entra em circulação nas *fake news* a partir da retomada do discurso religioso e da ascensão da extrema-direita no Brasil. Estabelecemos a relação entre práticas mecanizadas (uso de robôs, contas falsas) e o avanço do discurso contra os gêneros não binários em que se observa a desarticulação premeditada entre história e prática social.

4.1. Efeito ideológico em práticas de guerrilha

A tônica do controle, ainda que camuflada numa aparente escolha da sociedade de dados, tem base ideológica. Como vimos, a potência dos dados não decorre meramente da sofisticação dos métodos de mecanização alheios às condições de produção do atual estágio da comunicação digital. Assim como Marx (2011 p. 18) demonstra, “como a *luta de classes* na França criou circunstâncias e condições que permitiram a um personagem medíocre e grotesco desempenhar o papel de herói”, em referência a Luís Bonaparte, inferimos que, da mesma forma, a propagação de *fake news* e de pós-verdade resulta da confluência de aspectos econômicos, políticos e ideológicos que culminaram com a ascensão de lideranças de extrema-direita e, conseqüentemente, na replicação de sentidos e ideais por elas propagados.

Assim, personalidades, a exemplo dos presidentes Donald Trump (EUA) e Jair Messias Bolsonaro (Brasil), se apropriam e institucionalizam tais práticas como meio de arregimentar eleitores, o que só se tornou possível com o cruzamento entre formas mecanizadas não apenas evoluídas num cenário de comunicação digital. Nesse aspecto, compartilhamos com Silva Sobrinho (2011, p.106) o interesse pela retomada “das páginas do materialismo histórico, presentes na AD, e dialogaremos, particularmente com os textos de Marx, objetivando intervir com temáticas pertinentes à compreensão da práxis social”. É neste ponto que retomamos Marx (2017, p.455) com o intuito de observar os avanços maquímicos e da produção mecanizada que precederam o estágio atual e reafirmar avaliação antecipatória do filósofo alemão, ao se referir ao que estava por vir:

No lugar da máquina, isolada surge, aqui, um monstro mecânico, cujo corpo ocupa fábricas inteiras e cuja força demoníaca, inicialmente escondida sob o movimento quase solenemente comedido de seus membros gigantescos, irrompe um turbilhão furioso e febril de seus incontáveis órgãos de trabalho propriamente ditos.

Parafrazeando o pensamento de Marx (2017) e, ao mesmo tempo, deslocando-o para o estudo do processo de mediação da experiência humana pelo computador, podemos dizer que, ressalvadas as condições de produção atuais, as plataformas digitais correspondem ao chão de incontáveis fábricas desterritorializadas. Nesse espaço discursivo, interagem “sistemas articulados” e “escondidos” modernos.

É também na perspectiva de entendimento desse processo a partir de um “estado dado das condições de produção” (PÊCHEUX, 2014, p.78) que tratamos as *fake news* como o “monstro mecânico”, cuja “força demoníaca” é alimentada por um turbilhão de “membros gigantesco” mecânicos, os robôs (*bots*, em inglês), e ideológicos, os sentidos e os discursos proferidos pela extrema-direita conservadora, conforme as análises do *corpus* deste trabalho.

A referência ao aspecto mecanizado buscamos na série *Democracia Ciborgue*⁵² (2017), produzida a partir de uma investigação da rede BBC Brasil em que são investigadas transações realizadas, “mercado de compra e venda de contas falsas”, operadas nas plataformas digitais (Twitter e no Facebook). O dossiê montado pela jornalista Juliana Gragnani retoma as implicações das *fake news* no favorecimento a políticos brasileiros e estrangeiros. No foco da pesquisa estão os meios mecânicos e artificiais de proliferação da mentira em ambientes virtuais, personagens que atuam no que denominamos de práticas de guerrilha nas plataformas *on-line*: robôs (*bots*), “softwares com tarefas *on-line* automatizadas”, *ciborgues* ou *trolls*, “contas controladas diretamente por humanos com a ajuda de um pouco de automação”.

Em reportagem sobre a diferença entre os “*trolls*” e “*sockpuppet*”⁵³, o jornal britânico The Guardian explica que os primeiros foram criados a pedido da Agência de Pesquisa Russa. Jovens criaram identidades *on-line* falsas para propagação de informações falsas favoráveis ao presidente Vladimir Putin e ao então candidato à presidência dos Estados Unidos da América Donald Trump. Já os “*sockpuppet*” forjam identidades fictícias para defender pontos de vista favoráveis a determinados candidatos e ou ação específica. Seriam fantoches utilizados para práticas fraudulentas no ambiente virtual, notadamente, as plataformas digitais.

⁵²“Como identificar os diferentes tipos de fakes e robôs que atuam nas redes”. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-42172154>. Acesso em: 20 de junho de 2019.

⁵³ “What's the difference between a troll and a sockpuppet?” Disponível em: <https://www.theguardian.com/books/2018/feb/23/troll-steven-poole-word-of-week>. Acesso em: 8 de julho de 2019.

O dimensionamento das condições de produção que possibilitaram a presença da internet no mundo é necessário para o entendimento da maneira como a qual diferentes componentes técnicos e sociais, relacionados, engendram a consolidação da prática das *fake news* como meio de acesso à informação.

De cada quatro residências, três estão conectadas à rede mundial de computadores. O incremento que corresponde a praticamente 75% de todos os domicílios foi mapeado pela Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílio (PNAD). Em apenas um ano (2016-2017), houve um acréscimo de 5,6 pontos percentuais na acessibilidade digital por domicílio. O índice passou de 69,3%, em 2016, para 74,9%, em 2017. Para se ter ideia da dimensão da abrangência do acesso à tecnologia digital, os números divulgados pelo IBGE em 28 de dezembro de 2018 mostram que 126,4 milhões de pessoas com idade igual ou superior a 10 anos acessaram a internet no trimestre que antecedeu ao levantamento da PNAD Contínua Tecnologia da Informação 2017 (TIC 2017). O acréscimo em relação ao ano de 2016 corresponde a um contingente de 10 milhões de usuários.

Um dado significativo da pesquisa mostra o avanço do uso de celular para acessar a internet, que, entre 2016 e 2017, saltou de 94,6% para 97,0%, enquanto foi decrescente o acesso à rede via computador, passando de 63,7% para 56,6%, respectivamente. Ainda que a predominância da conexão via internet ocorra na área urbana, onde a acessibilidade passou de 75,0% para 80,1%, na área rural, o aumento, em termos percentuais, foi mais representativo, passando de 33,6% para 41,0%. A leitura da referida pesquisa demanda atenção especial ao corte etário no que se refere ao aumento do contingente populacional – 77,1% (2016) para 78,2% (2017) – com idade igual ou superior a 10 anos que faz uso pessoal do celular. Segundo a pesquisa, o maior percentual foi no grupo etário de 20 a 24 anos (88,4%). Já a proporção dos idosos (60 anos ou mais) que acessaram a internet subiu de 24,7% (2016) para 31,1% (2017) e mostrou o maior aumento proporcional (25,9%) entre os grupos etários analisados pela pesquisa (PNAD, 2017, s/p).

No mesmo período de aferição, foi constatada queda (33,6% para 31,5%) dos domicílios com telefonia fixa. Em contrapartida, houve aumento (92,6% para 93,2%) na utilização do aparelho de telefonia móvel nas unidades domiciliares. E não apenas isso, um contingente de 78,2% dos brasileiros com 10 anos ou mais utiliza a tecnologia *mobile* para fins pessoais. Nossa atenção em relação à análise dos dados do IBGE, quanto ao recorte etário, refere-se aos idosos conectados. A população com 60 anos ou mais, ainda que tenha menos

contato com as novas tecnologias, em relação aos mais jovens, representa o extrato com maior aumento proporcional (25, 9%) de acesso. A PNAD (2017, s/p) mostra que :

O percentual de pessoas com celular era menor entre as pessoas do grupo com 10 a 13 anos de idade (41,8%) e alcançou as maiores participações nos grupos etários de 25 a 29 anos (88,8%) e de 30 a 34 anos (88,9%), passando a cair gradualmente até os 63,5% entre os idosos (60 anos ou mais). Esse indicador foi de 41,8% entre as pessoas sem instrução e de 97,5% entre os que tinham superior completo.

A PNAD TIC (2017) vai além, ao estabelecer parâmetros de interesse dos usuários em ambientes virtuais. É relevante observar que a preferência de 95,5% está voltada para o envio e o recebimento de mensagens (texto e voz) por meio de aplicativos. Visualizar esse estado de coisas é de suma importância na análise do comportamento dos usuários em relação à disseminação das *fake news*, principalmente quando cruzamos o levantamento da conectividade entre os brasileiros e um estudo realizado por pesquisadores das Universidades de Princeton e da New York University. O estudo, publicado na revista científica *Science Advances*, mostrou, por exemplo, que pessoas acima de 65 anos estariam mais predispostas a compartilhar informações falsas.

Os cientistas Andrew Guess (Universidade Princeton) e Jonathan Nagler e Joshua Tucker (Universidade de Nova York – NYU) analisaram as postagens de mais de 1.100 usuários do Facebook que liberaram os dados para análise durante a eleição presidencial norte-americana, em 2016. Os dados foram comparados com alguns dos principais sites de divulgação de notícias falsas, dentre eles, o denverguardian.com ou truepundit.com.

De acordo com a BBC Brasil, o critério para seleção dos sites foi a inclusão deles em listas de acadêmicos e jornalistas. Entre os mais velhos, a propensão para distribuição das *fake news* era sete vezes maior que entre os jovens da faixa etária de 18 a 29 anos. Eleitores do Partido Republicano – ligados ao presidente Donald Trump – assumiram a liderança na propagação de notícias falsas (38 usuários) em comparação com os do Partido Democrata (17 usuários).

De acordo com a Deutsche Welle⁵⁴ (2019, s/p), a pesquisa mostrou ainda a relação entre *fake news* e o lado conservador do espectro político:

Usuários com mais de 65 anos, independentemente de suas posições políticas, compartilharam quase sete vezes mais artigos de sites de *fake news*

⁵⁴Emissora internacional da Alemanha que produz jornalismo independente em 30 idiomas.

do que pessoas do grupo entre 18 e 29 anos. É possível que toda uma faixa etária de americanos, hoje acima dos 60 anos, não tenha o nível de conhecimento de mídias digitais necessário para determinar de forma confiável a credibilidade de notícias on-line.

Os números do IBGE dimensionam as condições de produção que possibilitam a inserção do Brasil entre os países que lideram a exposição dos usuários de plataformas digitais às *fake news*. Tal exposição, somada às condições tecnológicas de compartilhamento, viabiliza a prática de guerrilha utilizada na propagação de conteúdos falsos em redes *on-line*.

Quantitativamente, a inserção das ferramentas digitais no cotidiano das usuárias e usuários, sujeitos pragmáticos brasileiros, reitera a exposição generalizada aos sentidos veiculados pelas notícias falsas circunscritas aos campos da sexualidade, noções de família, religiosidade, dentre outros aspectos relacionado à regulação moral.

4.2. Sentidos virais em *fake news*

Nas mentiras sobre gênero produzidas por meio de *fake news*, observa-se a desarticulação premeditada entre história e prática social, configurando distorções morais daquilo que escapa aos padrões heteronormativos. Concordamos com Marx e Engels (2007), quando, na crítica à separação entre a história e a base real da vida comum, se referem à ilusão de cada época histórica.

Somados, esse descolamento entre a informação e o real e o que Pêcheux (2015) conceitua sobre a regulação de valores geridos por espaços administrativos, jurídicos, políticos – incluímos o midiático – implicam diretamente no funcionamento da notícia falsa sobre gênero não binário. Nesse aspecto, tratamos a processualidade dos sentidos virais na lógica do que em Pêcheux (2015, p.31) é pensado enquanto “funcionamento discursivo interno, sobre uma proibição de interpretação, implicando o uso de proposições lógicas (verdadeiro ou falso)”.

Com o objetivo de identificar marcos teóricos que acompanham a expressão *viral* no espectro midiático e de circulação de conteúdos culturais, Jenkins, Ford e Green (2014) relacionam a primeira alusão ao termo às histórias de ficção científica que estariam associadas às ideias (geralmente ruins) que se espalham como germes.

Outras referências trazidas por Jenkins, Ford e Green (ibidem, p. 42) são extraídas do livro de Douglas Rushkoff, *Media vírus*, no qual se trabalha a concepção de que “o material

de mídia pode funcionar como um Cavalo de Tróia”. Em Rushkoff (*apud* JENKINS; FORD; GREEN, 2014, p. 4), a mobilização do discurso biológico é utilizada para se referir aos processos discursivos midiáticos nos quais:

Os vírus da mídia se espalham através da datasfera do mesmo modo que os vírus biológicos se espalham pelo corpo ou por uma comunidade. Mas, em vez de trafegar por um sistema circulatório orgânico, o vírus da mídia viaja através das redes pelo midiaespaço. A casca proteína de um vírus da mídia pode ser um evento, uma invenção, tecnologia, um sistema de pensamento, um tema musical, uma imagem visual, uma teoria científica. Qualquer uma dessas cascas que envolvem o vírus da mídia buscará na cultura popular algum encaixe receptivo e se fixará em qualquer fresta onde for notado. Assim que está fixado, o vírus injeta seus interesses e propósitos mais dissimulados no fluxo oficial de dados na forma de algum código ideológico.

Ainda de acordo com Rushkoff (*apud* JENKINS; FORD; GREEN, 2014, p. 43), a datasfera ou midiaespaço implica um novo território de interação humana, co-habitado pela expansão econômica e suas correspondentes maquinações sociais e políticas. Na mesma lógica da concepção biológica do viral, algumas teorias ligadas ao *marketing* dizem respeito a um tipo de conteúdo ou ação que conquista. E não apenas isso, referem-se, ainda, a uma forma específica de propagação em hiperescala. Em (*idem*, p.45) o autor considera que “não obstante, a metáfora viral não descreve bem aquelas situações em que a pessoa avalia ativamente um texto na mídia, decidindo com quem irá compartilhá-lo e como irá difundi-lo”.

Outro exemplo trazido é o de Van der Graaf (*apud* JENKINS; FORD; GREEN, 2014, p.46), para quem o “viral é inerente ao social” e relaciona-se à informação que circula em rede. E estaria, dessa maneira, circunscrito a uma dinâmica e comportamento próprios dos ambientes de rede. Concordamos com Jenkins, Ford e Green (*ibidem*, p.46) quando dizem que “a confusão” quanto ao que efetivamente caracteriza o viral não é tarefa simples em virtude da abrangência e, ao mesmo tempo, limitação do termo. Jenkins, Ford e Green (*ibidem*) também argumentam que o conceito de propagabilidade mantém aspectos úteis das teorias de comunicação que se ocupavam do estudo de virais. Dentre estes, a concepção de que eficiência e impacto dos conteúdos têm relação com a forma e como estes se movimentam entre pessoas e comunidades.

Ao trazermos a metáfora do *viral* e do *contágio* discursivos para os estudos de AD temos o funcionamento por metáfora numa compreensão biológica, na materialidade, especificamente como entendido por Pêcheux (2016, p.283), ao afirmar que “se há materialidade do discurso, é porque os discursos são tomados na materialidade histórica, no sentido de que há efeitos de determinação da estrutura histórica sobre o discursivo”. Assim,

tratamos o viral como elemento que, num primeiro estágio, é acordado pela estrutura histórico/discursiva das *fake news*.

A partir desse momento, são desencadeados sucessivos processos de adesão marcada pela ação do interdiscurso, que, de acordo com Courtine e Marandim (2016, p. 39-40):

consiste em um processo de *reconfiguração incessante* no qual uma FD é levada, em função das posições ideológicas que essa FD represente em uma conjuntura determinada, a incorporar elementos pré-construídos produzidos no seu exterior, para nela produzir a redefinição ou o retorno, para igualmente evocar seus próprios elementos, para organizar sua repetição, mas também para provocar nela o apagamento, o esquecimento.

Entendemos, a partir dessa conceituação, que os sentidos virais funcionam a partir das posições ideológicas e das formações discursivas que autorizam os dizeres sobre gênero nas *fake news*. Essa configuração, que se dá no entremeio entre tais formações, ao mesmo tempo ideológica e discursiva, possibilita condições para a inoculação do viral no discurso do gênero.

Um aspecto fundamental para entender o viral discursivo é trazido por Pêcheux (2015, p. 158), para quem as referências discursivas dos objetos são construídas nas FDs, cujos impactos agem em combinação com os efeitos interdiscursivos, que, “longe de ser efeito integrador da discursividade, torna-se, desde então, seu princípio de funcionamento”, e que, a partir de uma “formação discursiva dada, podem ser importados (meta-forizados)”, possibilitando que elementos de outras FDs possam “se constituir e se deslocar historicamente”. Em enunciados nos campos do gênero, da moral e dos costumes em ambientes *on-line*, esse processo de viralização de sentido é marcado por elementos próprios discutidos Paveau (2013), que os conceitua como *quadros pré-discursivos coletivos*, aqui circunscritos aos aspectos de organização e da previsão. De acordo com Paveau (2013, p. 136):

Os quadros pré-discursivos coletivos são organizadores da experiência que constroem e pré-constroem ao mesmo tempo toda a percepção individual de mundo. Eles têm, portanto, uma dimensão cognitiva que passa por uma memória conceitual que cada indivíduo tem incorporada. Essa memória conceitual não é, como eu já expliquei, reduzida a puros conceitos mentais encapsulados nos módulos, porque ela é também ideológica, social, cultural [...] os quadros pré-discursivos coletivos permitem não só a organização da experiência, mas também as previsões quanto aos discursos que serão produzidos).

Soma-se ao processo de organização interna dos sentidos impostos pela instantaneidade da propagação das *fake news* a reflexão relevante trazida por Mariani (2018, p.9) quanto à ação de marketing político, envolvida num tipo de produção discursiva contínua, voltada para a construção de efeitos de verdade, “aqui compreendido de forma

simplificada como tentativa de manipulação do outro, como forma de influenciar a opinião pública e (re)direcionar os laços sociais a partir de interesses políticos”.

Sinteticamente, o que está em jogo poderia ser descrito assim: os grupos políticos hegemônicos, ou que pretendem a hegemonia, trabalham o simbólico para desestabilizá-lo, ou seja, produzem incansavelmente as discursividades que pretendem impor como sentido supostamente único e verdadeiro nas instituições escolares e religiosas, na mídia e na cultura. O discurso político de *marketing* a serviço de instâncias de poder constrói ficções a partir de acontecimentos, coloca essas ficções em circulação e as alimenta continuamente, como vimos, visando uma aderência à discursividade *prêt-à-porter* e um efeito-cola, de adesão, com novos reenvios (MARIANI, 2018, p. 9).

Nessa concepção, situamos o interdiscurso no espaço em que o viral se estabelece e afeta/mobiliza os sujeitos pragmáticos, usuários que respondem aderindo ao que é posto pela notícia falsa. E, assim como Orlandi (2013) afirma que “a materialidade específica da ideologia é o discurso e a materialidade do discurso é a língua”, observamos que não há viral que prescindia de sua matéria discursivo-ideológica. O que nos leva a referendar a proposta conceitual de Pêcheux e Fuchs (2014), em que o discursivo *é* (grifo nosso) tomado, enquanto aspecto da materialidade ideológica. O mesmo vínculo ou constitutividade se dá entre ideológico e viral no campo das *fake news* de gênero, em que as formações ideológicas “comportam necessariamente” como um de seus componentes uma ou várias *formações discursivas* interligadas que determinam o que pode e deve ser dito (Idem, ibidem, p.163-164). É essa autorização do dito sobre o gênero em *fake news* que mostraremos a partir das análises da SD3 – Marielle, a primeira santa gay e da SD4 – TV Criança gay.

Figura 12 – Sequência discursiva 3: Marielle, a primeira santa gay



Fonte: Agência Lupa, 2018

SD3 – Marielle, a primeira santa gay

O PSOL se reúne nesta quarta-feira para discutir juntamente com a CNBB para a canonização de Marielle Franco, mártir popular morta pelo crime organizado do RJ, a ex vereadora morta deve ser canonizada como padroeira das minorias. Militantes estão animados e falam em justiça.

A informação foi checada pela Agência Lupa em 20 de março de 2019. Durante o processo de verificação, a Lupa identificou a origem da informação num perfil falso da jornalista da Folha de S. Paulo Mônica Bergamo, no Twitter. Ainda de acordo com a agência de checagem, a bancada do PSOL negou o encontro com a CNBB (Confederação Nacional dos Bispos do Brasil). A canonização da vereadora Marielle Franco, assassinada no dia 14 de março de 2018, juntamente com seu motorista, Anderson Gomes, nunca esteve na pauta do partido.

No enunciado, vemos que uma mártir popular morta pelo crime organizado do Rio de Janeiro deve ser canonizada. Num movimento parafrástico, Marielle Franco, mulher negra, feminista, periférica e lésbica, surge como um corpo que carrega em si minorias. Representa a síntese de grupos e movimentos sociais não nomeados. Quem são minorias e o que não são? Todavia, a população negra não é minoria; mulheres não são minoria; pobres não são minoria. Mas, discursivamente, é preciso ser designado dessa forma para produzir evidência de verdade, com discursos que já circulavam sobre a figura pública Marielle Franco. “Militantes, animados”, “Falam em justiça” são dizeres evocados não contra o crime organizado, através da atuação de grupos de milícias do Rio de Janeiro, mas por ter uma representante a ser supostamente canonizada (“deve ser canonizada”), o que representa justiça à líder

assassinada, cabendo ressaltar que o “deve ser” pode funcionar de duas maneiras: imperativo ou possibilidade.

Por paráfrase, essa construção é possível e não estaria em oposição ao que se espera da CNBB, mas o PSOL é um partido de esquerda, sendo então essa uma primeira questão de dúvida quanto ao argumento: a união entre o PSOL e a CNBB, ou entre um partido de esquerda com a Igreja Católica Romana. Interessante notar que, se fosse um partido político ligado às Igrejas Evangélicas e Neopentecostais, não seria tanta surpresa, porque se sabe que a Igreja Evangélica tem partido.

Observa-se que o amarelo simboliza a prevenção à violência, a exemplo do que ocorre na saúde mental, em que o chamado Setembro Amarelo é voltado à prevenção ao suicídio e também uma cor que remete, de forma mais ampla, à violência. Retomam-se aspectos do discurso de gênero (dos movimentos LGBTQI+) para, pelo atravessamento do discurso religioso, produzir efeitos do discurso contra o gênero, a exemplo do que demonstramos nas análises das SDs anteriores.

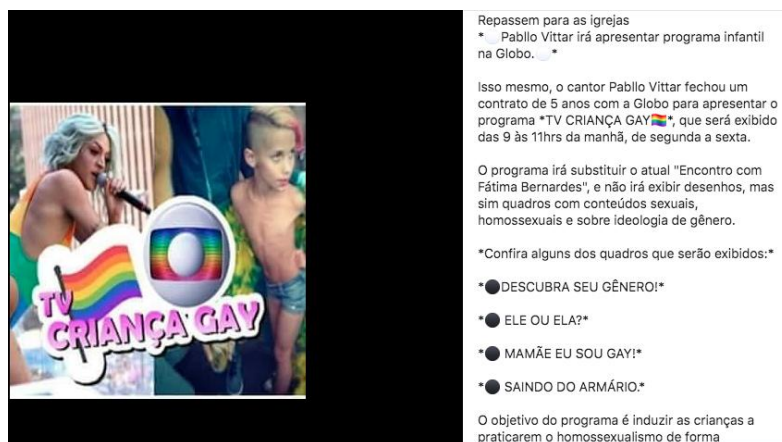
Tem-se então um funcionamento em que o gênero é materializado em *fake news*, e essa materialização expressa um discurso contra o gênero não binário. Recuperando os termos de Pêcheux (2014), no discurso *sobre*, tem-se a possibilidade de identificação com o gênero. Todavia, no discurso *contra*, tem-se a impossibilidade de identificação. Ele até reconhece, mas não se identifica. Como efeito dessa polaridade, orientada por formações discursivas distintas, postas em relação, observa-se por contraposição:

Santa x gay

Santa Maria x Mari(elle)

Essa é a construção que entra em funcionamento nessa *fake news*: a santa gay. A contradição entre santa, naturalizada na mulher branca, heterossexual e rica (até a que faz voto de pobreza pressupõe-se que seria rica), em oposição à mulher gay, negra, lésbica e pobre da favela da Maré. A inquisição aqui, numa memória com o discurso religioso, vem na forma de uma interseccionalidade na qual gênero, raça e classe são interpelados pelo discurso. E ao contrário da primeira inquisição, promovida pela Igreja Católica, arriscamos dizer que a atual se dá pelas Igrejas Neopentecostais e alcança também a CNBB.

Figura 13 – Sequência discursiva 4: TV criança gay



Fonte: Agência Lupa, 2018

SD4 – TV criança gay

Repassem para as igrejas.

Pablo Vittar irá apresentar programa infantil na Globo. Isso mesmo, o cantor Pablo Vittar fechou um contrato de 5 anos com a Globo para apresentar o programa *TV CRIANÇA GAY*, que será exibido das 9 às 11h da manhã, de segunda a sexta. O programa irá substituir o atual “Encontro com Fátima Bernardes”, e não irá exibir desenhos, mas sim quadros com conteúdos sexuais, homossexuais e sobre ideologia de gênero. *Confira alguns dos quadros que serão exibidos:* DESCUBRA SEU GÊNERO! *ELE OU ELA? * MAMÃE EU SOU GAY * SAINDO DO ARMÁRIO. O objetivo do programa é induzir as crianças a praticarem o homossexualismo.

Verificada pela Agência Lupa em 29 de março de 2019, a informação foi considerada falsa. A checagem da agência incluiu contatos com a Rede Globo de Televisão, que, por meio de sua assessoria, informou se tratar de uma *fake news* em circulação desde novembro de 2017. No aspecto discursivo, no “repassem para as igrejas”, o enunciador nomeia os interlocutores – as igrejas – e indica a formação discursiva religiosa funcionando no que seria um alerta para os que têm fé.

Ao enunciar “Pablo Vittar irá apresentar programa infantil na Globo”, supõe-se uma dúvida (espanto!) à qual o próprio enunciador responde: “Isso mesmo, o cantor Pablo Vittar fechou um contrato de 5 anos com a Globo para apresentar o programa *TV CRIANÇA GAY*”. Ao situar, especificamente, a Rede Globo de Televisão, elege um campo inimigo,

ainda que necessariamente não seja. Por sua vez, a utilização de letras maiúsculas em “TV CRIANÇA GAY” funciona como um grito de alerta. Note-se ainda, no aspecto político do argumento desta análise, que o período de cinco anos vai além do mandato presidencial do candidato.

Chama a atenção o horário de exibição do programa: “das 9 às 11h da manhã, de segunda a sexta-feira”. Essa faixa de horário é, predominantemente, voltada para dois públicos: primeiro, a faixa etária infantil, com conteúdo diferenciado, desenhos e séries; enquanto o segundo, para adultos, basicamente mulheres, refere-se à saúde, bem-estar e entretenimento leve, entrevistas e questões de comportamento. Há aqui um já-dito que aponta para o horário destinado às crianças. A afirmativa “o programa irá substituir o atual Encontro com Fátima Bernardes” constitui um elemento de sustentação argumentativa, uma vez que existe o referido programa nesse horário.

A marcação de gênero na substituição do programa de maior audiência da rede de TV funciona como um alerta: vai sair a apresentadora Fátima Bernardes, mulher, branca, hétero, autorizada a fazer parte do cotidiano da família brasileira, e, em “seu” lugar, vai entrar “o cantor Pablo Vittar”, a transexual, marcada no masculino.

O recorte de gênero prossegue nas referências ao perfil do programa, cujos quadros não exibirão desenhos animados, mas abordará questões sobre homossexuais e “ideologia de gênero”. Ainda sobre o conteúdo do programa, os quadros também são anunciados em caixa alta, reforçando o tom do aviso que precisa ser repassado: “*Confira alguns dos quadros que serão exibidos: *DESCUBRA SEU GÊNERO! *ELE OU ELA?”. Temos aí, novamente, uma marcação do binarismo, que considera apenas a possibilidade do “ELE” ou “ELA”, apagando o gênero não binário.

Na enunciação “* MAMÃE EU SOU GAY*”, remete-se à forma como as crianças se referem às mães. Há um discurso também sobre a maternidade, para qual é a mãe que responde sobre a sexualidade do filho, porque criar não é coisa de homem. Por sua vez, a expressão “*SAINDO DO ARMÁRIO*” traz pela metáfora do armário o efeito de sentido de que o programa abrirá as portas para que os gays enrustidos se assumam, mas também um incômodo provocado pela possibilidade de, por conta do programa, os gays não ficarem mais no armário, reforçando um imaginário (um não-dito) de que eles precisam ficar no armário.

No fechamento do enunciado, tem-se de modo preciso que “o objetivo do programa é induzir as crianças a praticarem o homossexualismo”. O uso do sufixo “ismo”, de origem grega, coloca em funcionamento o discurso biológico e biomédico. A homossexualidade é, propositalmente, descrita como homossexualismo, trazendo uma memória patológica ao dizer,

uma vez que o homossexualismo, como uma doença, pode pôr as crianças em risco, abrindo possibilidade para, por exemplo, considerar o contágio, pelo contato e/ou influência. Há aqui um funcionamento discursivo propositadamente desatualizado e que desconsidera marcos importantes, como a retirada, em 1991, da homossexualidade da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas relacionados com a Saúde (CID 10) da Organização Mundial de Saúde (OMS)⁵⁵.

Os enunciadores das SD3 e SD4 funcionam pelo discurso da fé, uma vez que se identificam como “povo de Deus”, os escolhidos que salvarão a Igreja da aberração de uma santa gay (SD3) e livrarão as crianças do homossexualismo (SD4). Especialmente nesse último processo discursivo, tem-se uma relação entre homossexualismo/doença e pode-se remeter que a cura virá pela fé, o antídoto, que produzirá nos fiéis os anticorpos necessários para combater o vírus homossexual. Nessa perspectiva, compartilhar tais *fake news* significa estar a serviço do livramento das famílias brasileiras do que seria a “nova peste”, fazendo circular, dessa maneira, sentidos de um discurso bíblico neopentecostal.

Retornamos aqui ao funcionamento do sentido viral nas plataformas digitais e do ciclo de propagação das *fake news*. Ele se materializa na repetição, em velocidade instantânea, o que nos leva ao que é posto por Courtine e Marandim (2016, p. 45-46), ao afirmarem que “se os discursos se repetem, é porque eles são repetidos. Ao tomar a palavra, os indivíduos retomam em sua fala o que eles ignoram ser o já-dito [...]”. Ainda que a retomada não se dê ao pé da letra, não deve ser tomada por “recriações ao acaso”. Para tais autores, “os discursos são repetidos, ou melhor, há repetições que fazem discursos: é nesse ponto que se conectam a problemática da eficácia ideológica 'um discurso pega quando o retomamos’”

Entendemos que é pela via da repetição/compartilhamento que o campo ideológico se cristaliza, num jogo de polarização (o bem e o mal) e paráfrase em que a adesão ao dito sobre gênero, autorizado por uma rede de memória, se processa de maneira instantânea e se reproduz em novos e sucessivos compartilhamentos. Dimensiona-se, dessa maneira, que “a produção do sentido é estritamente indissociável da relação de paráfrase entre sequências tais que a família parafrásica destas sequências constitui o que se poderia chamar a ‘matriz do sentido’” (PÊCHEUX; FUCHS, 2014, p.166-167).

⁵⁵ Resolução N° 001/99 de 22 de março de 1999, do Conselho Federal de Psicologia, estabelece normas para de atuação para os psicólogos em relação à questão da Orientação Sexual e define em seu Art. 3° que “os psicólogos não exercerão qualquer ação que favoreça a patologização de comportamentos ou práticas homoeróticas, nem adotarão ação coercitiva tendente a orientar homossexuais para tratamentos não solicitados”.

O movimento de retomada não se dá apenas no compartilhamento viral da desinformação, mas no apoio dos algoritmos, que não devem ser vistos apenas como códigos com consequências, mas, conforme Gillespie (2014, p.167-195), como uma lógica de conhecimento e gerenciamento de padrões: “A lógica algorítmica depende das escolhas procedimentalizadas de uma máquina, projetada por operadores humanos para autorizar alguma representação de julgamento humano ou desenterrar padrões através de traços sociais coletados”.

As notícias falsas se apropriam do assunto com o intuito de regular/censurar identidades de gênero descoladas dos padrões heteronormativos. Para Orlandi (2015, p.17) tal silenciamento se dá

na contradição entre o “um” e o “múltiplo”, o mesmo e o diferente, entre paráfrase e polissêmia. Esse movimento, por sua vez, mostra o movimento contraditório, tanto do sujeito quanto do sentido, fazendo-se no entremeio entre a ilusão de um sentido só (efeito da relação com o interdiscurso) e o equívoco de todos os sentidos

Os sentidos virais não admitem a polissemia e, portanto, são de natureza parafrásica. De acordo com Orlandi (2013, p. 36), “os processos parafrásicos são aqueles em que todo dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória [...] a paráfrase está do lado da estabilização [...] na polissemia o que temos é deslocamento, ruptura de processos de significação”.

É também nesse movimento de retomada que recorremos a uma rede de memória alusiva à inquisição⁵⁶ de sentidos empreendida contra os gêneros não binários – situados fora do padrão masculino/feminino predominante – nas *fake news*. A retomada do discurso religioso é feita com o objetivo de situar os gêneros que flexibilizam as fronteiras entre masculino e feminino, no campo das heresias modernas. Referimo-nos também aqui ao que Pêcheux (2015, p.44) define como “sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas”.

Como vimos, o entrecruzamento de memórias de discursos retomados é fundamental para que o viral discursivo entre em funcionamento nas *fake news* de gênero. E aqui não nos referimos apenas à inscrição trazida por Pêcheux (2015, p. 141-142) da interdiscursividade na “existência de um corpo socio-histórico de traços discursivos que constitui o espaço de

⁵⁶ Referência ao discurso religioso. Idealizada pela Igreja Católica e conhecida como Santo Ofício, a Inquisição medieval ocorreu entre os séculos 13 e 14. O objetivo era julgar e punir os hereges, aqueles que supostamente desobedeciam às normas e preceitos da religião.

memória da sequência” e da retoma natural de outros discursos. O *corpus* deste trabalho diz respeito a uma problemática trazida por Pêcheux (2015, p. 141-142) quanto ao “estatuto social da memória” e sua associação “ao organismo vivo”.

A entrada do algoritmo na relação com os sujeitos pragmáticos usuários e sua relação com as mídias digitais em redes *on-line* pedem a consideração de que, ao trabalhar com informações pessoais, a programação algorítmica constrói, artificialmente, uma base de memória⁵⁷ de cada usuário. Nessa perspectiva, aproximamos o funcionamento algorítmico do que é posto por Robin (2016, p.384), enquanto “mecanismo de construção da memória e efeitos técnicos de registro sobre a memória”, construído a partir do que vimos anteriormente na exploração e na mineração (tratamento) de dados pessoais.

Nesse aspecto, torna-se relevante a reflexão sobre o funcionamento, a partir dessa memória involuntariamente terceirizada, dos Esquecimentos 1 e 2 (PÊCHEUX, 2014, 176-177). Entendemos, a partir dos Esquecimentos, que a produção das *fake news* de gênero amparam-se no Esquecimento 2 da ordem dos “processos de enunciação”, do que é autorizado, daí o sentido viral ao qual nos referimos neste trabalho, e que implica na adesão (compartilhamento), “é de natureza inconsciente”.

Ao trazermos as *fake news* para o debate sobre os efeitos da interpelação aos gêneros não binários, pretendemos enfatizar os meios (as práticas técnicas) que possibilitam a circulação de sentidos virais compartilhados e repetidos em diferentes mídias digitais – redes sociais, blogs, *e-mails* etc.

Consideramos que a desinformação premeditada nas *fake news*, cuja reprodução em larga escala é viabilizada pelo avanço tecnológico, pauta a tentativa de estabilização dos costumes e da moral na sociedade contemporânea, cujo efeito se estabelece na perspectiva de um *não* “deslocamento ideológico” (PÊCHEUX, 2015). Dessa maneira, ao tratar dos efeitos de sentido que atravessam os processos de produção/reprodução, este estudo analisou o dito das *fake news* nas condições de produção que o sustentam. E, no âmbito das discursividades virais, consideramos a memória, enquanto elemento de preservação do real histórico. Reiteramos que, assim como não podemos falar de *fake news* isolando-a da capacidade de reprodução por meios tecnológicos, também não é possível trazer o sentido viral excluindo-o de sua matéria discursivo-ideológica.

⁵⁷ Temos a intenção de explorar posteriormente este aspecto no desdobramento deste trabalho.

CONCLUSÃO

A análise do real em redes de sentidos virais através do discurso de gênero em *fake news* possibilitou entender o alcance dessa prática discursiva, impulsionada pela propagação da informação em hiperescala. Entendemos com isso que a replicação das notícias falsas, articulada à dataficação (extração de dados dos usuários conectados em redes *on-line*), traz para a centralidade do diálogo novas configurações discursivas baseadas na lógica algorítmica.

Tal lógica, observada a partir da interface entre a AD e as demandas técnicas (comunicação digital), reconfigura um tipo de modalidade informativa na qual o volume de compartilhamento é mais determinante na produção de sentidos que o argumento em si.

Esse fenômeno eclode em 2016 e, desde então, regula sentidos e define resultados eleitorais nos Estados Unidos – eleição de Donald Trump – e no Brasil, com a vitória de Jair Bolsonaro, acendendo um alerta quanto às comunicações ancoradas em discursos de controle, ainda que camuflados num funcionamento que tenta apagar sua determinação ideológica.

O advento das *fake news* e da pós-verdade, simultaneamente ao aprimoramento dos meios digitais de acesso e arquivamento *on-line* da informação, instaura uma questão que tangencia o tempo da circulação de sentidos das notícias verdadeiras e falsas. Não queremos dizer com isso que a circulação da mentira seja uma novidade, ao contrário, o que este trabalho propôs enquanto reflexão é o entendimento da notícia falsa exercendo um papel de controle e com objetivos ideologicamente totalitários.

Nessa perspectiva, consideramos que a consolidação das plataformas digitais de compartilhamento (Facebook, Twitter) e das ferramentas de busca (Google), somada ao alcance da inteligência artificial, representa a alteração na dinâmica convencional de produção/reprodução discursiva. Na medida em que a informação manipulada é acessada sob o invólucro de uma falsa noticiabilidade jornalística, rompe-se com critérios de credibilidade. Instaura-se, desse modo, uma rede de polarização entre verdadeiro e falso como meros critérios interpretativos apartados da realidade.

A ênfase no diálogo entre a AD pecheutiana e os textos de Marx possibilitou a análise do imbricamento entre discursos, o real e a demanda técnica na perspectiva da base socio-histórica que o determina. Dessa maneira, pode-se afirmar que os algoritmos, embora abstratos em sua constituição, têm em sua base real a capacidade de alterar não apenas a dinâmica da discursividade em ambientes digitais, mas afetam a circulação dos sentidos sobre gênero nas e fora das redes *on-line*. Em Marx encontramos a argumentação teórica para

pensarmos o gênero binário dominante como uma das ilusões de nossa época e, conseqüentemente, das *fake* mais propagadas.

Os sentidos virais trazidos neste trabalho têm por base as retomadas discursivas, estabelecidas num jogo simbólico de aderência ao dito a partir de um já lá. Metaforicamente, entendemos que a condição para inoculação do viral nos sentidos é sua inscrição em formações ideológicas e discursivas dadas. Fora desse ambiente ideologicamente estabilizado, o sentido viral não se sustenta, pois a flexibilização dos limites entre tais formações ideológicas representaria a possibilidade de um funcionamento polissêmico. Entendemos, dessa maneira, que o antídoto para os sentidos virais sobre gênero em *fake news* é, portanto, dessa ordem, ou seja, da ordem do polissêmico.

Buscamos entender também a falsa autonomia da programação algorítmica em relação às formações ideológicas e discursivas que representam, com capacidade de manipulação do caráter material do sentido sobre e com efeitos na regulação da moral e dos costumes.

Ancorada no desvelamento das condições de produção que sustentam o avanço das *fake news* como meio de acesso à informação, esta análise conclui que, nos enunciados sobre gênero, o funcionamento da associação entre os discursos religioso e político determina a regulação das subjetividades. Reiteramos, a partir dessa regulação, as *fake news* enquanto discurso voltado para o controle social do gênero. Ao tangenciar identidades e subjetivações que desnaturalizam o sentido do binário (masculino-feminino), a discursividade político-religiosa capitalista impõe uma compreensão de gênero e de regulação da sexualidade fixada em padrões androcêntricos.

Tal ancoragem, determinada pelo cruzamento entre o capital e os instrumentos técnicos por ele demandados, não transforma apenas dados em mercadoria. Tal configuração incide ainda no modo como os discursos contra o gênero se materializam nas notícias falsas, retomando memórias de inquisição sobre e contra o gênero.

Dessa maneira, se no início este trabalho teve por base uma memória de retomada dos estudos empreendidos por Michel Pêcheux quanto ao dispositivo informático com o qual teve início a aventura do discurso, o fechamento mira a atualidade, a constatação de que meio século após a construção da máquina discursiva AAD69, os fundamentos da AD permanecem atuais em sua possibilidade de estabelecer caminhos de diálogo e de interface entre o discurso, a mídia e os sentidos outros que desnaturalizam o gênero do capital e da fé.

REFERÊNCIAS

- ACHARD, Pierre *et al.* **Papel da Memória**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015.
- AMARAL, Maria Virgínia Borges. **Discurso e relações de trabalho**. 2. ed. Maceió, AL: Adufal, 2016.
- BARRETTO, Elvira. **Gênero e Diversidade na Escola**: descortinando opressões. Maceió, AL: Edufal, 2015.
- BUCCI, Eugênio. Pós-política e corrosão da verdade. **Revista USP**. São Paulo-SP. n. 116, p. 19-30, maio de 2018.
- BUCHER, Tainá. Questões e apontamentos para o estudo de algoritmos. **Revista Parágrafo**. São Paulo, v.6, n.1.p.17-29, 2018.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Tradução de Roneide Venancio Majer. 20ª. ed., revista e ampliada. São Paulo: Paz e Terra, 2019.
- CASTELLS, Manuel. **O poder da comunicação**. 3ª. ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.
- CONNELL, Raewyn. **Gênero**: uma perspectiva global. São Paulo: nVersos, 2015.
- D'ANCONA, Matthew. **Pós-verdade**: a nova guerra contra os fatos em tempos de fake news. São Paulo: Faro Editorial, 2018.
- DELA-SILVA, Silmara Cristina. **O Acontecimento discursivo da televisão no Brasil**: a imprensa na constituição da TV como grande mídia. 2008. 243f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas-SP, Campinas 2008. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/271055>. Acesso em: 10 jan. 2020.
- ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada do Estado**. 3ª ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2018.
- ENGELS, Friedrich. In: MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. Tradução e notas de Nélio Schneider e prólogo de Herbert Marcuse. São Paulo, SP: Boitempo, 2011.
- ERICSON, Sóstenes. Estado democrático de direito: deslocamentos e ambiguidades na argumentação. EID&A – **Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**. Ilhéus, n. 19, p. 103-120, ago.2019. Disponível em: DOI [dx.doi.org/10.17648/eidea-19-2269](https://doi.org/10.17648/eidea-19-2269). Acesso em: 15 dez. 2019.
- GADET, Françoise; Toni Hak. **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.
- GAIA, Rossana Viana. **A política na mídia e a mídia na política**. Maceió: EDUFAL, 2011.
- GENRO Filho, Adelmo. **O segredo da pirâmide**: para uma teoria marxista do jornalismo. Petrópolis, RJ: Insular, 2012. V. 6. (Série Jornalismo a Rigor).

GILLESPIE, Tarleton. The Relevance of Algorithm. In: GILLESPIE, T. *et al.* (orgs.). **Media technologies: Essayson communication, materiality, and society.** Cambridge, MA: MIT Press: Virtual Books, 2014.p.167-195.

GOMES, Wilson. **Jornalismo, fatos e interesses: ensaios de teoria de jornalismo.** Florianópolis, Insular, 2009. v. 1. (Série Jornalismo a Rigor).

GUILHAUMOU, Jacques. **Discurso e arquivo: uma experimentação em análise do discurso.** Denise Maudidier, Régine Robin. Tradução de Carolina P. Fedatto e Paula Chiaretti. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016.

HARARI, Yuval Noah. **21 lições para o século 21.** Tradução de Paul Geiser. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

HERBERT, Thomas. Reflexions sur la situation théorique des sciences sociales et, spécialement, de la psychologie sociale. *Cahiers de L'analyse, 2* . (p. 174-203). Paris: 1966.

IBGE, Agência de Notícias. **Internet chega a três em cada quatro domicílios do país.** Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/23445-pnad-continua-tic-2017-internet-chega-a-tres-em-cada-quatro-domicilios-do-pais>. Acesso em: 23 ago. 2018.

INDURSKY, Freda. **Memória do discurso na/da análise do discurso.** In: INDURSKY, Freda; MITTMANN, Solange; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Orgs.). Campinas, SP: Mercado de Letras, 2011.

JENKINS, Henry. **Cultura da conexão: criando valor e significado por meio da mídia propagável.** Henry Jenkins, Sam Ford e Joshua Green (Orgs.). Tradução de Patrícia Arnaud. São Paulo: Aleph, 2014.

JENKINS, Henry. **Cultura da Convergência.** Tradução de Susana Alexandria. São Paulo: Aleph, 2009.

MARTINS, Alexandra. Milhões difundem *fake news*. **Jornal O Estado de São Paulo.**São Paulo, 17 de setembro de 2017. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,na-web-12-milhoes-difundem-fake-news-politicas,70002004235>. Acesso em: 17 jul. 2019

SALDAÑA, Paulo. Saiba como surgiu o termo ideologia de gênero. **Jornal Folha de São Paulo.** São Paulo, 23 de outubro de 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/10/saiba-como-surgiu-o-termo-ideologia-de-genero.shtml>. Acesso em: 27 dez. 2018.

KAKUTANI, Michico. **A morte da verdade.** Tradução de André Czarnobai, Marcela Duarte. 1. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2018.

LAGE, Nilson. **Teoria e técnica do texto jornalístico.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

PIOVEZANI, Carlos; SARGENTINI, Vanice (orgs.). **Legados de Michel Pêcheux: inéditos em análise do discurso.** São Paulo: Contexto, 2016).

LÉON, Jacqueline; PÊCHEUX, Michel. **Análise de Discurso - Michel Pêcheux**. Textos selecionados: Eni Puccineli Orlandi. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015.

MALDIDIER, Denise. **A inquietação do discurso** – (Re)ler Michel Pêcheux hoje. Campinas: Pontes, 2017.

MARANDIN, Jean-Marie; PECHÊUX, Michel. **Legados de Michel Pêcheux**: inéditos em análise do discurso. Organização: Carlos Piovezani e Vanice Sargentini. São Paulo: Contexto, 2016.

MARCONDES FILHO, Ciro. **O capital da notícia**: jornalismo como produção social da segunda natureza. São Paulo: Ática, 1986.

MARTINO, Luís Mauro Sá. **Teoria das mídias digitais**: linguagem, ambientes, redes. 2ª. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

MARIANI, Bethania. Discursividades prêt-à-porter, funcionamento de fake news e processos de identificação. **Entremeios [Revista de Estudos do Discurso]**. ISSN 2179-3514, on-line, www.entremeios.inf.br], Seção Estudos, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem (PPGCL), Universidade do Vale do Sapucaí (UNIVÁS), Pouso Alegre (MG), vol. 17, p. 3-18, jul. - dez. 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.20337/ISSN2179-3514revistaENTREMEIOSvol17pagina3a18>. Acesso em: 15 jul. 2018.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo, SP: Boitempo, 2007.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro 1: o processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. 2ª. ed. São Paulo, SP: Boitempo, 2017.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro 2: o processo de circulação do capital. Tradução de Rubens Enderle. 1ª. ed. São Paulo, SP: Boitempo, 2014.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro 3: o processo global de produção capitalista. Tradução de Rubens Enderle. 2ª. ed. São Paulo, SP: Boitempo, 2017.

MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. Tradução e notas de Nélío Schneider e prólogo de Herbert Marcuse. São Paulo, SP: Boitempo, 2011.

MAZIÈRE, Francine. In: OLIVEIRA, Guilherme Adorno; NOGUEIRA, Luciana (Orgs.). **Encontros na análise de discurso**: efeitos de sentidos entre continentes. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2019.

MEDINA, Cremilda. **Notícia, um produto à venda**: jornalismo na sociedade urbana e industrial. 2ª. ed. São Paulo: Summus, 1988.

MEHL, João Paulo; SILVA, Sivaldo Pereira da. **Cultura digital, internet e apropriações políticas**: experiências, desafios e horizontes. Organização de João Paulo Mehl e Sivaldo Pereira da Silva. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2017.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MÉSZÁROS, István. **O poder da Ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2014.

MISKOLCI, Richard. **A Teoria Queer e a Sociologia**: o desafio de uma analítica da normalização. *Sociologias*. Porto Alegre. n. 21, p.150-182, 2009.

MORETZSOHN, Sylvia. **Jornalismo em “tempo real”**: o fetiche da velocidade. 2ª. ed. Rio de Janeiro, RJ: Revan, 2002.

MOROZOV, Evgeny. **Big tech**: a ascensão dos dados e a morte da política. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

OLIVEIRA, Guilherme Adorno; NOGUEIRA, Luciana (Orgs.). **Encontros na análise de discurso**: efeitos de sentidos entre continentes. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2019.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 11ª. ed. Campinas, SP: Pontes, 2013.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. Campinas, SP: EdUnicamp, 2015.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso e texto**: formulação e circulação dos sentidos. 4ª. ed., Campinas, SP: Pontes, 2012.

ORTELADO, Pablo. **Manual de credibilidade**. Disponível em: <https://www.manualdacredibilidade.com.br/desinformacao>. Acesso em: 15 de ago. de 2019.

PAVEAU, Marie-Anne. In: OLIVEIRA, Guilherme Adorno; NOGUEIRA, Luciana (Orgs.). **Encontros na análise de discurso**: efeitos de sentidos entre continentes. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2019..

PAVEAU, Marie-Anne. **Os pré-discursos**: sentido memória, cognição. Tradução de Greciely Costa e Débora Massmann. Campinas, SP: Pontes Editores, 2013.

PÊCHEUX, Michel. **Análise de discurso**. Campinas, SP: Pontes, 2015.

PÊCHEUX, Michel. **Análise de discurso**. Textos selecionados: Eni Puccinelli Orlandi. 4ª. ed. Campinas, SP: Pontes, 2015.

PÊCHEUX, Michel. **Materialidades Discursivas**. Organização de Bernard Conein *et al.* Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016.

PÊCHEUX, Michel. **O Discurso**: estrutura ou acontecimento. Campinas, SP: Pontes, 2015.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. **Por uma análise automática do discurso. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Organização de Françoise Gadet e Tony Hak. Tradução de Bethânia S. Mariani *et al.* Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

PIOVEZANI, Carlos; SARGENTINE, Vanice. **Legados de Michel Pêcheux** – inéditos em análise do discurso. São Paulo: Contexto, 2016.

RAMIRES, Lídia. **Eles conseguiram**: os sentidos de “sucesso” no jornalismo de televisão. Maceió: Edufal; Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2017.

RAMONET, Ignacio. **A tirania da comunicação**. Tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999

ROBIN, Régine. **A memória Saturada**. Tradução de Cristiane Dias e Greciely Costa. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016.

RUSHKOFF, Douglas. **Média Vírus: hidden agendas in popular culture**. New York: Ballantine, 1994.

SILVA-SOBRINHO, Helson Flávio da. Sujeito do discurso, ideologia e luta de classes: um espectro ronda a AD e não cessa de produzir efeitos. In: INDURSKY, Freda; MITTMANN, Solange; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Orgs.). **Memória e História na/da Análise do Discurso**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2011.

SMITH, Amy. Ideologia de gênero é o que mais mobiliza eleitor evangélico. **Revista Carta Capital**. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/ideologia-de-genero-e-o-que-mais-mobiliza-eleitor-evangelico/>. Acesso em: 23 dez. 2018.

SWIFT, Jonathan. **A arte da mentira política** – precedido pelo texto “O mentir verdadeiro” de Jean-Jacques Courtine. Tradução de Mônica Zoppi-Fontana e Roberto Leiser Baronas. Campinas, SP: Pontes, 2006.

ZOPPI-FONTANA, Mônica. Lugar de fala: enunciação, subjetivação, resistência. **Conexão Letras**. Rio Grande do Sul, v.12, n.18, 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/conexaoletras/article/view/79457/46458>. Acesso em: 20 abr. 2018.

ZUBOFF, Shoshana. **Tecnoplíticas da vigilância-perspectivas da margem**. Organização de Fernanda Bruno *et al.* Tradução de Heloísa Cardoso Mourão *et al.* 1ª. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.